

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

EDUARDO MUNIZ BOCCHI

**OS DISCURSOS DE LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA NO JORNAL
DIÁRIO CATARINENSE - 2002 A 2006**

**FLORIANÓPOLIS
JULHO
2019**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

EDUARDO MUNIZ BOCCHI

**OS DISCURSOS DE LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA NO JORNAL DIÁRIO
CATARINENSE - 2002 A 2006**

Curso de Licenciatura e Bacharelado em
História, pela Universidade Federal de Santa
Catarina – UFSC

Orientadora Prof^o. Dr^o. Roselane Neckel

**FLORIANÓPOLIS
JULHO
2019**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Bocchi, Eduardo Muniz

Os discursos de Luiz Henrique da Silveira no jornal
Diário Catarinense : 2002 a 2006 / Eduardo Muniz Bocchi ;
orientadora, Roselane Neckel , 2019.
126 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências
Físicas e Matemáticas, Graduação em História, Florianópolis,
2019.

Inclui referências.

1. História. 2. Luiz Henrique da Silveira. 3. Discurso
político. 4. Santa Catarina. I. , Roselane Neckel. II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em
História. III. Título.



Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Curso de Graduação em História

ATA DE DEFESA DE TCC

Aos cinco dias do mês de julho do ano de dois mil e dezenove , às 14 horas e 00 minutos, na Sala 301 CFH, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelos seguintes membros, Prof^º. Dr^º: Roselane Neckel (Orientador(a) e Presidente); Prof. Dr: Marcos Fábio Freire Montysuma (Titular); Prof. Dr: Paulo Pinheiro Machado (Suplente), designados pela Portaria Tcc nº 78/HST/CFH/2019, a fim de arguirem sobre o Trabalho de Conclusão de Curso do Acadêmico Eduardo Muniz Bocchi, intitulado: **“Os Discursos de Luiz Henrique da Silveira no Jornal Diário Catarinense - 2002 a 2006”**. Aberta a Sessão pelo(a) Senhor(a) Presidente, o Acadêmico expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, o mesmo foi arguido pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas, pelos membros da banca as seguintes notas, Prof^º. Dr^º: Roselane Neckel, nota 10,0, Prof. Dr: Marcos Fábio Freire Montysuma , nota 10,0, Prof. Dr: Paulo Pinheiro Machado , nota -, sendo o acadêmico aprovado com a nota final 10,0. O acadêmico deverá entregar na Coordenadoria do Curso de Graduação em História em versão digital, o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, até o dia 10 de julho de 2019. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pelo candidato.

Florianópolis, 05 de julho de 2019



Prof^º. Dr^º: Roselane Neckel (Orientador(a))



Prof. Dr: Marcos Fábio Freire Montysuma (Titular)

Prof. Dr: Paulo Pinheiro Machado (Suplente)



Eduardo Muniz Bocchi (Acadêmico)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
Campus Universitário Trindade
CEP 88.040-900 Florianópolis Santa Catarina
FONE (048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359

Atesto que o acadêmico Eduardo Muniz Bocchi, matrícula n. 11201591, entregou a versão final de seu TCC cujo título é "Os Discursos de Luiz Henrique da Silveira no Jornal Diário Catarinense - 2002 a 2006", com as devidas correções sugeridas pela banca de defesa.

Florianópolis, 09 de julho de 2019.

Assinatura manuscrita em tinta preta, sobre uma linha horizontal, com o nome 'Flecke' legível.

Orientador(a)

AGRADECIMENTOS

Quaisquer palavras aqui escritas não vão expressar nem de perto o sentimento de agradecimento e felicidade que sinto neste momento a tantas pessoas especiais que me deram toda força e suporte para poder concluir essa etapa. Me sinto honrado, primeiramente de ter todas elas ao meu lado durante essa jornada e de pelo menos poder agradecer mesmo que em tão simplórias palavras.

Paloma, meu amor, minha vida, agradeço imensamente a você que foi a minha maior inspiração dando todo o amor que poderia receber. Cada dia de pesquisa, cada minuto investido neste trabalho foi graças ao seu apoio. Dedico não apenas esse simples trabalho a você, mas sim todas as nossas conquistas.

Aos melhores amigos que me servem de inspiração não apenas na carreira de professor, Mário meu “irmão de outra mãe”, Sid e Borjão.

A Professora Roselane pela orientação e paciência que foram essenciais para que este trabalho pudesse finalmente ser concretizado. O muitíssimo obrigado por cada conselho e orientação, pois eles foram fundamentais.

Aos meus pais, Silvana e Paulo, vocês são a base de tudo, vocês são o meu orgulho. Simplesmente obrigado por tudo desde o começo.

Resumo

A presente pesquisa pretende analisar os discursos de Luiz Henrique da Silveira que foram publicados no jornal Diário Catarinense nos períodos de sua candidatura ao cargo de governador de Santa Catarina. O político Luiz Henrique da Silveira do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) governou o estado catarinense por dois mandatos ao vencer os pleitos em 2002 e 2006. Sendo o primeiro governador da história do Estado a conseguir a reeleição. Assim sendo, primeiramente procurou-se contextualizar a política catarinense na qual o peemedebista estava inserido. Em seguida dissertar sobre seus discursos como candidato ao governo de estado em 2002 na posição de oposição ao então governador e candidato a reeleição Esperidião Amin. Assim como os discursos de Luiz Henrique como candidato a reeleição em 2006 novamente enfrentando Amin. Os discursos e falas analisados foram publicados no jornal de maior veiculação de Santa Catarina, o Diário Catarinense que possui abrangência estadual. Sendo assim procuramos analisar a articulação das falas e suas estratégias em seus dois momentos como candidato a governador de Santa Catarina e candidato a reeleição.

Palavras-chave: Luiz Henrique da Silveira, discurso político, Santa Catarina.

Abstract

The present research intends to analyze the speeches of Luiz Henrique da Silveira which were published in the newspaper Diário Catarinense in the periods of his candidacy for the position of governor of the State of Santa Catarina. The politician Luiz Henrique da Silveira from Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) governed the state of Santa Catarina for two terms by winning the elections in 2002 and 2006. Being the first governor of the state's history to win re-election. Therefore, first tried to contextualize the policy of Santa Catarina in which the peemedebista was inserted. Then lecture about his speeches as a candidate for state government in 2002 in the position of opposition to the then governor and candidate for re-election Esperidião Amin. As well as the speeches of Luiz Henrique as a candidate for re-election in 2006 again facing Amin. The speeches analyzed were published in the newspaper of the greatest circulation of Santa Catarina, the Diário Catarinense that has a statewide coverage. Thus we try to analyze the articulation of the lines and their strategies in their two moments as candidate for governor of Santa Catarina and candidate for reelection.

Key words: Luiz Henrique da Silveira, political speech, Santa Catarina.

Sumário

Introdução.....	10
Capítulo 1.....	19
Capítulo 2.....	35
Capítulo 3.....	95
Considerações finais.....	110
Fontes.....	112
Referências bibliográficas.....	125

Introdução

Este é um trabalho de História Política e tem como objetivo central apresentar os os discursos proferidos pelo político catarinense Luiz Henrique da Silveira. Os discursos pesquisados e utilizados nesse estudo, foram aqueles articulados pelo político em suas candidaturas ao cargo de governador do Estado de Santa Catarina, no período entre 2001 e 2006.

Como fonte de pesquisa, utilizamos o Jornal Diário Catarinense. O periódico que pertencia ao grupo de comunicações Grupo RBS e foi criado por Maurício Sirotsky Sobrinho no ano de 1986¹.

O Jornal Diário Catarinense é um jornal diário e com circulação estadual e em suas páginas foram registrados os discursos, e foi possível perceber os principais enunciados, permanências e mudanças nos discursos de Luiz Henrique da Silveira, entre 2001-2006.

Consideramos que os discursos são essenciais na “arte de fazer política”. Ao falar com ou para eleitores, militantes, adversários ou imprensa o político faz o uso de discursos que tem múltiplos objetivos e intenções. Como angariar votos, propagandear projetos ou sua imagem ou a intenção de caluniar adversários ou possíveis oponentes. Portanto, são um conjunto de ideias, que constituem o “candidato”, sua imagem e seu projeto político. Nesse trabalho, buscamos apresentando os discursos, perceber como foram construídos e quais os objetivos que buscavam atingir.

A ausência de estudos na historiografia política catarinense sobre os discursos e seus sentidos e significados na constituição da cultura política catarinense, foi escolhido uma liderança política importante, cujos discursos enunciavam seu combate as “oligarquias políticas tradicionais” catarinenses.

Ao utilizar os jornais como fonte histórica os jornais se fazem necessário algumas ponderações na forma que serão usados e analisados. Não se deve esperar dos periódicos uma verdade neutra e absoluta. Tal situação seria uma utopia. E sim, ao se usar jornais como fonte de pesquisa, teremos um julgamento de como a mídia abordou determinado assunto.

Tania Regina de Luca no capítulo “História dos, nos e por meios dos periódicos, na obra Fontes Históricas”, discute sobre a possibilidade de neutralidade nas notícias

¹ E no ano de 2016 o Grupo RBS e suas operações, tal qual o Diário Catarinense, foram vendidas ao Grupo NSC, que pertence aos empresários Lírio Parisotto, Carlos Sanchez, Marcus Sanchez e Leonardo Sanchez.

veiculadas nos jornais e a mesma neutralidade do jornalista. Mas também a própria autora diz que se aprofundar na possível existência da neutralidade é assunto que pouco colabora com o trabalho do historiador. Para a autora:

A imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público. O historiador, de sua parte, dispõe de ferramentas provenientes da análise do discurso que problematizam a identificação imediata e linear entre a narração do acontecimento e o próprio acontecimento, questão, aliás, que está longe de ser exclusiva do texto da imprensa².

Sendo assim para a autora deve-se ter o cuidado mesmo assim de que jornal algum é obra solitária e que suas informações e matérias são notícias soltas e sim que fazem parte de um coletivo de um conjunto de indivíduos que tem opiniões, críticas, crenças próprias³. Portanto o texto jornalístico contém não apenas a visão do jornalista que a redigiu como também nela está o posicionamento do jornal para o qual trabalha ou se segue uma hierarquia.

Isto posto, não temos como objetivo no presente trabalho a possibilidade ou não da neutralidade dos quais escreveram a matéria. O importante é como a notícia se apresentou ao leitor do jornal, no caso o Diário Catarinense, assim como quais “palavras”, “frases” ou “termos” foram usados na vinculação da notícia. Também será observado quais as possibilidades de impacto no leitor do Diário Catarinense ao receber as falas do ex-governador inseridas no periódico.

É preciso ressaltar ainda que no trabalho serão usadas matérias do jornal Diário Catarinense, mas que em nenhum momento se tentou escrever a história da imprensa, ou da imprensa catarinense e sim usar o periódico Diário Catarinense como fonte primária para escrever um trabalho através do uso da imprensa. Levando em consideração a forma na qual a matéria veiculada pelo jornal, e a maneira que o jornalista a escreveu. Mesmo como a matéria se apresenta ao leitor. Assim, mesmo que os jornais não sejam neutros, eles são muito importantes como fonte histórica.

A importância da imprensa na História é relevante e não pode ser descartada. Em seu artigo as autoras Márcia Pereira da Silva e Gilmara Yoshihara Franco discorrem sobre a história da imprensa no Brasil partindo da independência do país. Ao analisarem a obra

² LUCA, Tânia Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: Fontes Históricas (pp. 111-153). São Paulo. Contexto, 2005.

³ Ibidem.

de Isabel Lustosa “Insultos impressos: a guerra dos jornais na Independência” as autoras mostram que a imprensa no Brasil ganha destaque na participação em buscar uma definição para política da nação brasileira. Escrevem ainda como a imprensa participou de momentos importantes da história nacional e como a mesma foi crescendo dentro do Brasil⁴.

Também sobre a importância dos meios de difusão de informação na História o autor Luis Felipe Miguel escreve que a mídia na sociedade atual é quase onipresente e que nos últimos 30 anos a humanidade produziu mais informações que nos últimos cinco milênios de história⁵. Porém, é preciso se ressaltar que mesmo com o crescimento de periódicos e publicações ao longo da história do Brasil o uso de jornais como fonte histórica em trabalhos históricos até a década de 1970 eram poucos⁶. Em seu artigo Retrato de uma ausência: a mídia nos relatos da história política do Brasil Luiz Felipe Miguel apresenta a ausência do uso da mídia nas narrativas da história política do Brasil partindo de 1930, ano em que o presidente Getúlio Vargas chega ao poder. O autor escolhe como análise quatro obras para serem avaliadas, mas que exemplificam tal ausência da mídia. As obras que são abordadas por Luiz Felipe são: Brasil: de Getúlio a Castelo e Brasil: de Castelo a Tancredo de Thomas Skidmore, História do Brasil de Bóris Fausto e História indiscreta da ditadura e da abertura do autor Ronaldo Costa Couto. Nas obras trabalhadas Luis Felipe mostra que o uso da imprensa é escasso. Poucas vezes fontes oriundas de jornais são citadas além de nomes importantes da História da imprensa estão ausentes, como no caso da obra de Boris Fausto. O autor contesta essa ausência quando argumenta a importância da imprensa neste período. Discorre também como a mídia não é citada quando as mudanças no Brasil de 1950 a 1980 são escritas. Levando em consideração que 1950 é o ano zero da TV no país⁷.

A imprensa imersa no cotidiano popular desde jornais impressos, televisionados ou digitais podem, por diversos meios, ser a responsável por moldar a opinião pública, decidir o resultado de eleições, tentar criar figuras heroicas ou manchar a carreira de indivíduos, instituições, movimentos, ideias.

⁴ SILVA, M. P.; FRANCO, G. Y. **Imprensa e política no Brasil: considerações sobre o uso do jornal como fonte de pesquisa histórica**. Revista História em Reflexão: Vol. 4 n. 8 – UFGD - Dourados jul/dez 2010.

⁵ MIGUEL, Luis Felipe. **Retrato de uma ausência: a mídia nos relatos da história política do Brasil**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 20, nº 39, p. 190-199. 2000.

⁶ LUCA, Tânia Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: Fontes Históricas (pp. 111-153). São Paulo. Contexto, 2005.

⁷ MIGUEL, Luis Felipe. **Retrato de uma ausência: a mídia nos relatos da história política do Brasil**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 20, nº 39, p. 190-199. 2000.

Os exemplos do poder da mídia atuando ao lado de figuras políticas e partidos políticos são vários, para manter o poder ao alcançá-lo. Pode se citar dois exemplos analisados por Luiz Felipe Miguel como o Departamento de Imprensa e Propaganda, órgão criado durante o Estado Novo de Getúlio Vargas e as mídias da Rede Globo durante a ditadura militar:

A ação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) durante o Estado Novo não foi algo secundário na arquitetura do regime. Foi fundamental para a sua legitimação e estabilidade; mais do que isso, está na raiz do mito criado em torno de Getúlio Vargas, que permaneceu atuante depois da redemocratização e, mesmo, após a morte do caudilho. Mais significativa ainda é a atuação da mídia, em especial da Rede Globo, durante o regime militar — uma espécie de DIP privado, justamente por isso com maior legitimidade. Embora um estudo mais aprofundado ainda esteja para ser feito, é bastante plausível afirmar que as telenovelas da Globo desempenharam um papel crucial na difusão do mito do milagre brasileiro. Símbolo “vivo” da prosperidade doméstica, o televisor, que passou a estar presente em milhões de lares, mostrava em sua telinha a imagem da prosperidade nacional⁸.

O uso da imprensa é vital pois atinge a grande multidão. E ao controlar a opinião pública ou uso da mídia como veículo de comunicação com a sociedade o político articula seu discurso para promover sua imagem perante ao eleitor fazendo propaganda de si próprio ou de seus feitos. Assim como denunciar e caluniar seus adversários.

Na História política o uso da imprensa tende a contribuir cada vez mais com a historiografia e precisa ser utilizado cada vez mais, consolidando a amplitude de suas novas abordagens.

A História Política segundo o autor José Henrique Songolano Néspoli o termo “História Política” só começou a ser utilizado por volta da década de 1970 quando algumas revisões nas proposições que vigoravam na Escola dos Annales foram feitas. E que após revisões o termo ganha um sentido de designar um conjunto de comportamentos e valores de uma determinada sociedade diante do Estado. Tal revisão incorporou novas ideias e conceitos que afirmavam a não limitação do político à dimensão do tempo curto⁹.

Inicialmente, a história política era vista por alguns historiadores, como o assunto preferido das classes dominantes apenas e que apresentava sujeito do desenvolvimento histórico, quando não como agentes civilizadores, a história do Estado. A crítica de

⁸ Ibidem.

⁹ NÉSPOLI, José Henrique Songolano. **Cultura política, história política e historiografia**. História e Cultura, Franca, v. 4, n. 1, p. 361-376, mar. 2015.

Lucian Febvre e Marc Bloch à História Política era no sentido em valorizar a político em detrimento do econômico e do social. Uma escolha que valorizava apenas as elites, os grandes acontecimentos e o tempo curto. Portanto segundo José Henrique em sua análise para os Anales a História Política tinha diversos defeitos, a viam como elitista, anedótica, individualista, factual, subjetiva. Fatores que convergiam com a característica dos Annales. Tais concepções só foram ser superadas na década de 70 quando historiadores superaram esta concepção tradicional. Mostram que a História Política é tão científica como qualquer outro campo de estudo¹⁰. E que é possível fazer outras “histórias políticas” problematizando as histórias políticas tradicionais. Nesse sentido, os estudos sobre o imaginário e a cultura política valorizaram os discursos e a mídia como produtores de subjetividade políticas das massas¹¹.

O uso dos periódicos, então serão usados para contribuir com essa visão dos Annales que coloca em evidência a abordagem das massas. Pois se a mídia é um meio do político dialogar com a população se faz necessário a análise de como como essa fala chega ao leitor, de que forma chega a ele e como.

A partir desses parâmetros é que vamos trazer ao nosso trabalho os discursos de Luiz Henrique da Silveira, observando de que forma suas falas são apresentadas para o leitor do Diário Catarinense.

Para conhecer nosso “personagem principal”, Luiz Henrique da Silveira, e especialmente qual o seu lugar social em que foi constituindo sua subjetividade política, se faz necessário contar um pouco de sua história de vida. Luiz Henrique, nasceu no município catarinense de Blumenau em 25 de fevereiro de 1940. Filho de Moacir Iguatemi da Silveira, funcionário da penitenciária estadual, e de Delcídes Clímaco da Silveira. Mudou ainda no período de sua infância para a capital do Estado de Santa Catarina. Trabalhou como escrivão da polícia em 1958 até 1965 quando concluiu o curso de ciências jurídicas e sociais na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Além de escrivão foi professor do ensino secundário em Florianópolis e também no município de Joinville, exercendo a profissão até 1973. Paralelo a função de lecionar, em 1966 passou a atuar como advogado e em 1967 tornou-se professor da Fundação Universitária da Região de Joinville e da Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina.

¹⁰ Ibidem.

¹¹ Idem p. 4.

A vida política de Luiz Henrique começou em 1970 quando candidatou-se a uma vaga na Assembléia Legislativa de Santa Catarina, na legenda do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição a ditadura militar¹². Conquistou apenas uma suplência. Entretanto, assumiu o mandato, após ser convocado, em 1973 e o exerceu até o seu fim. Sempre ligado ao MDB e posteriormente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) Luiz Henrique da Silveira se tornou um nome forte na política de Joinville e no norte do estado de Santa Catarina. Tal força será fundamental em suas duas vitórias para o cargo de governador.

Luiz Henrique foi eleito deputado federal por Santa Catarina por duas vezes, em 1975 e 1995. Tornou-se presidente nacional do PMDB e prefeito de Joinville por duas vezes, em 1977 e 1997 antes de se candidatar ao governo do Estado. Além que dentro de sua carreira política o peemedebista também foi Ministro da Ciência e Tecnologia do Brasil nomeado em 1987 pelo então presidente do Brasil José Sarney, abandonando o cargo em menos de um ano.

Em 1992 foi derrotado por Wittich Freitag do Partido da Frente Liberal (PFL) ao cargo de prefeito da cidade de Joinville. Em 1996 consegue chegar novamente a prefeitura de Joinville após derrotar no segundo turno o candidato Eni Jose Voltolini do Partido Progressista Brasileiro (PPB). Ainda como prefeito de Joinville o político tentou lançar pela primeira vez uma pré-candidatura ao governo do Estado em 1998 fazendo oposição ao até então governador Paulo Afonso Vieira também do PMDB. No embate Paulo Afonso, recebe o apoio da maioria do PMDB e busca a reeleição no Estado. Porém é derrotado por Esperidião Amin.

No ano de 2000 Luiz Henrique é o candidato à reeleição a Prefeitura de Joinville. Na ocasião o político mostrou que considerava a formação de coligações partidárias como essenciais para disputar e ganhar uma eleição. Para concorrer ao cargo de prefeito o político conseguiu reunir, além do PMDB, o Partido da Social Democracia Brasileira PSDB, o Partido Popular Socialista (PPS), Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido Humanista da Solidariedade (PHS), o Partido Social Liberal (PSL), Social Cristão (PSC) e o Partido da Mobilização Nacional (PMN). Tal estratégia se mostrou vitoriosa pois Luiz Henrique se sagrou vitorioso ainda no primeiro turno com 50,18% dos votos.

¹² Durante a Ditadura Militar no Brasil (1964-85) foi decretado o Ato Institucional nº 2 que decretava o bipartidarismo no país. Durante o período foram criados a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), sigla de sustentação do governo e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) que fazia o papel de oposição permitida pelos militares.

No ano de 2001, Luiz Henrique se apresenta ao eleitor catarinense como o nome forte do PMDB para o governo do Estado. O político já era considerado pré-candidato da sigla meses antes das eleições. O então prefeito de Joinville, já articulava sua estratégia pois teria como adversário no pleito o atual governador de Santa Catarina na época, Esperidião Amin do Partido Progressista Brasileiro (PPB). Durante toda a pré-candidatura e durante o período de propaganda eleitoral, Luiz Henrique incansavelmente buscou a formação de uma forte coligação para derrotar seu adversário Esperidião Amin. Ao mesmo tempo que procurava desconstruir a imagem positiva de seu adversário perante os eleitores catarinenses.

No primeiro capítulo de nosso trabalho, pretendemos mostrar um parâmetro geral da política catarinense até o contexto das eleições de 2002 onde Luiz Henrique é apresentado em âmbito estadual como candidato ao governo assim como uma abordagem seu principal adversário tanto em 2002 quanto em 2006, Esperidião Amin.

Serão apresentadas as oligarquias catarinenses que governavam o Estado. Pois, em seus discursos Luiz Henrique acusa seu adversário de ser o candidato das “oligarquias” ao mesmo tempo que se apresenta como o oposto.

Será abordado o poder exercido pelas famílias Ramos, Konder e Bornhausen dentro do Estado de Santa Catarina e como são articuladas as manobras políticas dos membros das famílias e candidatos por eles apoiados.

Em sua primeira eleição para governador, o peemedebista Casildo Maldaner, considerado um dos principais cabos eleitorais de Luiz Henrique, ligava o adversário do ex-prefeito de Joinville às oligarquias quando o presidenciável José Serra veio a Santa Catarina e se reuniu com Esperidião Amin¹³.

No segundo capítulo pretendemos abordar a articulação das falas de Luiz Henrique e como elas foram vinculadas no jornal Diário Catarinense. Em seus discursos na campanha eleitoral para o governo do Estado Luiz Henrique se apresentou como o “candidato da mudança” e o “candidato anti-oligarquia”, constituindo seu adversário, Esperidião Amin, como representante das oligarquias. Outro enunciado forte era a palavra “descentralização”. Em seus discursos Luiz Henrique enfatizava sua postura crítica em relação a “centralização de recursos do governo na capital”, e “no litoral”. Luiz Henrique usou como base de seu discurso seu projeto de criar Secretarias Regionais para repassar

¹³ BALDISSARELLI, Adriana. Casildo agita a sucessão estadual. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 24, setembro de 2002. Caderno Política, página 6.

os recursos do Estado para que melhor pudesse ser usado. Para isso sempre que possível em suas falas discorria sobre “os benefícios de tal projeto para a sociedade Catarinense”.

Em abril de 2002 já eram vinculadas no Diário Catarinense críticas de Luiz Henrique sobre a administração do governador Esperidião Amin e o que chamou de “litorização” de Santa Catarina. Esse discurso é fortalecido contra Esperidião Amin, cotado para reeleição e adversário de Luiz Henrique da Silveira no pleito de 2002¹⁴.

Em maio de 2002, cinco meses antes das eleições, é vinculada uma propaganda eleitoral abordando a trajetória política de Luiz Henrique. Na propaganda é dado destaque ao seu projeto descentralizador¹⁵. Tal projeto iria acompanhar o peemedebista durante suas duas campanhas para o governo do estado.

Ainda durante seu mandato como governador sua fala continuava destacando a descentralização e a formação de alianças com o Governo Federal, que no período era de Luiz Inácio Lula da Silva, como importantíssimo para um bom governo. Luiz Henrique se apresentava em suas falas como “o conciliador”. Seu apoio ao governo Lula, buscava viabilizar seu projeto em Santa Catarina com a captação dos recursos federais.

Antes da campanha eleitoral ao governo de estado começar de forma oficial e durante os primeiros momentos da campanha Luiz Henrique buscou formar aliança com o PSDB, que em 2002 tinha como candidato a presidência José Serra. Entretanto a onda nacional se mostrava favorável ao candidato do Partido dos Trabalhadores, Luiz Inácio Lula da Silva, que liderava todas as pesquisas de intenção de voto. O “conciliador” Luiz Henrique nesse momento tenta uma aproximação com o PT dentro de Santa Catarina ainda no primeiro turno. O abalo na coligação teve como um dos motivos a preferência de Serra por Amin em Santa Catarina¹⁶. Mesmo tendo feito campanha para José Serra em boa parte do primeiro turno Luiz Henrique consegue aliança com Lula para o segundo turno.

Sagrando-se vitorioso no segundo turno em uma disputa apertada com seu adversário Esperidião Amin, os anos de governo de Luiz Henrique em seu primeiro mandato foram marcados pela tentativa de implementar a descentralização e aproximar-se do governo federal.

¹⁴ RIEVERS, Ricardo. Vaga a vice adia campanha do PMDB. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 08, abril de 2002. Caderno Política, Página 6.

¹⁵ ALCEU, Paulo. LHS na Tv. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 28, maio de 2002. Caderno Política, página 8.

¹⁶ BALDISSARELLI, Adriana. BASTOS, Ângela. Luiz Henrique boicota visita de Serra. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 20, setembro de 2002. Caderno Política, página 6.

Sua forma conciliadora se demonstrou ao retribuir a força que obteve em sua aliança com o Partido dos Trabalhadores ao apoiar que a sigla a presidir a Assembleia Legislativa de Santa Catarina¹⁷. Uma manobra interessante de Luiz Henrique que ao mesmo tempo “agradecia” o apoio do PT ao mesmo tempo que tentava garantir sua governabilidade.

Outro fator que analisaremos no seguinte trabalho é de que forma Luiz Henrique ainda governador em seu primeiro mandato já anuncia em pouco tempo que seria candidato a reeleição no pleito de 2006. Portanto ao apresentar ao catarinense em seu primeiro mês de governo em 2003, que seu projeto é um “projeto de oito anos” o eleitor do estado já poderia esperar o político em campanha novamente¹⁸.

No terceiro capítulo vamos abordar a campanha eleitoral de Luiz Henrique para a reeleição de 2006 e como sua campanha é divulgada por meio do jornal Diário Catarinense. Neste capítulo será apresentada a campanha do peemedebista que buscava algo inédito na política em Santa Catarina, a reeleição de um governador. Porém em um contexto diferente, se em 2002 Luiz Henrique era o candidato de oposição ao governador que tentava se reeleger, em 2006 era o peemedebista que perseguia tal feito.

Durante a campanha para a reeleição, Luiz Henrique enfrentou novamente Esperidião Amin, tanto no primeiro quanto no segundo turno¹⁹. Reeditando a disputa eleitoral do pleito anterior. E depois de uma intensa campanha e a formação de uma forte aliança com o PSDB e PFL a chamada “Tríplice Aliança”, Luiz Henrique consegue o fato histórico em se tornar o primeiro governador reeleito no estado de Santa Catarina.

¹⁷ BALDISSARELI, Adriana. AL vira palco para governabilidade. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 30, outubro de 2002. Caderno Política, página 10.

¹⁸ MINOSO, Ana. Projeto do PMDB é para oito anos. **Diário Catarinense**. Florianópolis, 09, janeiro de 2003. Caderno Política. Página 6.

¹⁹ No primeiro turno Luiz Henrique ainda enfrentou os candidatos Antônio Carlos Sontag (PSB), César Augusto de Alvarenga (PSDC), Elpídio Ribeiro Neves (PTC), João Fachini (PSOL), José Fritsch (PT) e Manoel Dias (PDT).

Capítulo 1 - Políticos e Política em Santa Catarina: o domínio das Oligarquias

Nesse capítulo pretendemos apresentar o contexto político de Santa Catarina, usando como referência o cenário nacional e de que forma repercutia dentro do estado catarinense. Pretende-se também mostrar o poder que as famílias Ramos, Konder e Bornhausen tinham dentro de Santa Catarina e como seu sistema político buscava manter o controle dos cargos públicos no estado catarinense.

No contexto da política nacional, durante o império dois grupos políticos se formaram aliados ao governo de Dom Pedro I. Os grupos eram chamados de Liberais e Conservadores e eram o suporte da política vigente. Entretanto apesar da classe social dos membros de tais agrupamentos, não existiam outras diferenças significativas entre os grupos:

Os antigos restauracionistas, que eram também centralizadores, apoiavam o novo governo, dando origem à primeira organização a que se poderia dar como propriedade o nome de partido político, o Partido Conservador. O restante dos moderados congregou-se no Partido Liberal. Os dois partidos, com pequenas variações, dominaram a política até o fim da monarquia. A filosofia dos conservadores, desenvolvida por (Bernardo) Vasconcelos, defendia um Estado central forte e um governo baseado no que chamava de classes conservadoras, entendendo por isso aqueles que em momentos de mudança brusca tinham tudo a perder e nada a ganhar. O grosso dessas classes era formado por proprietários de terra e escravos voltados para a agricultura de exportação, concentrados nas províncias do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, por grandes comerciantes e pela burocracia, sobretudo judiciária. O Partido Liberal, por seu lado, favorecia a descentralização política e administrativa, era menos resistente às medidas tendentes a abolir o tráfico e congregava, sobretudo, os proprietários rurais mais voltados para o mercado interno, como os de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul e profissionais liberais urbanos²⁰.

De acordo com o autor Carlos Alberto Lenzi escreve que não existia as duas estruturas políticas brasileiras, concretizadas nos Partidos Conservador e Liberal, uma mudança ideológica nas agremiações. Sua justificativa se dá pela base de membros que formavam os partidos, que era a mesma. Eram os latifundiários da cana-de-açúcar e café, grandes comerciantes e funcionários públicos que permaneciam no núcleo de tais agrupamentos. Os clubes republicanos que se formavam no final do império alternavam conservadores e liberais em suas legendas buscando defender seus interesses²¹.

Sobre a política imperial no Brasil pode-se dizer que:

²⁰ CARVALHO, José Murilo de (Coord.). **A construção nacional 1830-1889**, v. 2. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. P. 95.

²¹ LENZI, C. A. **Partidos e políticos de Santa Catarina**, FLORIANÓPOLIS, EDITORA DA UFSC, 1983.

O Império do Brasil era um Estado politicamente consolidado. Era uma monarquia centralizada e constitucional; parlamentarista e bipartidária; com quatro poderes políticos, destacando-se o Poder Moderador e o Executivo forte, com a finalidade de garantir a ordem política e social²².

No contexto catarinense na região serrana do Estado de Santa Catarina no final do século XIX pode se destacar duas famílias dominantes no cenário político do município de Lages: as famílias Costa e Ramos²³.

Tanto a família Ramos quanto a família Costa, em Lages, durante todo o período do Império administrava e chefiava o Partido Conservador e o Partido Liberal respectivamente.

Liderados por Vidal Ramos Sênior²⁴ o Partido Conservador e Ignácio José da Costa²⁵ encabeçando o Partido Liberal²⁶ a oligarquia em Lages que se organizava, segundo Zilma Peixer, formaram alianças públicas e privadas e estabeleceram hegemonia no município até 1973²⁷.

A cerca do coronelismo e domínio das Famílias Costa e Ramos em Lages, o autor Paulo Pinheiro Machado explica:

Em 1883, a Guarda Nacional em Santa Catarina possuía um comandante-geral (coronel) e quatro comandos regionais (chefiados por tenentes coronéis). Os municípios de Lages e Curitiba formavam o quarto comando. Os fazendeiros locais ocupavam os cargos de oficiais e ao mesmo tempo disputavam cadeiras nas câmaras municipais, nos juizados de paz e na Assembléia Legislativa provincial. Lages possuía o maior contingente e o maior número de oficiais: Vidal Ramos (sênior), Vidal Ramos Júnior e vários outros²⁸.

As antigas câmaras municipais que administravam os municípios durante o império foram dissolvidas com a Proclamação da República em 1889. Em seus lugares foram criados colégios de intendentes que era presidido por um superintendente. O cargo

²² MATTOS, Ilmar R.; GONÇALVES, Márcia de A. **O império da boa sociedade: a consolidação do Estado imperial brasileiro**. São Paulo: Atual, 1991. p. 6.

²³ MUNARIM, Antônio. **A práxis dos movimentos sociais na região serrana**. Dissertação de mestrado em Educação. Florianópolis: UFSC, 1990, p.50.

²⁴ Filho de Laureano Ramos.

²⁵ Neto Ignácio da Silva Ribeiro

²⁶ COSTA, João José Theodoro da. **Reminiscências políticas, 1901**. Coleção Catariana: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 2003.

²⁷ PEIXER, Zilma Isabel. **A cidade e seus tempos: o processo de constituição do espaço urbano em Lages**. Lages: Uniplac, 2002. p. 50.

²⁸ MACHADO, Paulo P. **Bugres, tropeiros e birivas: aspectos do povoamento do planalto serrano**. In: História de Santa Catarina no século XIX. Florianópolis: UFSC, 2001.

de superintendente era nomeado pelo governador²⁹. No período o governador de Santa Catarina era Lauro Muller que teria nomeado João de Castro Nunes como “primeiro prefeito” de Lages³⁰.

Com a proclamação da República em 1889 a questão partidária ainda refletia o cenário político anterior. Para Yan Carreirão no Brasil existe um baixo grau de institucionalização dos partidos, tanto na capacidade representativa quanto à sua capacidade governativa. Essa estratégia usada afirma o argumento que os partidos no Brasil não tiveram formação de baixo para cima e que estrutura duas forças elitistas juntas ao poder imperial³¹.

A estrutura de alternância no poder entre os grupos de liberais e conservadores durante o império no Brasil segue a mesma tendência no período seguinte, na chamada República Velha:

No decorrer da República Velha, o mecanismo é semelhante. Através da “política dos governadores” – em que o Presidente da República apoia somente os acordos políticos respaldados pelos esquemas dominantes nos Estados – as oposições são forçadas a uma acomodação dentro do partido dominante em cada estado³².

O autor Victor Nunes Leal escreveu em sua obra *Coronelismo, enxada e voto* sobre a estrutura política na Primeira República, o Coronelismo que unia o poder público e os interesses particulares dos coronéis. Estrutura política, que para o autor, teria sido o sustentáculo da Primeira República no Brasil:

É, antes, uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa³³.

O período da República Velha no estado de Santa Catarina mostrou que os políticos catarinenses ao perceberem o avanço da mudança da estrutura política do Império para a República deixaram de apoiar o antigo sistema de governo e criaram

²⁹ CAON, Edézio Nery. **Estórias de minha cidade**. Lages: gráfica Wilson, 1978.

³⁰ GARCIA, Fabiano. **Rupturas, permanências e transição: “a força do povo” em Lages-SC (1977-1982)**. Tese – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p. 26. 2013.

³¹ CARREIRÃO, Yan de Souza. **Eleições e sistema partidário em Santa Catarina (1945-1979)**. Florianópolis, Editora da UFSC, 1990.

³² *Ibidem*.

³³ LEAL, Vitor N. **Coronelismo Enxada e Voto**. São Paulo, Editora Alfa Omega, 1976.

movimentos republicanos para ficarem do lado de quem ganhava forças no país. Mesmo que os políticos que formavam os grupos republicanos fossem em sua maioria políticos que governaram em nome do império. Em um novo contexto se apresentavam como os políticos da mudança que a República proporcionaria.

Yan Carreirão mostra sobre a política catarinense durante a República Velha e como ela não se altera na transição da monarquia imperial para a república. Segundo o autor:

Durante o período inicial da República, as divergências relevantes na política catarinense davam-se internamente ao PRC e em torno dos dois líderes. Mais à frente, porém, irá despontar a família Ramos como mais uma fonte de poder a nível estadual³⁴.

Como mostra o autor, a mudança de sistema político não altera a governabilidade no Estado. Pois a família Ramos que já era influente na cidade de Lages, no meio Oeste do estado durante império no cenário político e se fortalece ainda mais na República.

Yan Carreirão ainda escreve sobre a política catarinense durante a chamada República Velha e como ela não se altera na transição da monarquia imperial para a república. Segundo Carreirão:

Durante o período inicial da República, as divergências relevantes na política catarinense davam-se internamente ao PRC e em torno dos dois líderes. Mais à frente, porém, irá despontar a família Ramos como mais uma fonte de poder a nível estadual³⁵.

A Revolução Federalista ocorrida no Rio Grande do Sul em 1893 teve repercussão no município de Lages, Santa Catarina. Com a adesão de políticos lageanos no movimento, João de Castro é deposto do cargo de superintendente do município e em seu lugar é nomeado o coronel Vidal Ramos Sênior. Cargo que exerceu até o ano de 1902 e somente foi deixado para assumir o governo de Santa Catarina. Ao assumir o cargo de governador Vidal Ramos deixara o cargo de superintendente de Lages com seu filho, Belizário Ramos³⁶.

³⁴ CARREIRÃO, Yan de Souza. **Eleições e sistema partidário em Santa Catarina (1945-1979)**. Florianópolis, Editora da UFSC, 1990.

³⁵ Ibidem.

³⁶ CARVALHO, José Murilo. **Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual**. Dados vol. 40 no. 2 Rio de Janeiro 1997.

Yan Carreirão escreve que quando existe uma divisão no Partido Republicano Catarinense entre o político Hercílio Luz, que comandava tanto o partido quanto o Estado, e Vidal Ramos, que em dois mandatos governou Santa Catarina (1902/6 e 1910/4) além de ser ex-senador (1907/10). O motivo do rompimento seria a exclusão de Nereu Ramos na chapa do PRC para as eleições para a Câmara Federal. Nascia então a “Reação Republicana”, que seria formada e liderada em Santa Catarina por Vidal Ramos e Nereu Ramos, pai e filho respectivamente³⁷.

A outra força política que estabelecia grande poder no estado de Santa Catarina pertence à família Konder, que assumiu o PRC. Tanto que Adolfo Konder será o governador de Santa Catarina entre os anos de 1926 a 1930. A base oligárquica formada pela família Konder juntamente com a família Bornhausen mantém força política até os dias de hoje no cenário político de Santa Catarina³⁸.

As oligarquias catarinenses pacificadas no início do século XX rivalizavam no final da década de 1920. Pois uma nova estrutura política se apresentava em cenário nacional com as eleições para presidente entre Júlio Prestes e Getúlio Vargas e com repercussão estadual.

Para Yan Carreirão durante a Primeira República o Brasil possuía uma formação partidária estadual, característica do sistema coronelista, e quando o Brasil, se encaminhava para uma formação partidária nacional, um novo episódio na política brasileira interrompeu o processo. Em 1930 quando se inicia a Era Vargas através de um golpe de Estado e em 1937 com a decretação do Estado Novo, as siglas partidárias sofrem novo rescisão³⁹.

Sobre o contexto político brasileiro quando existe um crescimento de partidos políticos:

Após a “Revolução de 30”, há o florescimento de número de pequenos partidos, com o espectro político polarizando-se nos movimentos comunistas e integralistas. A resposta do poder central vem com a implantação do Estado Novo, que dá um golpe nos partidos, suprimindo-os⁴⁰.

³⁷ CARREIRÃO, Yan de Souza. **Eleições e sistema partidário em Santa Catarina (1945-1979)**. Florianópolis, Editora da UFSC, 1990.

³⁸ Ibidem.

³⁹ Ibidem.

⁴⁰ Ibidem.

Em Santa Catarina o autor Antônio Munarim escreve sobre a lista de prefeitos de Lages de 1930 a 1968 e seus mediadores e na Revolução de 1930. Nessa lista pode se perceber o domínio exercido pela família Ramos no município de Lages, pois ou um membro da família governava de forma direta ou como no caso de Octávio Inácio da Silva Filho que era amparado por Aristiliano, Cândido Nereu e Vidal Ramos e Henrique Ramos Junior, que assume em 1932 e governa até 1937 que era protegido por Aristiliano (então governador), Nereu e Vidal Ramos⁴¹.

Com o fim da Era Vargas em 1945 novas siglas se formam para disputar as eleições que seriam realizadas no novo cenário político nacional. Nesse período destaca-se a formação de Partidos Políticos em todo território nacional. Dentre as siglas as que mais se destacam o Partido Social Democrático (PSD), a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)⁴². Em Santa Catarina as forças políticas estavam divididas entre PSD e UDN sendo a família Ramos ligada ao PSD e liderada por Nereu Ramos enquanto a UDN ficava sob liderança de Adolfo Konder.⁴³

Sobre os partidos PSD e UDN o autor Carlos Lenzi disserta:

O Partido Social Democrático – e também a União Democrática Nacional – firmou-se pelas bases sólidas da dominação do poder local, ou seja, foi montado nas estruturas do republicanismo (e dissidências), onde o mandonismo coronelístico predominava. Essa hegemonia deu-lhe sustentação eleitoral já que os chefes locais dominavam o exercício do voto, na montagem da máquina político-administrativa com a nomeação dos delegados de polícia, escrivães, juízes, promotores públicos, tabeliães, etc., constituindo um sistema muito poderoso e às vezes indestrutível⁴⁴.

O PSD foi fundado em março de 1945, pelo interventor Benedito Valadares⁴⁵. Yan Carreirão escreve como o PSD foi a sigla organizada por Getúlio Vargas durante o Estado Novo e tinha como objetivo sustentar a estrutura montada pelo político a partir das interventorias. De acordo com o autor, a sigla durante o período multipartidário que o Brasil viveu entre 1945 a 1964, foi o partido eleitoralmente mais forte⁴⁶.

⁴¹ MUNARIM, Antônio. **A práxis dos movimentos sociais na região serrana**. Dissertação de mestrado em Educação. Florianópolis: UFSC, 1990.

⁴² Outros partidos foram formados no período como o Partido Social Progressista (PSP), Partido Democrático Cristão (PDC), Partido de Representação Popular (PRP), Partido Libertador (PL) e o Partido Comunista do Brasil (PCB).

⁴³ LENZI, C. A. **Partidos e políticos de Santa Catarina**, Florianópolis, editora da UFSC, 1983.

⁴⁴ *Ibidem*.

⁴⁵ CARONE, Edgard. **O Estado Novo**. Difel, Rio de Janeiro. 1976, p. 177.

⁴⁶ CARREIRÃO, Yan de Souza. **Eleições e sistema partidário em Santa Catarina (1945-1979)**. Florianópolis, Editora da UFSC, 1990.

Embora, ao analisar a autora Lucia Hippolito, em sua obra *PSD: de Raposas a Reformistas* o autor aponta uma visão mais matizada do partido. Em sua análise escreve como o PSD ocupou solidamente o centro do sistema partidário nacional⁴⁷.

Em Santa Catarina, como Mostra Carlos Alberto Silveira Lenzi o PSD estava ligado visceralmente à Aliança Liberal, que era uma dissidência do Partido Republicano Catarinense. Também tinha ligação ao Partido Liberal e políticos da família Ramos⁴⁸.

Sobre o papel do PSD na política nacional, Carlos Alberto Lenzi conclui:

Desde sua formação, o PSD exerceu um papel hegemônico a nível de governo; sempre detinha a maioria no Congresso, controlava a maioria dos governos estaduais, as bancadas nas Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, como também desde 1956 até 1961, fornecendo a maioria dos ministros do governo federal, integrando, inclusive, a Aliança Social Trabalhista, que unia ao PTB⁴⁹.

Em termos organizacionais o partido já nasceu forte em Santa Catarina. Um indicador disso é o fato de que o PSD fez 50% dos votos na eleição para Câmara Federal (1945) e 63% dos votos na eleição para a Presidência da República, neste mesmo ano. Em 1947, o partido lança candidatura a prefeito e vereador em todos os municípios onde houve eleição – em contraste com os demais partidos, cuja organização é muito fraca no início do período (a exceção é a UDN que também surge com uma base sólida). Elege 30 dos 45 prefeitos e 65% dos vereadores do Estado, já que desde 1930 os grupos que vieram a formar o PSD detinham o comando do Estado. “O PSD foi durante toda sua existência um partido controlado pela oligarquia Ramos, originário de Lages”⁵⁰.

O União Democrática Nacional, por outro lado, teria sido formado, segundo a autora Maria Victória Benevides, na obra *Partidos Políticos do Brasil*, e comentada por Carreirão, por opositores ao governo Vargas. A origem dos membros da sigla seriam oligarcas que perderam o poder em 1930, antigos aliados de Vargas que se sentiam traídos em 1937 com a instauração do Estado Novo, alguns políticos que participaram do Estado Novo mas romperam com Getúlio Vargas e as forças locais antes de 1945, grupos de liberais dentro dos Estados e setores ligados a esquerda que saíram logo a seguir à criação da UDN⁵¹.

⁴⁷ Ibidem.

⁴⁸ LENZI, C. A. **Partidos e políticos de Santa Catarina**, Florianópolis, editora da UFSC, 1983.

⁴⁹ Ibidem.

⁵⁰ Ibidem.

⁵¹ CARREIRÃO, Yan de Souza. **Eleições e sistema partidário em Santa Catarina (1945-1979)**. Florianópolis, Editora da UFSC, 1990.

A sigla transformou-se em agremiação nacional, decorrência da lei Eleitoral de 28 de maio de 1945. Porém a sigla já existia desde 22 de abril do mesmo ano⁵².

Sobre o contexto nacional da criação da UDN Carreirão conclui:

O partido caracterizou-se por um profundo elitismo, reivindicando para si a defesa de um liberalismo que no plano econômico se traduzia por um anti-estatismo sem apontar para quaisquer reformas sociais importantes e no plano político impunha reservas à extensão da participação política e apelava seguidamente para a intervenção militar⁵³.

Leoncio Basbaum, também comenta sobre as características da sigla:

Representava os tradicionais grupos de burguesia agrária, que antigamente se reuniam nos Partidos Republicanos. Sua base principal de apoio continuava a ser a terra e o coronelado, a mesma que sustentava os antigos PPRR estaduais⁵⁴.

Em Santa Catarina, o partido liderado por Adolfo Konder não teve as mesmas características iniciais como no contexto nacional. No estado catarinense, a agremiação se originou principalmente de dissidentes do Partido Republicano Catarinense⁵⁵.

Sobre a UDN em Santa Catarina o autor Paulo Roberto Motta, analisado por Carlos Alberto Lenzi, comenta:

É constituída de líderes regionais de prestígio nacional, os quais não somente promovem alianças entre si, mas também tentam traduzir os seus desejos nas normas e programas partidários⁵⁶.

Carlos Lenzi conclui que após 1945 UDN e o PSD dominavam a política nacional e também estadual e que as demais agremiações buscavam de forma estratégica barganhar postos e posições pois as forças majoritárias pertenciam aos udenistas e aos pessedistas. As alianças que eram formadas por PSD e UDN com outras siglas duravam pouco tempo,

⁵² LENZI, C. A. **Partidos e políticos de Santa Catarina**, Florianópolis, editora da UFSC, 1983.

⁵³ CARREIRÃO, Yan de Souza. **Eleições e sistema partidário em Santa Catarina (1945-1979)**. Florianópolis, Editora da UFSC, 1990.

⁵⁴ BASBAUM, Leoncio. **História Sincera da República**. Rio de Janeiro, Editora Alfa Omega, 1976.

⁵⁵ LENZI, C. A. **Partidos e políticos de Santa Catarina**, Florianópolis, editora da UFSC, 1983.

⁵⁶ MOTTA, Paulo Roberto. **Movimentos Partidários no Brasil**, 1975, p. 34. Apud LENZI, C. A. **Partidos e políticos de Santa Catarina**, FLORIANÓPOLIS, EDITORA DA UFSC, 1983.

visto que as siglas vitoriosas relegavam seus coligados a posição de não participação das deliberações que eram decisórias no esquema do governo⁵⁷.

Outro fator importante da política catarinense que deve ser ressaltado, são as indicações de políticos que ocupavam cargos e venciam pleitos. Os políticos para ocuparem cargos eram geralmente indicações das famílias Ramos, Konder e Bornhausen que buscavam manter-se no poder do Estado. Um fato que mostra tal estratégia foi em 1947 quando Udo Deecke foi nomeado e empossado Interventor Federal do Santa Catarina e sua nomeação sofreu influência direta do líder do PSD catarinense, Nereu Ramos. Deecke escreve o autor era considerado “gente do Nereu” termo criado pela oposição e publicado no jornal “Diário da Tarde” que era dirigido por Adolfo Konder que concorreu no pleito do mesmo ano para o cargo de senador e que teria indicado para o governo de Santa Catarina Irineu Bornhausen para enfrentar Aderbal Ramos do PSD⁵⁸. O autor ainda afirma sobre a majoritariedade das siglas nas eleições de 1947. Enquanto o PSD detinha os estriamentos do poder, pelo exercício direto e os interpostos, indiretos a UDN por sua vez como oposição tinha estratificação no Estado desde a formação do Partido Republicano⁵⁹.

Sobre as eleições seguintes, em 1950 Lenzi comenta o cenário que se preparava para o pleito:

O PSD, governo, armava-se para continuar no poder. A UDN, por seu turno, não esquecia a refrega em 1945 e articulava-se além das fronteiras partidárias. Era prefeito de Florianópolis, Adalberto Ramos da Silva⁶⁰.

Novamente PSD e UDN mediam forças dentro do Estado de Santa Catarina liderados pelas forças políticas que já se faziam presentes no cenário político estadual, Nereu Ramos e Adolfo Konder.

Enquanto o PSD indicaria Udo Deeck e Nereu Ramos para senador, além de sustentar a candidatura de Getúlio Vargas, a UDN nomeou para o cargo de governador Irineu Bornhausen e para o senado Carlos Gomes de Oliveira. Adolfo Konder aparece como candidato a deputado federal. Na ocasião Irineu Bornhausen venceu as eleições e sagrou-se governador do Estado⁶¹.

⁵⁷ LENZI, C. A. **Partidos e políticos de Santa Catarina**, Florianópolis, editora da UFSC, 1983.

⁵⁸ Ibidem.

⁵⁹ Ibidem.

⁶⁰ Ibidem.

⁶¹ Ibidem.

O PSD e UDN alternaram-se, portanto, no governo do estado de Santa Catarina. Enquanto o PSD era liderado pela família Ramos oriunda de Lages, sua oposição era comandada pela aliança das famílias Konder e Bornhausen⁶². Na medida que se o político não pertencesse diretamente às famílias dominantes citadas era indicado e sustentado pelas mesmas.

Em 1964 um novo governo é implantado através de um golpe militar no Brasil. E com a ditadura a estrutura partidário é alterada novamente no país. Em um primeiro momento, nos primeiros meses de ditadura manteve-se a existência de partidos políticos⁶³.

Sobre o golpe militar Carlos Lenzi comenta:

Os acontecimentos de março de 64 eram previsíveis, para quem, pelo menos, tivesse sensibilidade política e noção de encadeamento de fatos que aconteciam nos eixos Brasília-Rio-São Paulo (Minas, como sempre, trabalhava em silêncio)⁶⁴.

No contexto político catarinense o autor Reinaldo Lohn na obra Histórias na Ditadura, comenta como o consórcio entre políticos do estado de Santa Catarina, juntamente com o jornal A Gazeta, de Florianópolis, foram efetivos no estado em classificar a Ditadura Militar como a “luta pela democracia”. E que ao perceber que o presidente deposto, João Goulart não teria mais possibilidades de governar as redes políticas catarinenses movimentaram-se e prontificaram-se a sustentar o regime⁶⁵.

Pode se comparar o contexto catarinense com a opinião de Carlos Lenzi sobre o golpe deferido em 1964. Para o autor a tomada do poder pelos militares já vinha sendo montada há algum tempo.

Não foram o comício de 13 de março, a indisciplina nos quadros militares (diminuta, aliás, pois nem o almirante Aragão, o cabo Anselmo e outros de pouca expressão tinham alguma liderança na Marinha, no Exército e

⁶² De 1945 a 1961 apenas um governador de Santa Catarina não pertencia as siglas PSD ou UDN. Jorge Lacerda do Partido de Representação Popular governou Santa Catarina de 1956 a 1958 até que faleceu em um acidente aéreo. Em seu lugar assumiu Heriberto Hülse, político da UDN.

⁶³ MEURER, Eriberto J. **Os empresários e os partidos políticos – As eleições de 1986 em Santa Catarina**. Tese – Faculdade de Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p. 39. 1994.

⁶⁴ LENZI, C. A. **Partidos e políticos de Santa Catarina**, Florianópolis, editora da UFSC, 1983.

⁶⁵ LOHN, Reinaldo Lindolfo. **Relações políticas e ditadura: do consórcio autoritário à transição controlada**. In: _____. Histórias na Ditadura – Santa Catarina (1964-1985). Florianópolis: Editora da UFSC, 2014. p. 17-55.

Aeronáutica, e os “janguistas” ou esquerdistas eram poucos) e a grande influência dos comunistas que proporcionaram a deflagração do movimento. Fatores importantes, internos e externos, como a intervenção econômica do capital multinacional, associado a interesses de alguns nacionais; a crise do populismo, a organização do órgãos como o Ipes, Ibad, ADP, incitadores da burguesia nacional para os perigos leviatânicos do comunismo emergente, pacificamente aceitos pelo presidente da República; o envolvimento dos militares neste complexo, e como salienta Dreifuss, “a ocupação dos postos estratégicos pela elite orgânica”, acrescido a tudo, o fermento do despreparo de Jango e sua equipe, deram no bolo de 31 de março⁶⁶.

Uma parte da população catarinense, seguindo a tendência nacional, apoiava os militares em 1964. Em contrapartida aqueles que eram contra o golpe militar acabaram por ficar esperando um movimento a favor de Jango que nunca aconteceu:

Na capital catarinense, à tardinha do dia 1º, automóveis embandeirados e de buzina aberta, comemoravam a queda de João Goulart. O câmbio do poder, evidente, provocou a euforia dos que dele estavam alijados, e os derrotados, encolheram-se (alguns esperavam uma reação que viria do Rio Grande do Sul, para onde Jango havia partido no dia 1º), sofrendo o escárnio e a mossa dos vencedores⁶⁷.

O governador de Santa Catarina, no momento do golpe militar, era Celso Ramos, que no dia 2 de abril, após a tomada ilegítima do poder pelos militares e após repercussão nas ruas, é publicada no jornal “O Estado” um pronunciamento do político⁶⁸. Em seu discurso, publicado pelo periódico, Celso Ramos se apresenta favorável aos militares e ao novo contexto político brasileiro. Em sua fala reforça os “medos” que rondavam a sociedade do país. Afirma sua repulsa intransigente e formal contra o comunismo e que somente a hierarquia e a disciplina militar tirariam o Brasil do que chamou de “infiltração vermelha” no país. E que devido a suposta ameaça de um regime ou revolução comunista no Brasil a tomada do poder pelos militares se legitimava em prol da democracia⁶⁹.

Reinaldo Lindolfo Lohn, reforça o episódio ao citar a tese de mestrado de Patrícia Zumblick Santos May “Redes político-empresariais de Santa Catarina (1961-1964) quando a imprensa catarinense apresentava aos seus leitores um cenário de “cidade em perfeita paz” e com “todos os estabelecimentos escolares funcionando perfeitamente”⁷⁰.

⁶⁶ LENZI, C. A. **Partidos e políticos de Santa Catarina**, Florianópolis, editora da UFSC, 1983.

⁶⁷ *Ibidem*.

⁶⁸ *Ibidem*.

⁶⁹ *Ibidem*.

⁷⁰ LOHN, Reinaldo Lindolfo. **Relações políticas e ditadura: do consórcio autoritário à transição controlada**. In: _____. *Histórias na Ditadura – Santa Catarina (1964-1985)*. Florianópolis: Editora UFSC, 2014. p. 17-55.

O Ato institucional n.2 (AI-2) de 27 de outubro de 1965 criou de forma indireta o bipartidarismo no país⁷¹ fechando todas as agremiações políticas existentes no Brasil. Após o decreto foram permitidas apenas e formadas a Aliança Renovadora Nacional (ARENA)⁷² que seria o partido de sustentação do governo e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB)⁷³, partido que faria o papel de “oposição autorizada” pelo governo. Medida tomada pelo governo militar após não concordar com o resultado das eleições de 1965 conforme Carlos Lenzi⁷⁴.

Após o AI-2, em Santa Catarina Lenzi escreve sobre o bipartidarismo:

A imposição esdrúxula do novo sistema partidário, de cima para baixo, reuniu nas duas organizações elementos de tendências doutrinárias e ideológicas conflitantes, mas que, mercê das situações locais nos estados, em decorrência das disputas pela hegemonia do poder e das divergências (até familiares e pessoais), agasalhou na Aliança Renovadora Nacional, os remanescentes conservadores do pessedismo, do udenismo, do PL, PR, PDC, PRP, PSP e forças do comércio e da indústria que haviam apoiado o movimento de 1964. No MDB, como que ensacados ficaram ex-pessedistas e ex-udenistas dissidentes (os chamados nacionalistas e os da bossa nova), trabalhistas (a bancada federal, em 67 foi quase integralmente cassada) socialistas, comunistas e outros dos pequenos partidos antigos⁷⁵.

A formação da ARENA teve como intuito abrigar políticos que sustentassem a ditadura e que se diziam comprometidos com a “revolução de 1964”⁷⁶. Na sigla uniram-se ex-PSDs e ex-UDNs que mantinham comportamento, segundo Lenzi, de centro e conservador, que tinham embates eleitorais apenas quando buscavam a hegemonia da dominação⁷⁷.

Em Santa Catarina, seguindo a estrutura nacional, houve uma aglutinação das lideranças dos antigos partidos, com exceção do PTB e do PCB. Seu núcleo central contava com os dois grandes partidos oligárquicos-conservadores: PSD e UDN. Enquanto

⁷¹ Lei disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-02-65.htm Acesso em abr. 2019.

⁷² Em sua formação a ARENA em Santa Catarina contava com nomes como: Armando Valério de Assis, Atílio Fontana, Álvaro Catão, Diomício Freitas, Pedro Harto Hermes, Abel Ávila dos Santos, Eduardo dos Santos Lins, Nilton Cherem, Ademar Garcia, Áureo Vidal Ramos, Ivo Montenegro, Celso Ramos, Irineu Bornhausen.

⁷³ Em sua formação a ARENA em Santa Catarina contava com nomes como: Laerte Ramos Vieira, Walter Ziguelli, Germano Amorim, Henrique de Arruda Ramos, Armindo Marcílio Doutel de Andrade, Genir José Destri, Paulo Macarini, Rodrigo Lôbo, Evilásio Nery Caon.

⁷⁴ LENZI, C. A. **Partidos e políticos de Santa Catarina**, Florianópolis, editora da UFSC, 1983.

⁷⁵ Ibidem.

⁷⁶ LOHN, Reinaldo Lindolfo. **Relações políticas e ditadura: do consórcio autoritário à transição controlada**. In: _____. Histórias na Ditadura – Santa Catarina (1964-1985). Florianópolis: Editora da UFSC, 2014. p. 17-55.

⁷⁷ LENZI, C. A. **Partidos e políticos de Santa Catarina**, Florianópolis, editora da UFSC, 1983.

o MDB contava com políticos oriundos em sua maioria dos ex-PTB⁷⁸. Eram de certa forma organizados pela junção heterogênea de correntes políticas que anteriormente eram conflitantes, porém tinham interesses econômico-financeiros em comum⁷⁹.

Sobre a ARENA:

Embora não se possa dizer que a acomodação entre os membros dos dois partidos (PSD e UDN) na Arena tenha sido totalmente sem problemas ao nível de suas cúpulas e particularmente das oligarquias Ramos e Konder-Bornhausen não parece ter havido grandes desavenças para a formação do novo partido⁸⁰.

Força que foi demonstrada nos primeiros anos de ditadura onde a ARENA liderava os resultados na Assembleia Legislativa em Santa Catarina e na indicação, indireta, de governadores. Ivo Silveira, Colombo Salles e Antônio Carlos Konder Reis que governaram o estado de 1966 a 1979 pertenciam a ARENA. Carreirão comenta que Colombo Salles representou a tentativa mais significativa de ruptura com o poder oligárquico. Ivo Silveira, entretanto, pertencia ao esquema político de Aderbal Ramos e não estava independente das oligarquias dominantes do estado⁸¹.

Yan Carreirão compara a ARENA com o MDB em Santa Catarina e mostra que o crescimento do partido de oposição tem um crescimento na segunda metade da década de 1970:

Em 1972, a estruturação emedebista ainda não é muito significativa: o partido lança candidatos a prefeitos em 51% dos municípios e a vereador em 69% deles. A Arena lança candidatos em 99,5% dos municípios, para todos os níveis. Já em 1976, a estrutura organizacional do MDB alcança praticamente todo o Estado: lança candidatos a prefeito em 90% dos municípios e em 94% destes lança candidatos a vereador⁸².

É nesse contexto de crescimento do MDB que o político Luiz Henrique da Silveira aparece na política de Santa Catarina. Quando em 1970 haveria o preenchimento de cadeiras no Senado da República, na Câmara Federal e nas Assembleias Legislativas em eleições marcadas para 15 de novembro de 1970. Nas eleições, classificada pelo jornal

⁷⁸ CARREIRÃO, Yan de Souza. **Eleições e sistema partidário em Santa Catarina (1945-1979)**. Florianópolis, Editora da UFSC, 1990.

⁷⁹ LENZI, C. A. **Partidos e políticos de Santa Catarina**, Florianópolis, editora da UFSC, 1983.

⁸⁰ CARREIRÃO, Yan de Souza. **Eleições e sistema partidário em Santa Catarina (1945-1979)**. Florianópolis, Editora da UFSC, 1990.

⁸¹ *Ibidem*.

⁸² *Ibidem*.

“O Estado” tudo ocorria sem anormalidades e Santa Catarina esperava apenas a confirmação das previsões já conhecidas tendo em vista que Colombo Machado Salles já havia sido indicado de forma indireta para ocupar o cargo de Governador de Santa Catarina⁸³. Luiz Henrique apesar de não aparecer no quadro de eleitos fora convocado como suplente.

É preciso ressaltar que o pleito de 1974 ocorrido no dia 15 de novembro foi um marco na história política do Brasil pois o MDB, as oposições unidas, conseguiram desestabilizar o sistema de poder autoritário e tecnoburocrático que existia no país desde 1964. Mesmo com o governo tentando impedir o crescimento da oposição o MDB vinha em um movimento de crescimento nacional⁸⁴.

Em 1974, portanto, frente aos 9 deputados federais eleitos pela ARENA o MDB consegue chegar a marca de 7 eleitos, e entre eles estava Luiz Henrique da Silveira que exerceu o mandato de 1975 a 1979⁸⁵. O MDB crescera na figura de oposição a ditadura militar ao mesmo tempo que a ARENA desgastava sua imagem.

Um dos motivos do desgaste do governo, do ARENA e da sigla em Santa Catarina foi atribuído por Reinaldo Lohn a crise econômica que corroía empregos, salários e dificultava as condições de vida nas cidades. E na tentativa de assegurar que a impopularidade do regime ditatorial criasse um novo processo político, o presidente Ernesto Geisel decreta o chamado Pacote de Abril, e fecha novamente o Congresso Nacional. Impedindo que a escolha dos novos governadores de estado fosse feita pelo voto. Além que metade dos ocupantes do Senado seriam os chamados “senadores biônicos”, e também estendeu o mandato presidencial em seis anos⁸⁶.

Luiz Henrique, nesse contexto, vence as eleições e assume a prefeitura de Joinville em 1977. Nas eleições de 1976 o MDB venceu as eleições para prefeito em três municípios de maior densidade do estado: Blumenau, Joinville e Lages.⁸⁷

Luiz Henrique da Silveira que viria a ser governador de Santa Catarina por dois mandatos (2002 e 2006) enfrentou nas duas eleições, para o cargo, o político Esperidião Amin.

⁸³ LENZI, C. A. **Partidos e políticos de Santa Catarina**, Florianópolis, editora da UFSC, 1983.

⁸⁴ Ibidem.

⁸⁵ Ibidem.

⁸⁶ LOHN, Reinaldo Lindolfo. **Relações políticas e ditadura: do consórcio autoritário à transição controlada**. In: _____. *Histórias na Ditadura – Santa Catarina (1964-1985)*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014. p. 17-55.

⁸⁷ LENZI, C. A. **Partidos e políticos de Santa Catarina**, Florianópolis, editora da UFSC, 1983.

Esperidião Amin, que pertencia a ARENA, foi o deputado federal mais votado com 72380 votos. Em 1978 a ARENA, que tinha como objetivo sustentar o governo federal militar, em Santa Catarina elegeu para a Câmara Federal 9 deputados das 16 vagas. Entre eles Espiridião Amin.

Após o fracasso das estratégias do governo militar, para manter o ritmo de crescimento da economia, as eleições para governador dos estados estavam marcadas para 1982. Essas eleições não aconteciam desde 1965. E junto com as eleições, veio a reforma partidária, uma forma de dividir a oposição e facilitar o controle do processo de abertura política, por parte da ditadura⁸⁸. Portanto, mesmo em um processo de “democratização”, colocando fim a ditadura militar, a estratégia das camadas conservadoras de apoio ao governo militar era simples, se manter no poder mesmo anunciando um processo democrático de escolha de candidatos.

A reforma política fez surgir vários partidos políticos, e as antigas siglas foram extintas, porém da ARENA e MDB vão surgir duas agremiações políticas importantes para o cenário político nacional. Da ARENA surgiu o Partido Democrático Social (PDS) e o MDB tentou manter vínculos com a antiga legenda e articulou o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Desse contexto outros partidos surgiram⁸⁹.

Nas eleições de 1982 as forças conservadoras de Santa Catarina precisavam de um novo nome para poder concorrer ao governo do Estado. Podemos perceber a articulação conservadora, ex-ARENA, unidos na época pelo PDS ao lançarem a ex-prefeito de Florianópolis, Esperidião Amin para governo do Estado. Campanha que colocava o nome de Amin como uma promessa de renovação das forças conservadoras. Amin na ocasião concorreu ao pleito contra Jaison Barreto do PMDB⁹⁰, que agradava aos setores mais a esquerda de seu partido.⁹¹

Com relação ao resultado das eleições de 1982 Reinaldo Lohn escreve que Esperidião Amin obteve uma apertada vitória por apenas 12.650 votos. E que no mesmo pleito um resultado ainda mais concorrido ocorreu na disputa ao Senado, na qual Jorge

⁸⁸ LOHN, Reinaldo Lindolfo. **Relações políticas e ditadura: do consórcio autoritário à transição controlada**. In: _____. Histórias na Ditadura – Santa Catarina (1964-1985). Florianópolis: Editora da UFSC, 2014. p. 17-55.

⁸⁹ Ibidem.

⁹⁰ Outros nomes concorreram ao governo do Estado: Eurídes Mescolotto (PT), Lúcia Doutel de Andrade (PDT) e Osmar Cunha (PTB).

⁹¹ LOHN, Reinaldo Lindolfo. **Relações políticas e ditadura: do consórcio autoritário à transição controlada**. In: _____. Histórias na Ditadura – Santa Catarina (1964-1985) Florianópolis: Editora da UFSC. 2014. p. 17-55.

Bonrhausen⁹² do PDS, que fora governador do Estado entre 1979 a 1982 venceu Pedro Ivo Campos do PMDB por apenas 1.439⁹³.

Porém, mesmo com as eleições diretas para governador, podemos perceber que não existe alteração nas forças políticas em Santa Catarina. Pois os nomes que conseguem vencer nas urnas são nomes que já vinham exercendo cargos políticos anteriormente. Assim como seus adversários como Pedro Ivo que já tinha sido eleito duas vezes deputado federal e governara Joinville antes de Luiz Henrique da Silveira.

E até mesmo a dita “novidade” nas eleições que era Esperidião Amin, além de já ter sido prefeito da capital de Santa Catarina era apoiado pelas forças conservadoras da antiga ARENA que durante o período da Ditadura Militar serviu de base de apoio ao governo. Esta situação será explorada por Luiz Henrique em sua campanha de 2002 quando relaciona Amin às oligarquias⁹⁴.

Esperidião Amin que viria a governar Santa Catarina novamente em 1999 e Luiz Henrique da Silveira que voltaria a ser prefeito da cidade de Joinville (1997/2002), local onde construiu sua carreira política, se enfrentariam para o governo de Santa Catarina em 2002 e em 2006.

⁹² Primo do ex-governador de Santa Catarina Atônio Carlos Konder Reis.

⁹³ LOHN, Reinaldo Lindolfo. **Relações políticas e ditadura: do consórcio autoritário à transição controlada**. In: _____. Histórias na Ditadura – Santa Catarina (1964-1985). Florianópolis: Editora da UFSC, 2014. p. 17-55..

⁹⁴ BALDISSARELLI, Adriana. Casildo agita a sucessão estadual. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 24, setembro de 2002. Caderno Política, página 6.

Capítulo 2 – A campanha de Luiz Henrique da Silveira para o governo de Santa Catarina em 2002

No fim do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) é que Luiz Henrique aparece como pré-candidato e posteriormente candidato ao governo de Santa Catarina. Já como governador o peemedebista governa juntamente com Luiz Inácio Lula da Silva, presidente eleito pelo Partido dos Trabalhadores (PT). O Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), em 2001 era presidido pelo político Michel Temer. Ao final do governo FHC. O Diário Catarinense escreve ao seu leitor que as críticas em relação ao final do mandato de FHC mostravam que as lideranças ligadas ao então presidente sofreriam com o desgaste. E que a estratégia do PMDB era então se desvincular do que o jornal tratava como governo desgastado⁹⁵.

Ainda no período anterior a pré-candidatura, mesmo antes de ser considerado o candidato oficial do PMDB ao governo do estado, a estratégia usada por Luiz Henrique, prefeito de Joinville, e de seu partido era ao mesmo tempo divulgar sua proposta e desmoralizar a imagem de quem se projetava como principal adversário de campanha, Esperidião Amin. O peemedebista pretendia percorrer o Estado para mapear sua candidatura e campanha assim como divulgar suas propostas. Uma das principais críticas feitas pelo político era devido a centralização recursos do governo na capital do estado. “O governo de Santa Catarina está velho, centralizado na Capital, que fica num dos seus extremos. Temos que criar estruturas intermediárias”⁹⁶. Luiz Henrique já preparava o eleitor com o discurso de centralização de recursos e administração. Ao discursar usando tais argumentos o eleitor começa a se aproximar de críticas a gestão atual. Assim como começa a ler uma nova alternativa, que seria Luiz Henrique.

Esperidião Amin, até então governador de Santa Catarina, pretendia concorrer ao governo do Estado em 2002. E a estratégia de difamar o governo atual, e forte candidato a vitória, está presente desde antes da oficialização da candidatura de Luiz Henrique. Em setembro de 2001 a fala sobre o governo de Esperidião Amin deferidas pelo PMBD é de críticas em relação as obras: “Quase três anos de mandato e esse governo não realizou

⁹⁵ RODRIGUES, Liziane. Michel Temer apóia o rompimento com FHC. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 15, agosto de 2001. Caderno Política, página 9

⁹⁶ BALDISSARELLI, Adriana. Slogan deverá ser “Todos por Santa Catarina”. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 05, setembro de 2001. Caderno Política, página 8.

sequer uma única obra na maioria das cidades”⁹⁷. Tais palavras foram proferidas por Casildo Maldaner, o cabo eleitoral de Luiz Henrique e destacadas pelo Diário Catarinense. Ao discursar e atacar o governo o político passa uma mensagem ao eleitor, o governo não realizou nenhum projeto nas cidades catarinenses. Uma estratégia de promover a imagem do candidato era difamando a do oponente. Apontando os defeitos do adversário, o candidato consegue expor ao eleitor algum fator que chama atenção do eleitor e que acaba o afastando do adversário, gerando um sentimento de insatisfação e insegurança.

Nesse contexto, em maio de 2001 meses antes das eleições de 2002 o presidenciável Luiz Inácio Lula da Silva defendeu alianças regionais de seu partido, o PT, com o PMDB. O DC escreveu que a intenção do petista era atingir os descontentes do PMDB para tentar impedir uma coligação da sigla com o PSDB. Em caso de coligação com o dos partidos Lula defendia alianças informais entre PT e PMDB, segundo a matéria. Entretanto, tal estratégia faz com que o PMDB sofra uma divisão. Enquanto a maioria dos peemedebistas apoiava uma aliança com José Serra e o PSDB, a minoria apostava em não apoiar nenhum candidato⁹⁸. Tanto o PMDB quanto o PT buscavam alianças para as eleições que se aproximavam. A reportagem, portanto, mostrava que a formação de alianças era estratégia importante para as eleições que iriam acontecer no ano seguinte.

Essa ação do PT em âmbito nacional refletiu em Santa Catarina já em 2002, ainda antes da oficialização dos candidatos ao governo. O PMDB na figura do possível candidato ao governo do estado, Luiz Henrique, e o PT com o possível candidato, José Fritsch, se unem contra o governador de Santa Catarina e candidato à reeleição em 2002, Esperidião Amin. Os candidatos, como consta na matéria de junho de 2002, do PMDB e PT que iriam correr ao cargo de governador anunciaram, de forma antecipada, também aliança em um possível segundo turno⁹⁹. O leitor do Diário Catarinense meses antes das eleições começou a ser preparado não apenas para uma aliança entre PMDB e PT, mas também que todas as “forças” estariam se unindo para o embate com o atual governo. Em

⁹⁷ BALBINOTTI, Jean. PMDB filia empresário. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 03, setembro de 2001. Caderno Política, página 8.

⁹⁸ RIO CLARO/SP. Lula quer aliança regional com o PMDB. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 29, maio de 2001. Caderno Política. Página 6.

⁹⁹ RIEVERS, Ricardo. PMDB e PT juntos contra Amin. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 04, junho de 2002. Caderno Política, Página 6.

âmbito estadual, preparando Luiz Henrique da Silveira em oposição a Esperidião Amin e Luiz Inácio Lula da Silva em contraposição ao PSDB de Fernando Henrique¹⁰⁰.

A estratégia de apontar falhas ou erros de seus adversários se tornou comum nas campanhas políticas. Em sua estratégia para levar as eleições para o segundo turno José Serra utilizou das críticas ao seu concorrente durante sua campanha. O presidente iria explorar denúncias que envolviam administrações do partido de Lula, o PT, no Rio Grande do Sul e na cidade de Santo André. É interessante notar que tal estratégia foi criticada pelo PMDB de Luiz Henrique que discordava dos ataques antes das eleições. Entretanto as críticas e denúncias contra Amin foi diversas vezes utilizada por Luiz Henrique na tentativa de levar a eleição ao segundo turno e vencer o pleito. A situação do PMDB era delicada pois haviam estados, como Santa Catarina, em que o PMDB não tinha interesse nas críticas ao PT pois contaria com apoio do Partido dos Trabalhadores em um possível segundo turno das eleições¹⁰¹.

Ainda em 2001 o PMDB já tinha escolhido o seu pré-candidato ao governo do Estado, que era o até então prefeito de Joinville, Luiz Henrique da Silveira. Embora a essa altura a escolha para o governo do Estado tivesse definida, mas não oficializada. Casildo Maldaner freava as intenções de Edison Andrino (PMDB) para concorrer ao senado pois vai abrir mão da candidatura ao cargo de Governador para Luiz Henrique da Silveira¹⁰².

A estratégia de fazer o eleitor catarinense não acreditar na imagem do adversário está presente em diversas campanhas políticas no Brasil. E um ano antes das eleições de 2002 o PMDB catarinense abertamente decreta que adotaria uma estratégia agressiva no que se referia as denúncias contra o seu rival o PPB e o governador da época, Esperidião Amin¹⁰³. Destaca-se na reportagem que Luiz Henrique apontaria constantemente as falhas de seu adversário.

A motivação seria que os pepebistas se aproveitam, os que eles chamam de “escorregão” do PMDB, enquanto o partido de Luiz Henrique não aproveita as denúncias em relação ao PPB. A fala de Casildo Maldaner é direta e chama a sociedade para o lado do PMDB em denúncia ao governo:

¹⁰⁰ Em contexto nacional as pesquisas apontavam o candidato Lula liderando as intenções de votos, seguido pelo candidato do PSDB José Serra.

¹⁰¹ SANTOS, Klécio. Apoio a Serra ou Lula racha PMDB. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 05, maio de 2002. Caderno Política, Página 6.

¹⁰² BALDISSARELI, Adriana. PMDB abre hoje suas chagas. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 27, agosto de 2001. Caderno Política, Página 12.

¹⁰³ SEVERINO, Fabrício. Rivalidade histórica no Estado. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 28, outubro de 2001. Caderno Política, página 11.

Temos que montar estratégias. Conversar com a sociedade, mostrar mais as mazelas deste governo. Sentimos que é um compromisso do partido e não podemos deixar passar, sob pena de sermos classificados de omissos. Temos que olhar esta caixa preta¹⁰⁴.

Sobre seu possível adversário ao pleito em 2002 a fala do candidato no que diz respeito a estratégia de tentar evitar “os Amin”: Esperidião e sua esposa Angela. No caso seria de Luiz Henrique concorrer ao senado em 2002 e aguardar até 2006 para concorrer ao governo de Estado, cenário onde o político não enfrentaria Esperidião Amin ou sua esposa, nomes considerados fortes para o cargo. Sobre esse assunto, o peemedebista se mostra decidido ao seu destino como candidato ao governo. Disse que tal manobra estaria fora de cogitação e que sua desistência ao cargo era menor do que 1%. Assim como se mostra confiante em sua candidatura para o eleitor em relações aos números que em 2001 favoreciam Esperidião Amin. A aprovação do então governador de Santa Catarina em 2001 era 53%, mas lembrou que quando o político concorreu à reeleição sua aprovação era de 88% e que fez 51% dos votos¹⁰⁵. Ao anunciar números de rejeição e votos Luiz Henrique passa ao seu eleitor confiança e demonstra a insatisfação dos que confiaram na gestão Amin.

Luiz Henrique frisa que só abriria mão de seu mandato como prefeito do município de Joinville para substituir Esperidião Amin no governo do Estado. Enfatizava em seu discurso que: “Há um sentimento psicossocial de mudança no Estado e eu emblematizo este sentimento”¹⁰⁶. Constantemente durante sua campanha Luiz Henrique se apresenta ao eleitor como o “candidato da mudança”. A expressão tem como objetivos menosprezar a gestão de Amin, passando uma mensagem de governo sem objetivos e que não realizou suas propostas. Ao mesmo tempo que apresentava o peemedebista como a solução para o problema do governo de Santa Catarina.

Luiz Henrique da Silveira na matéria publicada pelo Diário Catarinense foi retratado, antes mesmo de ser oficializado como candidato ao governo de Santa Catarina, que teria ficado irritado com membros do PMDB que tinham até então a intenção de o partido concorrer às eleições de 2002 com dois candidatos ao senado. O descontentamento do então prefeito de Joinville, era que só iria concorrer ao governo do estado se houvesse uma aliança com outras siglas. A intenção de Luiz Henrique era que

¹⁰⁴ SEVERINO, Fabrício. Rivalidade histórica no Estado. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 28, outubro de 2001. Caderno Política, página 8.

¹⁰⁵ BALDISSARELLI, Adriana. Slogan deverá ser “Todos por Santa Catarina”. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 05, setembro de 2001. Caderno Política, página 8.

¹⁰⁶ Idem.

o PMDB cedesse uma vaga ao senado para um possível aliado. O mesmo afirmou em 2001 que não iria se “aventurar” nas eleições, e que não deixaria o cargo que ocupava para uma campanha sem coligações. Geovah Amarante, presidente do PMDB de Joinville, considerado braço direito de Luiz Henrique, reforçou a fala do possível candidato ao governo do estado¹⁰⁷. Portanto, o leitor do periódico começa a ver o político como um candidato que não iria concorrer às eleições de forma desesperada ou despreparada. Ao avaliar a postura de Luiz Henrique o eleitor catarinense começa a construir a imagem de um candidato sério e disposto a negociar com aliados para governar.

Na mesma matéria do Diário catarinense do dia 28 de agosto de 2001, Luiz Henrique faz grandes críticas ao que chama de “intriguento” que deixara vazar um comentário sobre uma possível desistência a disputa pelo governo do Estado ou até mesmo da troca de partido¹⁰⁸. O jornal reforça novamente, portanto, que o político estava decidido a disputar o cargo.

Nota-se as articulações que o pré-candidato do PMDB já fazia meses antes da própria campanha tentando articular o maior número de siglas para seu projeto. A intenção era nítida de não concorrer como partido único. Concorrer sozinho significava pouco tempo de campanha nos meios de comunicação e também ser alvo de todas outras siglas.

A principal sigla que Luiz Henrique gostaria de articular para sua coligação era o PSDB. Luiz Henrique, ao dizer que preferia a aliança como O PSDB trouxe à tona o “medo” de um passado não tão distante para a sociedade, a “ditadura civil militar” (como escreveu o Diário Catarinense). Na entrevista em 17 de novembro de 2001, o discurso divulgado para o leitor é a difamação da imagem do governo estadual da época e ao mesmo tempo elevando a imagem do partido, como o qual busca a aliança, o PSDB¹⁰⁹.

A estratégia de se colocar como alternativa de mudança acompanhada de críticas a seus adversários seria usada pelo candidato do PMDB durante toda sua campanha. As falas de Luiz Henrique colocam o PMDB como a escolha certa. Ao mesmo tempo que vincula a imagem do governo de Esperidião Amin a ditadura agradava o PSDB (tucanos)

¹⁰⁷ VIEIRA, Lúcia Helena. Prefeito só concorre com aliança. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 03, julho de 2001. Caderno Política, página 10.

¹⁰⁸ VIEIRA, Lúcia Helena. Prefeito só concorre com aliança. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 03, julho de 2001. Caderno Política, página 10.

¹⁰⁹ RODRIGUES, Liziane. “Amin deve se afastar para concorrer”. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 17, novembro de 2001. Caderno Política, página 11.

classificando a sigla como uma das que lutaram contra o regime militar. Ao justificar a participação do PSDB no governo de Amin o peemedebista Luiz Henrique vincula o fato como atitude de momento. Ressaltava como justificava que no ano de 2001 a situação se apresentava diferente¹¹⁰.

A disputa pelo governo do estado começa antes mesmo do anúncio oficial dos candidatos. Uma das primeiras ações daqueles que seriam os candidatos mais fortes na disputa pelo governo, Luiz Henrique e Esperidião Amin, foi na cidade catarinense de Blumenau, onde no desfile pelos 151 anos da cidade ambos os candidatos estiveram presentes no palanque oficial. Ambos os políticos tinham em mente que se enfrentariam nas eleições que viriam e embora discursassem no mesmo palanque ficaram distantes um do outro¹¹¹. O destaque dado pela jornalista, mostra o tratamento dado ao “conceito de política”, onde estabelece-se o outro como “inimigo”. Como se estivessem numa guerra.

Assim como sua fala se concretiza na confiança e em num passado que considerava vencedor, trechos de um discurso de Luiz Henrique publicados no DC mostram como o candidato faz propaganda de si mesmo e da vitória. É preciso ressaltar que tais trechos são tirados de um discurso maior, pois o Diário Catarinense não publicou a fala em sua íntegra. E sim apenas alguns trechos foram destacados. Entretanto, observa-se nestes fragmentos como o político passa sua imagem vitoriosa para quem o escuta.

Disputei 10 eleições e venci nove. Aquela que já era perdida, fui de 6% para 49% dos votos. Esta eleição, eu sinto na pele que nós vamos ganhar, companheiros! Contra o marquetismo fogueteiro, contra o show do milhão. Vamos ganhar com esta tropa tucana e emedebista, de 133 prefeitos, 125 vices, 1,3 mil vereadores¹¹².

Em outra situação, que colocaria os dois principais candidatos ao governo juntos em um mesmo ambiente, o Diário Catarinense destacou a possibilidade do encontro dos políticos. Em uma campanha política, ou próximo dela, todo e qualquer evento que reúna um grande público pode se tornar um evento de divulgação da imagem do político. E a presença dos possíveis candidatos era esperada durante os desfiles das escolas de samba de Florianópolis. Em sua fala, o candidato do PMDB, que cancelou sua viagem ao Chile no feriado, apela para um discurso popular e de aproximação com a população “Como

¹¹⁰ Idem.

¹¹¹ AGÊNCIA RBS/Blumenau. Líderes confrontam-se em Blumenau. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 03, setembro de 2001. Caderno Política. Página 6.

¹¹² BALDISSARELLI, Adriana. RIEVERS, Ricardo. Festa com Temer para selar aliança no Estado. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 22, junho de 2002. Caderno Política, página 6.

menino criado em Florianópolis acompanhava o carnaval na cidade desde o tempo dos primeiros blocos”¹¹³. A frase destacada pelo jornal mostrava, portanto, essa imagem de aproximação do peemedebista com o público da capital, onde se concentra grande parte do eleitorado de Santa Catarina.

Outra fala sobre seu rival mostra como a crítica é passada ao leitor/eleitor que começa a enxergar o governo através das falas do candidato Luiz Henrique. O Partido Progressista Brasileiro, partido de Esperidião Amin e o PFL sofriam uma crise em sua coligação. As críticas tomam o rumo de mostrar aos eleitores o desgaste que o governo de Esperidião sofria, usando como exemplo a aliança PPB e PFL. No jornal, a crise era apresentada como “profunda”. E destaca-se que: “A crise é mais profunda, há um sentimento de exaustão na opinião pública sobre esta aliança” destacou a jornalista¹¹⁴. O candidato fala de um “sentimento de exaustão”, de acordo com a opinião pública. Entretanto não é apresentado nenhum tipo de pesquisa ou números que comprovem tal afirmação. A fala, porém, passa esse sentimento de exaustão ao leitor que pode ou não aderir a tal informação como verdadeira.

Assim como Luiz Henrique buscava formar uma forte coligação para concorrer ao governo seu adversário Esperidião Amin buscava estratégia parecida. Luiz Henrique criticou duramente a coligação feita entre o partido de Esperidião Amin, o PPB com a sigla de Leonel Brizola, o Partido Democrático Trabalhista, em Santa Catarina. Usa da argumentação ideológica dos partidos e políticos que formam as chapas “É uma coligação indefensável, eles são opostos como água e vinho”. Na mesma linha de criticar a aliança oposta, os peemedebistas defendiam sua aliança com o PSDB “nossa coligação é autêntica”, frase construída por Cassildo Maldaner. Ainda, Leonel Pavan, candidato ao senado, faz duras críticas a coligação PPB e PDT. Pontuava que: “quem está agindo como biruta é o próprio Brizola”¹¹⁵. Portanto ao usar das mesmas estratégias o PMDB e seu possível aliado, o PSDB, tentam deslegitimar a tentativa de seu adversário usando a argumentação da ideologia partidária.

As críticas ao adversário não foram unilaterais. As denúncias e críticas aconteciam dos dois lados. Tanto que Luiz Henrique e o PMDB também foram alvos de críticas de

¹¹³ BALDISSARELI, Adriana. Amin e Luiz Henrique medem força na avenida. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 10, fevereiro de 2002, Folia, página 7.

¹¹⁴ BALDISSARELLI, Adriana. PMDB vê “exaustão” na aliança. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 02, julho de 2002. Caderno Política, página 6.

¹¹⁵ BALDISSARELLI, Adriana. Luiz Henrique critica união com Brizola. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 19, julho de 2002. Caderno Política, página 6.

Esperidião Amin. Ao rebater a crítica do candidato do PPB sobre o que caracterizou como “o maior escândalo financeiro da história de Santa Catarina” responsabilizando o “time do PMDB” Luiz Henrique não fala sobre o escândalo. Se defendia ao rebater as críticas, dizendo apenas que esse argumento é o único que Amn tem, ainda usa deste fato para dizer que, Esperidião Amin usa do ocorrido para esconder o mal governo que fazia até então. Enfatizava que: “Este é um álibi no qual ele (Amin) procura esconder sua inação como governador. É o samba de uma nota só”¹¹⁶. A matéria tende a mostrar que as acusações de Amin para seu adversário é apenas uma. Luiz Henrique tenta, portanto, mudar o foco da notícia, pois não comenta sobre a participação ou não do PMDB.

Em janeiro de 2002, apesar dos esforços iniciais para estabelecer Luz Henrique como candidato ao governo do Estado, existe uma possibilidade de mudança na campanha do peemedebista e publicado pelo Diário Catarinense. É noticiado a possibilidade de Luiz Henrique ser candidato a vice-presidente na chapa de José Serra do PSDB. Mesmo com a intenção de ser candidato ao governo do estado o catarinense disse que aceitaria se o seu partido desejar. O PMDB em principio se mostrava empolgado com a possibilidade¹¹⁷. Mesmo com dúvidas sobre sua campanha, o político é retratado nas matérias como uma espécie de “funcionário” de sua sigla. A intenção de Luiz Henrique era da concorrer ao cargo de governador de Santa Catarina, porém, o catarinense segundo o DC Luiz Henrique não contrariaria as decisões do partido.

Luiz Henrique mesmo com a possibilidade de formar a chapa para concorrer a vice-presidência junto ao candidato José Serra pretendia renunciar ao cargo em abril de 2002. Em fevereiro do mesmo ano, discursou ao reassumir a prefeitura de Joinville, após um período afastado. De sua fala o artigo do jornal enfatiza a crítica a lei eleitoral que obrigava os prefeitos a renunciarem ao cargo, caso pretendessem disputar as eleições para deputado, senado ou governo. Em seu discurso pede que o governador Esperidião Amin “por ética” renuncie também¹¹⁸. Novamente o periódico coloca ambos os candidatos em “conflito” pois a fala de Luiz Henrique destacada na matéria foi a crítica ao seu possível concorrente. Ao pedir “ética” a Amin o pré-candidato do PMDB mostra ao eleitor catarinense que, caso Esperidião Amin não renuncie o cargo de governador para se lançar

¹¹⁶ BALDISSARELLI, Adriana. Amin vai aos debates em setembro. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 30, julho de 2002. Caderno Política, página 6.

¹¹⁷ SEVERINO, Fabrício. PMDB empolga-se com vice de Serra. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 28, janeiro de 2002. Caderno Política, Eleições 2002, página 7.

¹¹⁸ RODRIGUES, Liziane. Luiz Henrique volta ao cargo em abril. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 19, fevereiro de 2001. Caderno Política, página 11.

a candidato a reeleição o mesmo não possui “ética”. Uma qualidade buscada pelo eleitor em um político em campanha.

Pode se notar ainda certa apropriação e fortalecimento do “medo”, da população em relação aos problemas segurança pública nos discursos, quando Luiz Henrique em certos momentos de sua campanha utilizava de notícias sobre violência urbana para promover sua imagem e difamar a imagem de seu concorrente. O político problematiza a questão da segurança, fortalecendo o medo e aproveitando para mostrar ao eleitor a ineficiência de seu adversário em relação a situação, enfatizando que o candidato oponente teria deixado o assunto de segurança pública de lado para focar em sua campanha. As frases ditas pelo candidato do PMDB buscavam convencer o eleitor de que o governo estadual não tem como prioridade a segurança, crescendo assim em Santa Catarina o “medo da violência urbana. Sobre as duras críticas proferidas por Luiz Henrique à Amin:

A criminalidade cresceu de forma avassaladora em Santa Catarina. Ou ele se afasta de sua campanha e entra com uma operação de guerra contra a violência, ou deixa que alguém faça alguma coisa. A situação está insustentável¹¹⁹.

Porém, sobre o mesmo contexto, Esperidião Amin confronta a fala de Luiz Henrique usando da argumentação de que Luiz Henrique e o PMDB não teriam feito em 1998, na candidatura de Paulo Afonso, o que exigiam dele em 2002¹²⁰.

Em campanha pelo estado e continuamente proferindo as ofensas ao governo e Amin. Cabe destacar, que Luiz Henrique ao trocar farpas com o candidato do PPB usa também de argumentações bíblicas. “Ele deveria olhar para frente. É como na bíblia, quem olha para trás vira estátua de sal como a mulher de Ló”¹²¹. Pode ser que a intenção da fala do candidato seria de se aproximar tanto de uma parcela da população catarinense devota ao cristianismo quanto a parte que deseja um candidato forte ao mostrar que assim como na bíblia ele, Luiz Henrique, jamais olha para trás e pensa somente no futuro.

A estratégia de Luiz Henrique visava formar uma grande aliança partidária para concorrer ao governo do Estado, porém, Anthony Garotinho (PMDB) pretendia concorrer

¹¹⁹ BALDISSARELLI, Adriana. Luiz Henrique pede saída de Amin, diz governador. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 06, agosto de 2002. Caderno Política, página 6.

¹²⁰ BALDISSARELLI, Adriana. PMDB não se afastou em 98, diz governador. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 06, agosto de 2002. Caderno Política, página 6.

¹²¹ BALDISSARELLI, Adriana. Ofensas entre PPB e PMDB. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 08, agosto de 2002. Caderno Política, página 11.

ao cargo de presidente e buscava ajuda de Luiz Henrique em Santa Catarina. Entretanto o político catarinense se mostrava bastante distante dessa proposta. Para Luiz Henrique a situação com Garotinho era delicada. Mesmo pertencentes a mesma sigla a intenção de Luiz Henrique não se alinhava com os planos do presidenciável. Luiz Henrique não pretendia dar o apoio a Garotinho, suas intenções eram outras. Como candidato ao governo do Estado Luiz Henrique buscava uma aliança com o PSDB que pretendia lançar o candidato José Serra. E caso o PMDB desejasse, seria candidato à vice-presidência junto com o mesmo PSDB¹²². O jornalista mostra o afastamento de Luiz Henrique de Garotinho, para que o eleitor catarinense não vincule a imagem do peemedebista catarinense com essa candidatura, destacando em seu artigo que a intenção do candidato era formar uma aliança com o PSDB.

Em sua campanha, em um primeiro momento, Luiz Henrique, pretendia formar uma forte coligação com o PSDB. A aproximação do PMDB com o PSDB em 2002 não seria fácil e simples. Na eleição anterior para o governo do Estado formou-se uma aliança entre o partido de Esperidião Amin do PPB, juntamente com o PDSB¹²³, que resultou na vitória do pepebista. O Diário catarinense foca na preocupação do Luiz Henrique, ao perceber a tentativa de uma reedição da aliança PPB e PSDB para tentar reeleger Amin¹²⁴. Embora houvesse certo anseio de Luiz Henrique, o jornalista destaca na matéria a fala confiante do peemedebista sobre o rompimento entre o PPB de Amin e o PSDB, quando o político afirmava que houvera um “sepultamento” dessa coligação.

No ano das eleições, no mês de março, Casildo Maldaner¹²⁵ ainda sentia a necessidade de reunir os membros do PMDB de Santa Catarina em prol da campanha de Luiz Henrique. Maldaner via o andamento da campanha como desanimada. E via que Luiz Henrique estacionou nos 20% nas pesquisas. O político sentia que até o momento existia uma falta de engajamento dos partidários¹²⁶.

A “caça aos votos” como noticiou o Diário Catarinense começa em Santa Catarina em abril de 2002. Na matéria o jornal traz uma entrevista com os principais candidatos

¹²² SEVERINO, Fabrício. Garotinho quer ajuda de Luiz Henrique. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 23, fevereiro de 2001. Caderno Política, página 7.

¹²³ O PFL também fez parte da coligação indicando vice-governador, o político Paulo Bauer.

¹²⁴ BALDISSARELI, Adriana. Verticalização estremece campanha. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 03, março de 2002. Caderno Política, página 6.

¹²⁵ Presidente estadual do PMDB em 2002.

¹²⁶ MINOSSO, Ana. Maldaner precisa unir PMDB para Luiz Henrique. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 1º, abril de 2002. Caderno Política, página 9.

ao governo do estado¹²⁷. A mídia do jornal é de extrema importância em uma campanha, e no cenário catarinense, o Diário Catarinense, por ser um dos principais jornais do estado se torna uma ferramenta de divulgação do próprio candidato.

Luiz Henrique propôs aos leitores e futuros votantes “uma equação matemática pura e simples” de governar reforçando a criação de estruturas regionais e sobre enxugar a máquina do estado¹²⁸. O meio de comunicação visa, portanto, ressaltar as propostas dos candidatos, que é uma maneira das mesmas chegarem ao eleitor. Ao destacar o termo “simples” o leitor pode perceber que a resolução dos problemas do Estado catarinense é algo simples. E que ele, Luiz Henrique, deverá resolvê-los.

Ao ser questionado sobre porque desejava governar Santa Catarina respondeu o DC destaca que “isso não depende de uma vontade individual”. Em seguida afirma-se: “Eu sou consequência de uma vontade coletiva do PMDB e que ultrapassa o partido”¹²⁹. A vontade de governar o Estado não é um desejo individual, mas é o esforço de todo o partido e ele seria o símbolo de todo esse esforço. Aos leitores buscava-se convencer de que o projeto político era partidário.

Embora os esforços do PMDB de Santa Catarina estivessem unidos em torno do nome de Luiz Henrique para o governo do Estado, o nome do político continuava a ser cotado a concorrer junto de José Serra, como vice-presidente. Porém o político do PSDB não se animava com a formação da chapa com o candidato catarinense. O desejo da sigla tucana era de um nome com maior densidade eleitoral ou um político oriundo do Nordeste¹³⁰. Assim como Luiz Henrique, José Serra também visava a formação de uma coligação forte, pois sabia que seu adversário não seria facilmente derrotado. O tucano concluía que Luiz Henrique não traria a força necessária para o PSDB derrotar Lula nas eleições presidenciais.

Portanto, o destino da candidatura em 2002 de Luiz Henrique era dúbio, o PMDB ainda pretendia apresentar o nome do político ao PSDB para concorrer junto com Serra a vice-presidência. Porém, em abril de 2002, Luiz Henrique em seu discurso ao deixar a prefeitura de Joinville já afirmava que seria o vice de Serra. A fala não agrada aos tucanos

¹²⁷ MINOSSO, Ana. Candidatos começam caça aos votos. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 03, abril de 2002. Caderno política, página 6.

¹²⁸ SILVEIRA, Luiz Henrique da. Entrevista para o **Diário Catarinense**: 03 abr. 2002. Entrevista concedida a Liziane Rodrigues.

¹²⁹ SILVEIRA, Luiz Henrique da. Entrevista para o **Diário Catarinense**: 03 abr. 2002. Entrevista concedida a Liziane Rodrigues.

¹³⁰ RODRIGUES, Liziane. Itamar é cotado para vice de Serra. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 04, abril de 2002. Caderno Política, página 6.

que esfriaram as negociações. Afastando o nome do catarinense da vice-presidência. Michel Temer, presidente nacional do PMDB na época, pediu cautela ao político catarinense que muda seu discurso de acordo com os pedidos de Michel Temer. Afirmava no jornal que: “Foi um diálogo de aproximação”¹³¹.

Na mesma edição, o DC publica uma matéria dizendo que o PMDB teria liberado Luiz Henrique para ser candidato a vice-presidente junto ao PSDB. Entretanto, mesmo com a liberação da sigla, o político decidiu adotar a estratégia do silêncio sobre o assunto, seguindo as orientações de Temer, que teria orientado a não divulgar em público as informações sobre a aliança nacional do PMDB e PSDB. “A estratégia é correta” disse Luiz Henrique sobre não tocar no assunto¹³². A dúvida em relação aos candidatos e alianças poderia afastar os eleitores, portanto enquanto nada fosse decidido a intenção seria de continuar divulgando a imagem do PMDB e os nomes em torno da sigla.

Embora a definição sobre o rumo político de Luiz Henrique permanecesse incerta, a estratégia usada para promover a imagem de Luiz Henrique, nos meios de comunicação, como futuro candidato ao governo do Estado ou a vice-presidência. Ao ser cotado como vice-presidente Geovah Amarante, político do PMDB, defende a índole do candidato rebatendo aqueles que eram contrários ao nome do catarinense dizendo: “Mas sabemos que nenhum deles tem ficha limpa, só mesmo Luiz Henrique”¹³³. Independentemente do rumo que Luiz Henrique tomasse em 2002 a sua imagem era propagada ao eleitorado catarinense como um político forte. Pois, cotado para a vice-presidência, o político ganhava alcance nacional, tornando-se cada vez mais forte dentro de Santa Catarina.

Sobre a possibilidade de concorrer como vice-presidente, com Serra, Luiz Henrique demonstrava cautela. A cautela marcava os discursos de Luiz Henrique, ainda mais após as críticas feitas por membros do PSDB quando Luiz Henrique teria afirmado que seria candidato à vice-presidência. Em entrevista ao DC mesmo após a liberação do partido ele se considerava candidato ao governo do Estado “Não existe desistência de candidatura ao governo de Santa Catarina. Eu sou o candidato do partido ao governo estadual”¹³⁴.

¹³¹ RODRIGUES, Liziane. Luiz Henrique deve ser vice de Serra. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 05, abril de 2002. Página Quatro, página 4.

¹³² SANTOS, Klécio. Precipitação pode custar a indicação. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 05, abril de 2002. Caderno Política, página 6.

¹³³ MINOSO, Ana. Ex-prefeito defende indicação a vice. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 07, abril de 2002. Caderno Política, página 7.

¹³⁴ SANTOS, Klécio. Precipitação pode custar a indicação. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 05, abril de 2002. Caderno Política, página 7.

Mas, caso a candidatura a vice se concretizasse Luiz Henrique argumenta em uma declaração sobre uma possível desistência ao governo do Estado, publicada no DC, como uma possibilidade de fortalecimento do PMDB em Santa Catarina:

O partido vai ter que procurar outro nome para concorrer ao governo do Estado. Mas por outro lado, a candidatura à vice-presidência fortalece o candidato que o PMDB escolher para concorrer em Santa Catarina, seja qual for ele. Temos o próprio Casildo (Maldaner), o Eduardo Pinho Moreira e outros nomes. Felizmente o PMDB é rico em alternativas¹³⁵.

A possibilidade de Luiz Henrique em concorrer a vice-presidência muda o tom dos discursos do candidato e do PMDB em relação a propaganda e divulgação da campanha para o governo do estado, os discursos ficam mais amenos em relação aos seus adversários em especial Esperidião Amin. Suas críticas ficaram restritas a “litoralização” de Santa Catarina e a concentração da administração e recursos. Podemos perceber que a fala de Luiz Henrique, em um primeiro momento, muda o tom com o novo cenário apresentado com a possibilidade de concorrer a um cargo nacional. Seus ataques à Amin diminuem. Pois em uma possível candidatura a força que seu adversário representava poderia resultar em votos.

A possibilidade de concorrer junto com o PSDB para a presidência colocava Luiz Henrique como um possível articulador de alianças dentro de Santa Catarina. E como já houvera coligações entre PSDB e o PPB, partido de Amin, a situação exigia a mudança de tom caso o peemedebista necessitasse da ajuda de Esperidião Amin.

No entanto, Luiz Henrique não deixa de fazer seus ataques e ao mesmo tempo relembra sua posição em relação ao momento que o estado vivia. Lembrava que: “Eu não faço críticas ao governador, mas ao sistema. Isso até é um mal que estão fazendo ao governador”¹³⁶. Isto era o destaque que o jornal destacava em sua reportagem. Dentro da possibilidade de ser um candidato a um cargo nacional sua crítica voltou-se ao sistema.

Embora o convite para uma possível vice-presidência, tenha sido feito por José Serra a Luiz Henrique, a indefinição de qual rumo a carreira política do candidato catarinense ia tomar atrapalhava sua campanha, independente de qual fosse. Ainda que a tentativa de se juntar ao tucano não agradava parte do PMDB que era resistente a sua candidatura. A argumentação desta resistência seria que a candidatura estadual ficaria

¹³⁵ RODRIGUES, Liziane. “Vou correr o país e articular municípios”. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 07, abril de 2002. Caderno Política, página 7.

¹³⁶ RIEVERS, Ricardo. Vaga a vice adia campanha do PMDB. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 08, abril de 2002. Caderno Política, Página 6.

“descoberta”. Para os contrários da pretensão à vice-presidência não existia nenhum outro nome que empolgasse para concorrer a governador. Ainda Luiz Henrique estava sendo preparado ao cargo desde o ano de 2000¹³⁷.

Sobre tal indefinição Luiz Henrique toca sua campanha voltado para governo do Estado. A possibilidade da vice-presidência fica em segundo plano, a reportagem do DC frisa a fala do candidato: “Vou tocar minha candidatura ao governo a todo vapor, não estou pensando na vice e nem tenho mantido contato com a direção nacional”¹³⁸.

Luiz Henrique sobre a indefinição de seu futuro político usa o momento para promover sua imagem, independente do destino. O político “sairia ganhando” com a projeção nacional. “Se vier a ser vice, o PMDB catarinense sairá fortalecido. Caso contrário, não se consolidando por questões regionais, o convite em si já alavancou minha candidatura ao governo”¹³⁹. Levando em consideração o enorme desejo de uma aliança com o PSDB para o governo do estado, Luiz Henrique usa o convite para mostrar ao eleitor a força que tem como possibilidade de uma candidatura federal¹⁴⁰. Portanto, a estratégia de Luiz Henrique seria de usar o convite do PSDB para divulgar ainda mais sua imagem, dentro de Santa Catarina, ao mesmo tempo que se aproximaria dos tucanos para uma possível aliança.

Um discurso do candidato Luiz Henrique, publicado no Diário Catarinense no dia 9 de maio de 2002, expõe a estratégia que se monta para obter votos no que diz respeito aos nomes indicados para formar as chapas políticas. No contexto das escolhas dos nomes para deputados no Vale, no estado de Santa Catarina, destaca que: “Eleição não é nomeação. Precisamos definir boas candidaturas para puxar votos”¹⁴¹.

Através de uma nota publicada no DC onde é descrita a primeira propaganda eleitoral exibida pela televisão, é possível perceber as estratégias para recuperar o tempo perdido, correr atrás do prejuízo. Após a candidatura a vice-presidência ser oficialmente cancelada e Luiz Henrique assumir oficialmente a candidatura ao cargo de governador de Santa Catarina. Em nota o jornal fala que a propaganda consistia em apresentar o

¹³⁷ RODRIGUES, Liziane. Parte do PMDB resiste à nova candidatura. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 09, abril de 2002. Caderno Política, Página 9.

¹³⁸ RODRIGUES, Liziane. Indefinição prejudica Luiz Henrique. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 09, abril de 2002. Caderno Política, página 9.

¹³⁹ ALCEU, Paulo. Em campanha. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 11, abril de 2002. Caderno Política, Página 8

¹⁴⁰ Idem.

¹⁴¹ BALBINOTTI, Jean. PMDB escolhe nomes no Vale. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 09, maio de 2002. Caderno Política, página 16.

candidato ao eleitor em um vídeo com “emoção”. Na propaganda a família e a trajetória política de Luiz Henrique são apresentados ao telespectador/eleitor. E dando ênfase ao que seria seu projeto maior, a descentralização da administração do Estado. Tal propaganda, entretanto, é retirada do ar dias depois por determinação do TRE. A alegação do denunciante, era de que a propaganda violava a lei eleitoral no sentido que a propaganda fazia propaganda pessoal do candidato no espaço do partido¹⁴². Porém mesmo sendo retirada do ar aqueles que a viram puderam ter um primeiro contato com Luiz Henrique através da televisão.

Logo que a campanha oficialmente se iniciou no estado, o Diário Catarinense publicou um quadro onde os candidatos ao governo do estado responderam todos a cinco perguntas: Por que o senhor quer ser governador de Santa Catarina? Quais são os principais pontos do plano que o senhor apresenta ao governo do Estado? Qual a maior vantagem e o mote de sua campanha? Como o senhor analisa o eleitor catarinense? Qual a sua primeira ação, se for eleito? Os seis candidatos responderam a cada uma das perguntas¹⁴³.

A análise de cada resposta publicada no DC de Luiz Henrique mostra a estratégia que vinha mantendo nos meses que antecederam a oficialização da campanha. Nesse sentido, é importante analisar a resposta de Luiz Henrique a primeira pergunta. Quando responde o motivo de querer ser governador e o que acha do eleitor catarinense, o candidato faz um apelo coletivo, discursa como se houvesse um desejo coletivo para que ele se tornasse o governador. Em seu discurso enfatiza:

“Não sou eu quem quer. Represento um sentimento coletivo. Um sentimento que fala muito forte em Santa Catarina. Que tomou conta do PMDB, contagiou a maioria absoluta do PSDB, e passa inclusive por alguns governistas”. E sobre o eleitor catarinense “O eleitor catarinense demonstra maturidade e espírito e mudança”¹⁴⁴.

Portanto, se apresenta como o espírito de mudança que iria substituir o governo que taxava de ultrapassado. Argumento que usaria durante toda sua campanha.

Segundo a matéria do Diário Catarinense, a propaganda eleitoral no rádio e na televisão eram considerados os maiores instrumentos de campanha no ano de 2002. Neste

¹⁴² ALCEU, Paulo. LHS na Tv. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 28, maio de 2002. Caderno Política, página 8.

¹⁴³ BALDISSARELLI, Adriana. Propostas que disputam Palácio SC. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 07, julho de 2002. Caderno Política, página 6.

¹⁴⁴ Idem.

ano os dois principais candidatos ao governo do estado, Esperidião Amin e Luiz Henrique obtinham 62% do tempo nestas mídias. Enquanto os outros quatro candidatos dividiam a outra parte do tempo¹⁴⁵. Luiz Henrique teria 6 minutos e 29 segundos de programa eleitoral, enquanto Amin 6 minutos e 1 segundo. O PMDB teria 175 inserções durante a programação e o PPB 162¹⁴⁶.

Ao oficializar o convite aos tucanos para fazer parte de sua coligação afirmou: “Conosco o PSDB vai ter voz e voto”¹⁴⁷. Pois a coligação juntava o tempo destinado a campanha das duas siglas.

Luiz Henrique elabora sua fala em busca de uma disputa no segundo turno. As pesquisas mostravam o candidato Esperidião Amin muito à frente dos outros candidatos. Então, o político do PMDB busca mostrar confiança para seus eleitores e uma tentativa de angariar mais votos. Para isso utilizou a estratégia de chamar a população que “deseja mudanças” no estado, se colocando como o candidato que iria realizar. “E, com o apoio da população, nós vamos realiza-las”¹⁴⁸ frisou o Diário Catarinense. Intenção que clama a atenção daqueles que querem mudanças seja administrativa ou mudanças específicas no governo.

A campanha de Luiz Henrique antes da votação do primeiro turno percorreu todo o Estado de Santa Catarina e se encerrou na capital catarinense. O candidato encerrou a campanha no final de setembro após percorrer todas as regiões de Santa Catarina¹⁴⁹.

No comício realizado na capital Luiz Henrique se coloca novamente aos eleitores como o “candidato da inovação” como fez durante sua campanha. Afirma aos militantes do PMDB: “Este governo não tem mais nada a mostrar para o Estado” ao se referir ao seu adversário¹⁵⁰. O político mostra ao seu eleitor que o governo de Amin não traria a Santa Catarina nenhuma novidade para o Estado, fazendo com que seu projeto fosse a saída para a estagnação da atual gestão.

¹⁴⁵ José Fritsch (PT) teria 3 minutos e 27 segundos, Antônio Bello Júnior (PSB) 1 minuto e 40 segundos, Sérgio Grando (PPS) 1 minuto e 13 segundos e Gilmar Salgado (PSTU) 1 minuto e 6 segundos.

¹⁴⁶ BALDISSARELLI, Adriana. Luiz Henrique e Amin têm 62% do tempo. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 06, agosto de 2002. Caderno Política, página 5.

¹⁴⁷ SEVERINO, Fabrício. PMDB oferece coligação ao PSDB. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 08, dezembro de 2001. Caderno Política, página 7.

¹⁴⁸ SANTHYANNA, Mônica. Luiz Henrique promove carreata. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 09, setembro de 2002. Caderno Política, página 6.

¹⁴⁹ SANTHYANNA, Mônica. Luiz Henrique faz comício na capital. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 1º, outubro de 2002. Caderno Política, página 9.

¹⁵⁰ BALDISSARELLI, Adriana. Luiz Henrique de olho no segundo turno. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 02, outubro de 2002. Caderno Política, página 7.

Luiz Henrique disse durante a pré-candidatura que não iria disputar as eleições sem ter a garantia de vitória. Para isso concluiu que a formação de uma forte aliança política seria necessária. E parte dessa força seria juntar-se com o PSDB. E a estratégia de atrair os tucanos seria oferecer cargos aos peessedebistas. Para atrair partidos ao seu projeto de campanha foi aprovada uma reunião do PMDB para oferecer a possíveis aliados a vaga de vice-governador e uma vaga ao senado¹⁵¹. Alguns dias mais tarde esse quadro interno do PMDB muda. Luiz Henrique consegue mudar a situação da eleição, pois o candidato preterido pelos catarinenses, Manguito Vilela, fazia parte de uma ala do PMDB que criticava o governo de FHC. Entretanto o político visando uma futura aliança com o PSDB afirma que seu partido, em Santa Catarina, não poderia ser crítico ao partido de FHC e depois desejar uma futura aliança com a sigla. Tal estratégia foi tão bem-sucedida que a vitória para presidência do PMDB de Michel Temer já era tida como certa e que foi concretizada no início de setembro de 2001¹⁵².

O discurso de Luiz Henrique ainda em 2001 sobre a renúncia ao cargo de prefeito para a disputa ao governo do Estado se construía na estruturação de uma boa base de coligação junto com o otimismo da vitória, “vamos ganhar” afirmou o político em agosto de 2001¹⁵³. E também em caso de uma possível derrota afirmou não ficar preocupado em não poder exercer o cargo até 2004¹⁵⁴.

Montar coligação entre PMDB e PSDB em 2002 não seria uma manobra política simples. O PSDB, em 2001, fazia parte da coligação “mais Santa Catarina” junto a ala do governo de Esperidião Amin. Sua estratégia seria de ceder ao partido o cargo de vice-governador ou a vaga para o senado. Em sua fala para forçar o rompimento da coligação e ao mesmo tempo criticar o governo Amin disse que os políticos do PSDB “queriam sair do portão do governo e aceitem uma passagem de primeira classe na chapa do PMDB” disse também que receberiam “uma coisa mais preciosa, que é a identidade histórica” da sigla, do antigo MDB¹⁵⁵. Portanto na mesma fala Luiz Henrique mostra aos eleitores, novamente, o que considerava um desgaste do governo Amin, ao ponto que nem mesmo

¹⁵¹ BALDISSARELI, Adriana. Luiz Henrique sai atrás de alianças. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 05, setembro de 2002. Caderno Política, página 8.

¹⁵² VIEIRA, Lúcia Helena. Luiz Henrique “convence” os catarinenses a mudar de lado. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 09, setembro de 2002. Caderno Política, página 6.

¹⁵³ SEVERINO, Fabrício. Candidato não pode voltar ao cargo. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 09, setembro de 2001. Caderno Política, página 6.

¹⁵⁴ A legislação eleitoral em 2001 previa que os prefeitos que participassem do pleito de 2002 eram obrigados a renunciar ao cargo. O que resultaria, em caso de derrota, ficariam sem mandato até as eleições de 2004.

¹⁵⁵ BALDISSARELLI, Adriana. Luiz Henrique sai atrás das alianças. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 05, setembro de 2001. Caderno Política, página 8.

seus aliados desejariam continuar com a tal administração. E também como o PMDB e o PSDB teriam uma ligação maior do que PSDB e PPB.

Dentro da estratégia do PMDB na candidatura de Luiz Henrique, além do PSDB outros partidos eram pretendidos para formar a coligação, como o PDT, PPS, PSB, PTB e PL. Em sua busca por alianças Luiz Henrique discursa “ficarei rouco de tanto ouvir”. Sua intenção era de atrair o maior número de siglas, até mesmo de partidos considerados menores¹⁵⁶.

A mais de um ano antes das eleições, em 2001, Luiz Henrique oficializa o convite ao então prefeito do município de Balneário Camboriú, Leonel Pavan para integrar a chama junto ao PMDB. Tal manobra foi considerada um passo importante na intenção de uma coligação PMDB e PSDB em Santa Catarina¹⁵⁷.

O discurso na época de Luiz Henrique sobre a formação das alianças tinha como argumentos de priorizar partidos que tivessem conexões históricas com o seu partido. Nessa fala o candidato em momento algum se referiu a fazer aliança com partidos de cunho esquerdista. Inclusive reforçou o convite de “primeira classe” oferecido ao PSDB¹⁵⁸.

Quando questionado pelo fato de Esperidião Amin e o senador Jorge Bornhausen cobrarem o PSDB, Luiz Henrique se mostra confiante e argumenta sobre a experiência que a sigla teve com a parceria junto ao PMDB em Joinville. Fala que:

A questão de Santa Catarina vai ser decidida pelo PSDB catarinense e tendo como ótica mais forte os interesses da eleição estadual. O PSDB é um partido em franco crescimento e acredito que vai priorizar a aliança conosco, por que isso lhe dará dividendos eleitorais muito mais fortes, como aconteceu em Joinville. Quando o partido se aliou conosco, não tinha um vereador e hoje tem uma bancada tão grande quanto a do PMDB, um vice-prefeito, ocupa seis secretarias, tem 6 mil filiados¹⁵⁹.

No dia 27 de fevereiro de 2002 o Diário Catarinense publicou uma matéria colocando a fala do que considerava os dois principais candidatos ao governo do estado sobre a verticalização das coligações. Enquanto Amin é favorável Luiz Henrique crítica

¹⁵⁶ Idem.

¹⁵⁷ MINOSSO, Ana. Luiz Henrique convida Pavan para ser o vice. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 23, setembro de 2002. Caderno Política, página 17.

¹⁵⁸ BALDISSARELLI, Adriana. Luiz Henrique sai atrás das alianças. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 05, setembro de 2001. Caderno Política, página 8.

¹⁵⁹ RODRIGUES, Liziane. “Amin deve se afastar para concorrer”. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 17, novembro de 2001. Caderno Política, página 11.

a medida apelando para os princípios da liberdade política. Afirmava que: “Apesar da tese dos que defendem os partidos nacionais, seria uma violência à liberdade política, semelhante ao voto vinculado, e um desrespeito à autonomia dos estados”¹⁶⁰.

O anseio de Luiz Henrique em formar aliança com o PSDB era grande. O político via na coligação uma chance concreta de vitória. A sigla em Santa Catarina significava uma grande quantidade de votos. Portanto o PSDB pode ser considerado um partido que desequilibraria a disputa em 2002. Mesmo que na disputa presidencial o PMDB teria seu candidato, Anthony Garotinho, e o PT tinha o candidato a frente nas pesquisas, Lula.

Em junho de 2002, entretanto o Diário Catarinense publica a possibilidade de uma coligação do PMDB com o PT. Tal probabilidade de aliança entre PMDB e PT estremece a coligação com o PSDB. Luiz Henrique, entretanto, fala sobre a questão e culpa o próprio PSDB de estar criando dificuldades nos estados. Segundo Luiz Henrique: “Os tucanos precisam ceder no menor para ganhar no maior”¹⁶¹. Luiz Henrique se mostra como o “conciliador”, tentando montar uma aliança forte para chegar vitorioso no pleito de 2002.

Entretanto após dias de negociação é anunciada a aliança entre PMDB e PSDB que se divorciou da candidatura à reeleição de Esperidião Amin do PPB. O otimismo foi tanto que foi noticiado uma possível vitória ainda no primeiro turno. Luiz Henrique anunciava que: “Temos condições de arrancar com 150 mil votos de vantagem sobre Amin no Norte”¹⁶². Ainda mostrando otimismo sobre as eleições e como conseguiria votos nas regiões analisa: “Ele ganhou em primeiro turno por conta de 60 mil votos a mais que Paulo Afonso em Joinville e 80 mil em Blumenau. Vamos reverter essa diferença. A “Mais Santa Catarina” está cada vez menos Santa Catarina”¹⁶³. Mostrando confiança, Luiz Henrique mostra ao seu eleitor que é capaz de reverter os números das eleições passadas que deram a vitória ao seu adversário em 2002.

Demonstrar confiança faz parte do marketing político de uma campanha. Luiz Henrique ao falar de vitória no primeiro turno passa confiança aos seus eleitores, mas também aqueles que permanecem indecisos sobre quem votar. Pois se a vitória é garantida pelo candidato, deixa claro que não importa em quem votar, a vitória já seria do PMDB.

¹⁶⁰ BALDISSARELLI, Adriana. Amin e Luiz Henrique divergem sobre a regra. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 27, fevereiro de 2002. Caderno Política, página 8.

¹⁶¹ SILVEIRA, Luiz Henrique. Trecho publicado em: Diário Catarinense. Leitura. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 05, junho de 2002. Caderno Política, página 6.

¹⁶²BALDISSARELLI, Adriana. União PMDB-PSDB incendeia disputa. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 16, junho de 2002. Caderno política, Página 6.

¹⁶³ Ibidem.

A estratégia de Luiz Henrique para selar a coligação com o PSDB foi acusada pelo seu concorrente de “acordo feita a qualquer preço”. Para obter o apoio dos tucanos Luiz Henrique, no Norte do estado, cedeu a prefeitura ao PSDB e na cúpula nacional sempre emprestou fidelidade. A fala de Luiz Henrique sobre a aliança mostra que a estratégia era de convencer a maioria da sigla desejada e sobre seu concorrente disse: “Eles subestimaram ou tucanos, acharam que bastaria conversar com dois ou três líderes e levariam os demais como marionetes. Também não cumpriram os acordos”¹⁶⁴. Ainda completa mostrando ainda mais otimismo aos eleitores sobre sua possível vitória “Se já tínhamos condições de vencer o pleito, com o PSDB estamos mais credenciados”¹⁶⁵.

Os debates entre os candidatos a um cargo público e político são de extrema importância durante a campanha. É o momento em que os adversários são postos frente a frente para resolver as questões da gestão e apresentar suas propostas.

O primeiro debate entre os candidatos ao governo do estado ocorreu no programa da TV Barriga Verde, da emissora Bandeirantes. Porém ocorreu sem a participação daquele que era considerado o principal candidato ao cargo e líder das pesquisas de opinião, Esperidião Amin. Os candidatos debateram seus projetos e sobre questões sociais como saúde, segurança e administração. E ao mesmo tempo as críticas ao atual candidato a reeleição não foram poupadas, aproveitando sua ausência¹⁶⁶. Ao se ausentar do debate Amin se colocou como “alvo” de críticas em uma situação que não pode se defender, devido não ter comparecido ao debate.

Uma das falas de Luiz Henrique no debate na TV Barriga Verde foi uma crítica contundente ao candidato a reeleição que não estava presente. Luiz Henrique, segundo colocado nas pesquisas de opinião na época, aproveita:

Estou estarecido, porque onde vou – no Oeste, no Sul, no Norte – encontro promessas não cumpridas, que estão sendo renovadas pelo governador e contestadas por correligionários dele. Como aconteceu em Salto Veloso, onde um deles lembrou que Amin havia prometido asfaltar a estrada ainda quando era secretário dos transportes¹⁶⁷.

¹⁶⁴ BALDISSARELLI, Adriana. Amin condena acordo feito “a qualquer preço”. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 16, junho de 2002. Caderno política, Página 6.

¹⁶⁵ Idem.

¹⁶⁶ COSTANZO, Koloway. Candidatos debatem na TV. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 12, maio de 2002. Caderno Política, página 7.

¹⁶⁷ Idem.

As afirmações de Luiz Henrique na TVCOM¹⁶⁸, durante a campanha, sobre seu concorrente Esperidião Amin, mostram a caçada que o candidato faz em busca de votos. O político mostra documentos assinados em relação ao BESC¹⁶⁹ e mostra como Amin em 1998 enganou os banqueiros afirmando manter a instituição estatal, mas que em seu mandato iniciou o processo de privatização¹⁷⁰. Outras afirmações mostram o candidato Luiz Henrique apontando diversos problemas no estado e articulando duras críticas à Amin.

Sobre a crítica aos ataques ao candidato Amin, o candidato Luiz Henrique mostra ao eleitor que seu oponente demonstra fragilidade e pediu desculpas para o que ele considera uma péssima administração:

Adversário que tem certeza que vai ganhar, não bate nos outros. Pelo contrário, você viu o Lula naquele debate? Ficou tranquilo. Eu vejo o governador muito nervoso, preocupado, batendo, inventando coisas. E isso é a clara demonstração de sua fragilidade. O governador procura um biombo (ao criticar o governo de Paulo Afonso) para esconder sua falta de governo, a sua incapacidade de governar. O povo catarinense também está cansado deste embuste¹⁷¹.

Denuncia também a segurança do estado, se apropriando novamente de um “medo coletivo” da violência para mostrar ao eleitor o mal governo de Amin em relação à segurança ao mesmo tempo que faz propaganda de seus projetos. Na opinião de Luiz Henrique:

A segurança em Santa Catarina está uma espécie de casa da mãe-joana, onde todo mundo manda. Nós vamos criar a Secretaria de Defesa do Cidadão, unificando o comando das polícias¹⁷².

¹⁶⁸ Emisora que pertencia neste período ao grupo RBS de comunicações.

¹⁶⁹ O BESC nasceu para estimular o crescimento de Santa Catarina. Desde sua fundação, em 1962, seus esforços e investimentos tiveram como principal horizonte o desenvolvimento daquele Estado. Em seu início, possuía poucas agências, mas com o passar dos tempos, ele cresceu e em 2006 atingiu a marca histórica de 100% de presença em todos os municípios do estado. A incorporação do Banco do Estado de Santa Catarina (Besc) pelo Banco do Brasil foi aprovada no dia 30 de setembro de 2008, pelas assembleias de acionistas das duas empresas e é o resultado do empenho conjunto do Governo Federal, Estadual e do Banco do Brasil. A alternativa encontrada assegura a estabilidade financeira e patrimonial do Besc e sela com o povo catarinense o compromisso da não privatização. Disponível em: <<https://www.bb.com.br/portallbb/page3,10222,10223,21,0,1,1.bb?codigoMenu=9249>>. Acesso em: 25 jun. 2019.

¹⁷⁰ COSTANZO, Koloway. Candidatos debatem na TV. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 12, maio de 2002. Caderno Política, página 7.

¹⁷¹ BALDISSARELLI, Adriana. Luiz Henrique faz críticas a Amin. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 17, agosto de 2002. Caderno Política, página 9.

¹⁷² *Ibidem*.

Ainda no contexto de constantes críticas, publicadas no Diário Catarinense, de Luiz Henrique sobre Esperidião Amin o candidato do PMDB logo que a propaganda política foi oficializada era de colocar em questionamento seu maior adversário. Esperidião Amin assinou um documento se comprometendo a comparecer no segundo debate entre os candidatos ao governo na rádio Eldorado, de Criciúma, entretanto, não compareceu. Luiz Henrique mediante a tal situação disparou contra o governador: “Que homem de palavra é esse que não cumpre o que escreve”¹⁷³.

A coligação com o PSDB era desejada pelo PMDB meses antes do início da campanha, pois Luiz Henrique acreditavam que a coligação com os tucanos significava a vitória. Entretanto, no contexto nacional, os números que o candidato do PT à presidência, Luiz Inácio Lula da Silva mostravam que a coligação certa a ser feita não seria com o PSDB¹⁷⁴. O contexto nacional estava ligado ao Partido dos Trabalhadores. Visando a vitória, a estratégia de Luiz Henrique muda. Visando uma disputa em um possível segundo turno a aproximação com o PT começa a se articular ainda no primeiro turno.

Como prova de que Luiz Henrique articulava aliança com o PT a aliança com o PSDB se abala semanas antes das eleições. Quando José Serra vem a Santa Catarina e marca presença no palanque eleitoral de Esperidião Amin o candidato do PMDB fala sobre a aliança com os tucanos dizendo: “estou pedindo votos para Serra por causa da disciplina partidária”¹⁷⁵. O jornalista tenta mostrar ao eleitor catarinense que Luiz Henrique se afastava de Serra para vincular uma aproximação ainda maior com Lula. E que os votos que pediu a Serra não passavam de uma uma obrigação partidária. Pois aqueles que ainda poderiam estar indecisos na escolha para o governo do Estado e já tivessem o petista como candidato a presidência poderiam, portanto, escolher Luiz Henrique para o governo.

Próximo do mês das eleições o Diário Catarinense publica uma matéria que traz acusações de Luiz Henrique sobre seu concorrente. Estratégia para mudar o foco das notícias sobre seu abandono ao PSDB e continuar manchando a imagem de Amin no estado. A notícia denuncia ameaças que o adversário e Luiz Henrique teria feito aos os empresários catarinenses. O candidato do PMDB acusa o candidato do PPB de coibir os

¹⁷³ DALCIN, Cristiano Rigo. Ausências prejudicam debate no Sul. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 17, agosto de 2002. Caderno Política, página 11.

¹⁷⁴ Os números indicavam o presenciável Luiz Inácio Lula da Silva entre 46% a 53% dos eleitores. Considerando vitória em alguns momentos ainda no primeiro turno.

¹⁷⁵ BALDISSARELLI, Adriana. BSTOS, Ângela. Luiz Henrique boicota visita de Serra. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 20, setembro de 2002. Caderno Política, página 6.

empresários que estariam apoiando a coligação “Por toda Santa Catarina”. O candidato afirma “Nossa coligação está fazendo uma campanha aos trancos e barrancos porque o governo atual está ameaçando empresários que apoiam nossos partidos”¹⁷⁶.

Luiz Henrique ainda ressuscita questões históricas da política catarinense. Ao criticar Esperidião Amin relembra da formação de oligarquias de Santa Catarina. O candidato afirma que Santa Catarina ainda vivia um cenário onde predominavam as oligarquias. “Fazem campanha com espírito policial”¹⁷⁷. Se por algum motivo a troca de apoio presidencial de Luiz Henrique pudesse desonrar a imagem que vinha construindo com o eleitor continuar vinculando seu adversário a algo pior, as oligarquias, poderia manter aqueles eleitores que conquistou durante a campanha.

A decisão de apoiar Lula ainda no primeiro turno não foi estratégia única de Luiz Henrique. O peemedebista Casildo Maldaner, um dos políticos mais importantes na campanha de Luiz Henrique, semanas antes das eleições declara que rompeu com o candidato Serra, e que seu voto seria de Lula. A justificativa publicada no Diário Catarinense baseava-se na argumentação que ligava Amin às oligarquias catarinenses “fiz todo um esforço para construir a candidatura nacional do PSDB e PMDB e ele (Serra) vem para a minha terra para se reunir com a oligarquia?”¹⁷⁸. Quando a coerência do político é questionada sua saída é ligar o adversário, Amin, a um fator pior, no caso as oligarquias catarinenses que exercem o poder no estado. De acordo com Reinaldo Lohn, Amin foi um político construído pela oligarquia Ramos Bornhausen, para enfrentar os políticos da oposição durante a ditadura que constituíram em Santa Catarina. E especialmente trazer a ideia de um “novo político” não desgastado, mas ligado aos ventos da democracia. Em um contexto em que Dirceu Carneiro (MDB), em sua “república” (prefeitura em Lages) representava riscos para as oligarquias que se mantinham no poder desde o Império¹⁷⁹.

Consequentemente Luiz Henrique e o PMDB jogavam com a opinião pública para justificar o “abandono” ao PSDB e a José Serra e buscando a conciliação com o PT, tanto de Lula, em contexto nacional, e José Fritsch no cenário estadual. A aliança com o PT no

¹⁷⁶ BALDISSARELLI, Adriana. Luiz Henrique faz acusação contra campanha “policial”. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 13, setembro de 2002. Caderno Política, página 6.

¹⁷⁷ Idem.

¹⁷⁸ BALDISSARELLI, Adriana. Casildo agita a sucessão estadual. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 24, setembro de 2002. Caderno Política, página 6.

¹⁷⁹ LOHN, Reinaldo Lindolfo. Relações políticas e ditadura: do consórcio autoritário à transição controlada. In: _____. *Histórias na Ditadura – Santa Catarina (1964-1985)*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014. p. 17-55.

Estado podia significar vitória em um possível segundo turno, publicou o DC. Ao discursar em seu penúltimo comício o candidato garantiu ter duas certezas: que ganharia ainda no primeiro turno e que iria revolucionar o estado com seu projeto de descentralização¹⁸⁰.

A fala de Luiz Henrique sobre a situação é estratégica no sentido de mostrar sua opinião. O candidato aproveita para criticar o fato de Serra ter subido no palanque junto à Amin. O candidato mostrou certa coerência e aproveitou a situação para marketing pessoal.

Eu não nasci em berço de ouro, fiz todo um esforço para construir a candidatura nacional do PSDB e PMDB e ele (o Serra) vem para minha terra para se reunir com a oligarquia? A nossa base não aceita esta afronta, e, se for para ser omissos, eu vou pra casa¹⁸¹.

O último debate entre os candidatos ao governo do estado foi realizado pela rede de televisão RBS. No debate em questão a novidade de toda a campanha foi a inédita presença de Esperidião Amin que não havia participado dos debates anteriores. Durante o debate na TV RBS as críticas de Luiz Henrique ao seu adversário, foram focadas em argumentos que já faziam parte da campanha do peemedebista, como as questões da privatização do BESC e sobre segurança pública¹⁸².

Sobre o BESC, Luiz Henrique fala sobre como o governador traiu os trabalhadores do Banco, “Ele prometeu a estatização do banco, garantiu isso aos servidores e os servidores, acreditando, votaram nele. E hoje, estão aí, numa angústia que dá pena”¹⁸³.

Sobre a dívida do estado, o candidato do PMDB acusa o atual governo de omitir o real valor da dívida do estado. Luiz Henrique fala aos telespectadores do debate sobre a omissão de um valor de R\$ 1,4 bilhões¹⁸⁴.

Sobre a segurança o candidato expõe aos eleitores a sua opinião de que o estado estaria um caos no que se refere a segurança. Para o eleitor a sensação de insegurança gera uma necessidade de mudança rápida. E são nesses momentos que o político cresce

¹⁸⁰ BALDISSARELLI, Adriana. Luiz Henrique de olho no 2º turno. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 02, outubro de 2002. Caderno Política, página 7.

¹⁸¹ BALDISSARELLI, Adriana. Casildo agita a sucessão estadual. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 24, setembro de 2002. Caderno Política, página 6.

¹⁸² BASTOS, Ângela. Candidatos trocam acusações na TV. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 03, outubro de 2002. Página Quatro, páginas 4 e 5.

¹⁸³ Idem.

¹⁸⁴ Idem.

em seu discurso “Vamos ter segurança pública, se eu for eleito, com um comando de polícia forte e único”¹⁸⁵.

No final do debate em uma estratégia de “arrancar” votos do governador que tentava a reeleição e liderava as pesquisas seus adversários no quarto bloco do debate o excluíram e ignoraram. Os três candidatos, Luiz Henrique (PMDB), José Fritsch (PT) e Sérgio Grandó (PPS), trocaram gentilezas entre si e aproveitaram do tempo e da audiência para propagandear seus projetos de campanha¹⁸⁶.

É importante se ressaltar que durante toda a campanha de Luiz Henrique seu principal projeto era a descentralização que propagandeado por todo o Estado em todos os meios possíveis. E por diversas vezes foi publicado falas de Luiz Henrique no Diário Catarinense.

A principal crítica que Luiz Henrique fez ao governador de Santa Catarina, ainda no período de 2001, a mais de um ano antes das eleições, Esperidião Amin foi em relação a centralização tanto do poder administrativo quanto dos recursos do Estado. E sua principal proposta de governo estava no projeto de descentralização administrativa do estado.

Ainda como pré-candidato, não oficializado, Luiz Henrique já fazia propaganda de sua proposta descentralizadora. “Vamos implementar municipalismo em Santa Catarina, não aquele conveniozinho com a prefeitura, mas colocando em lei a redistribuição de recursos e o fortalecimento dos municípios”¹⁸⁷.

A estratégia visava colocar os municípios como atores de seus recursos. Para o político o estado não deveria realizar as obras e sim os municípios.

Luiz Henrique usa a descentralização como carro chefe se sua campanha, portanto o eleitor começa a ter proximidade com o candidato e sua proposta. O projeto, ainda, é apresentado a classe empresarial de Santa Catarina da Associação Comercial e Industrial de Tubarão. Ter o apoio da classe empresarial de Santa Catarina representa um forte aliado tanto para conseguir o cargo de governador quanto para poder por em prática a desejada descentralização. O político reforça sua proposta dizendo:

O governo Esperidião Amin não fez o que é preciso fazer em Santa Catarina: descentralizar o governo. Pelo contrário, ele centralizou ainda mais, negando o modelo iniciado pelo ex-governador Celso Ramos, na década de 60, com a

¹⁸⁵ Idem.

¹⁸⁶ Ibidem.

¹⁸⁷ BALDISSARELLI, Adriana. Slogan deverá ser “Todos por Santa Catarina”. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 05, setembro de 2001. Caderno Política, página 8.

implantação da Secretaria do Oeste, que deveria ter sido reproduzida nas demais regiões. O catarinense olha e não vê o governo. Está distante, ausente, inacessível. Por isso, se assumirmos vamos fazer um amplo processo de descentralização e de municipalização. Descentralizamos a administração pública com a criação das Agências Regionais de Desenvolvimento Integrado (ARD) e municipalizaremos aumentando a participação do município no bolo tributário. Tem que mudar a lei, para que o Estado deixe para o município fazer tudo aquilo que puder¹⁸⁸.

Em março em entrevista ao diário catarinense afirma “Em primeiro lugar a descentralização” o candidato na entrevista usa o exemplo que fez em Joinville como prefeito e mostrar ao seu eleitor o que pretende fazer. Disse:

Vamos acabar com um Estado centraliza obras, através de uma forte municipalização. Tudo o que os prefeitos forem capazes de fazer: pontes, escolas, postos de saúde, delegacias de polícia, ginásios de esporte e asfalto. Vou reduzir o tamanho do Estado¹⁸⁹.

Na mesma entrevista cedida ao jornal Diário Catarinense fala que a reforma que fez no município de Joinville durou um mês e que o prazo poderia ser similar em Santa Catarina¹⁹⁰.

A estratégia usada na entrevista foi a de mostrar ainda mãos para o eleitor seu projeto e como daria mais autonomia para os municípios além de diminuir o poder do Estado nas decisões. Apresenta em sua fala os benefícios que uma descentralização do poder pode oferecer “Além de aumentar a arrecadação, diminuindo o tamanho do Estado, você aumenta a dos municípios. Com isso, você transfere recursos que hoje o Estado tem indevidamente para os municípios”. Em outra fala o candidato afirma que os prefeitos vão deixar de ser pedintes para serem parceiros do governo do Estado¹⁹¹.

Mesmo cotado como possível candidato à vice-presidência Luiz Henrique ainda defende a descentralização do poder, porém, em tal conjuntura em escala nacional, “Um prefeito candidato à vice-presidência significa a garantia de uma forte política de descentralização do governo federal”. E completa propagandeando sua proposta “Como

¹⁸⁸ SILVEIRA, Luiz Henrique da. Opiniões. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 23, dezembro de 2001. Caderno Política, página 6.

¹⁸⁹ RODRIGUES, Liziane. “Quero descentralizar o Estado”. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 03, abril de 2002. Caderno Política, página 6.

¹⁹⁰ Idem.

¹⁹¹ Idem.

candidato, quero correr o país, transformar a candidatura de Serra num forte apelo municipalista. O que me entusiasma é executar uma articulação municipalista”¹⁹².

A intenção de votos para uma eleição está presente nas campanhas políticas e podem direcionar votos de eleitores que possam estar indecisos. E constantemente pesquisas eleitorais são publicadas em jornais e divulgados no rádio e na tevê.

Nas eleições de 2002 as pesquisas de intenção de voto foram publicadas diversas pesquisas de intenção de voto para o governo do estado de Santa Catarina. E é intrigante notar que durante todo o primeiro turno Luiz Henrique pareceu em segundo lugar nas pesquisas. Algumas delas inclusive dando a vitória a Esperidião Amin ainda no primeiro turno.

Um ano antes das eleições de 2002 serem realizados o Diário Catarinense publica uma pesquisa espontânea para governador do Estado. A pesquisa realizada pelo Ibope/DC chegou à conclusão de que os eleitores ainda não sabiam em quem votar para governador¹⁹³. O fato de não ter sido apresentado nenhum nome pode ter contribuído para a indecisão do eleitor, mas o fato é que a maior parte dos eleitores espera a divulgação de nomes para decidir o voto.

Pesquisa publicada em de outubro de 2001 apontava o possível candidato Esperidião Amin como preferência quando não era apresentada nenhuma lista de candidatos. O político obteve nessa pesquisa 15% da intenção de votos sendo o mais lembrado no Oeste do estado. Enquanto Luiz Henrique apenas 5% dos eleitores na época¹⁹⁴. Menos de um ano depois, já no ano das eleições pode-se fazer uma comparação com uma nova pesquisa é publicada no Diário Catarinense sobre o governo do estado. Apesar da estratégia de Luiz Henrique e o PMDB em fazer duras críticas feitas e apontar problemas em formar uma forte coligação, Esperidião Amin aparece nas pesquisas de julho muito à frente do que o segundo colocado, no caso, Luiz Henrique. Nesta pesquisa, Amin tinha uma projeção de vitória ainda no primeiro turno. O candidato do PMBD somava 21% dos votos, enquanto os brancos/nulos/não opinou somavam 20%. Esperidião Amin ainda levava vantagem sobre Luiz Henrique em um eventual segundo turno¹⁹⁵.

¹⁹² RODRIGUES, Liziane. “Vou correr o país e articular os municípios”. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 04, abril de 2002. Caderno Política, Página 7.

¹⁹³ IBOPE/SC. Pesquisa revela indecisão do eleitor. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 07, outubro de 2001. Caderno Política, página 6.

¹⁹⁴ PESQUISA Ibope. Pesquisa revela indecisão do eleitor. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 07, outubro de 2001. Caderno Política, página 6.

¹⁹⁵ PESQUISA Mapa/DC. Pesquisa Mapa para o governo de SC. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 28, julho de 2002. Caderno Política, página 6.

Embora os números das pesquisas não fossem otimistas a Luiz Henrique, a matéria traz uma informação relevante aos candidatos e eleitores. A maioria das entrevistas afirmava que ainda poderia trocar de opinião sobre o candidato.

A pesquisa publicada em 4 de agosto de 2002, mostra que, Esperidião Amin, caíra quatro pontos percentuais na pesquisa de intenção de voto ao governo do estado. Entretanto, ainda nesse cenário, mesmo com a queda o até então governador de Santa Catarina ainda obtinha um quadro de vantagem estável. Somava doze pontos percentuais a mais do que a soma de todos os seus concorrentes. Embora, a porcentagem dos eleitores que não soube/não opinou ainda continuava alta. Juntos somavam quase o mesmo percentual que Luiz Henrique. O candidato do PMDB somava 21% da intenção dos votos. Enquanto os indecisos ainda somavam uma porcentagem alta de 19%¹⁹⁶.

Nas pesquisas realizadas para governo do Estado, Amin liderou tanto a intenção de votos quanto o índice de rejeição. Que na liderança das pesquisas com folga, tanto no primeiro quanto em um possível segundo turno. Apresentava um quadro de vitória ainda no primeiro turno, pois obtinha a intenção de votos maior que a soma de seus concorrentes. Luiz Henrique contava com 20%, perdendo 1% em relação a pesquisa anterior¹⁹⁷.

Mesmo com as pesquisas mostrando vitória de Amin ainda no primeiro turno, Luiz Henrique ainda acreditava que levaria as eleições para o segundo turno. Sua confiança vinha do Norte do estado, estado de origem. No início de setembro de 2002 ao realizar um comício para cinco mil pessoas no norte do estado o candidato comemorou a movimentação de sua campanha e o resultado de uma pesquisa contratada pela Associação Comercial e Industrial de Joinville (Acij) apontava que Luiz Henrique teria vantagem de 100 mil votos em Joinville. A confiança na vitória está exposta em sua fala “Não preciso mudar nada, porque estou satisfeito e tenho certeza que vamos ganhar”¹⁹⁸.

Entretanto, a pesquisa de intenção de votos para governador do estado publicada pelo Diário Catarinense dias após o comício, onde Luiz Henrique esbanjou confiança, e ainda apontava a vitória de Esperidião Amin no primeiro turno. Nesta pesquisa o único candidato que teve uma mudança significativa foi José Fritsch do PT que tinha crescido

¹⁹⁶ PESQUISA Instituto Mapa/DC. Os preferidos para o governo de SC. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 04, agosto de 2002. Caderno Política, página 6.

¹⁹⁷ PESQUISA Mapa/DC. A preferência de SC para o governo. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 11, agosto de 2002. Caderno política, página 6.

¹⁹⁸ BALDISSARELLI, Adriana. Luiz Henrique aposta em 2º turno. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 06, setembro de 2002. Caderno Política, página 7.

3 pontos percentuais¹⁹⁹. O crescimento do candidato de PT pode ter contribuído com a intenção de Luiz Henrique em se aproximar com o Partido dos Trabalhadores. Pois, em um possível segundo turno os números de Fritsch poderiam fazer a diferença e garantir a vitória.

As prévias publicadas no DC dia 22 de setembro de 2002 aborda o crescimento dos candidatos que competiam com Esperidião Amin. Apesar do cenário vitorioso no primeiro turno, a pesquisa mostra que os adversários do candidato do PPB estavam em um crescente²⁰⁰.

O candidato do PMDB desde o início das publicações das intenções de votos rechaçou as pesquisas. Entretanto no momento que elas apontavam o crescimento dele começa a mostrar sinais de otimismo sobre a campanha. O político no momento que as pesquisas mostravam derrota no primeiro turno deixava elas de lado, no momento em que elas mostravam o crescimento de sua coligação as usa em uma demonstração de força a arrancada.

A última pesquisa publicada pelo DC antes da votação para o primeiro turno já mostrava uma indefinição sobre segundo turno. Se em pesquisas anteriores a prévia era de vitória tranquila e antecipada de Amin ainda no primeiro turno, a pesquisa publicada no dia 2 de outubro, quatro dias antes das eleições, apresentava a possibilidade do pleito se estender por mais um turno. Naquele momento as prévias do governador que tentava a reeleição eram de 45% enquanto a soma de seus adversários chegava a 44%²⁰¹. Em menos de uma semana para as eleições os eleitores de Santa Catarina eram noticiados com uma pesquisa que mostrava dúvida, e um possível segundo turno.

Após uma votação apertada dia 6 de outubro de 2002, o Diário Catarinense salientou na edição pós eleição como Luiz Henrique e José Fritsch disputaram voto a voto a chance de levar a eleição para governador do estado para o segundo turno. E o candidato do PMDB foi o político que consegue o feito. Onde Esperidião Amin recebeu 1,2 milhões de votos, enquanto Luiz Henrique da Silveira receberá 910 mil e o candidato do PT conseguiu 827 mil votos²⁰².

¹⁹⁹ PESQUISA, Instituto Mapa. Nova pesquisa para o governo de SC. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 08, setembro de 2002. Caderno Política, página 6.

²⁰⁰ PESQUISA Ibope. Ibope mostra números para governo. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 22, setembro de 2002. Caderno Política, página 6.

²⁰¹ PESQUISA Mapa/DC. Os índices da corrida eleitoral em SC. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 06, outubro de 2002. Caderno Política, página 12.

²⁰² BALDISSARELLI, Adriana. SANTHYANNA, Mônica. Amin e Luiz Henrique no 2º turno. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 07, outubro de 2002. Caderno especial Eleições, página 22.

Logo após as eleições a edição de 7 de outubro do Diário Catarinense publicou uma matéria onde noticiava que a onda nacional era favorável a Lula, do PT e que o petista liderava as pesquisas de intenção de votos. O candidato a presidência iria para um segundo turno disputando com o candidato do PSDB José Serra. Apesar da boa votação, o mesmo não se repetiu no cenário estadual. José Fritsch não teve um desempenho equiparado com Lula. A disputa para governo ficava novamente entre candidatos ligados às siglas que já ocuparam o cargo de governo de Santa Catarina²⁰³.

Entretanto o cenário do segundo turno anunciado pelo DC exigia aos candidatos buscar aliança com o PT. Exigência que faz ambos os candidatos ao governo, Luiz Henrique e Amin e negociar com o partido dos trabalhadores. Para atrair o apoio do Partido dos Trabalhadores em Santa Catarina ambos os políticos tentavam desvincular suas campanhas da disputa nacional. Sendo que ambos os candidatos fizeram campanha em Santa Catarina para o adversário de Lula, José Serra²⁰⁴. Importante notar que ambos os candidatos ao governo do Estado durante o primeiro turno em algum momento estiveram ligados a José Serra, porém a estratégia era formar aliança com seu adversário, Lula.

Luiz Henrique argumenta aos seus eleitores e aos que votaram no PT para tentar se desvincular de José Serra e se aproximar de Lula. O peemedebista afirma que existe uma preferência de Serra por Amin o que “desonera” o PMDB de ficar ao lado do tucano no segundo turno “votei nele (Serra) agora é nova fase”²⁰⁵. O político não nega sua ligação ao candidato tucano, entretanto mostra ao eleitor que no segundo turno a situação é outra.

As negociações dos candidatos no segundo turno com o PT se delongaram por alguns dias. Alegando uma certa “magoa” com José Serra o PMDB se aproximava do PT para oficializar a campanha para Lula e Luiz Henrique. O candidato ao falar sobre a aliança discorre dos “ventos da mudança que vão liquidar de vez as oligarquias”²⁰⁶. Novamente o candidato do PMDB se apresenta ao eleitor como a “cara da mudança”. Assim como o movimento nacional apresentava um novo candidato e partido na presidência, o PMDB em Santa Catarina se colocava em tal posição. Mesmo o PMDB

²⁰³ Ibidem.

²⁰⁴ BALDISSARELLI, Adriana. PPB e PMDB buscam apoio do PT. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 08, outubro de 2002. Seção especial Eleições, página 4.

²⁰⁵ BALDISSARELLI, Adriana. PMDB deve anunciar apoio a Lula em SC. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 10, outubro de 2002. Caderno Política, página 13.

²⁰⁶ BALDISSARELLI, Adriana. Luiz Henrique adere à campanha Lula. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 11, outubro de 2002. Caderno Política, página 6.

tendo ligações com as oligarquias catarinenses assim como Esperidião Amin. A aliança foi confirmada pelo Diário Catarinense no dia 12 de outubro de 2002.

O segundo turno começa empatado, no quesito pesquisa de intenção de votos. O Diário Catarinense publicou a primeira pesquisa para governador do estado no dia 13 de outubro de 2002 que mostrava empate técnico entre os candidatos do PMDB e PPB. Na ocasião Amin ainda seguia na frente das pesquisas, como no primeiro turno, com 45% da intenção dos votos. Enquanto Luiz Henrique obtinha 44%. Os brancos e nulos junto com os indecisos somavam quase 10%²⁰⁷.

Na mesma edição do Jornal, o periódico traz uma entrevista com Luiz Henrique que aborda o segundo turno contra Amin e sua estratégia de campanha. Na primeira resposta sobre sua avaliação sobre o primeiro turno o candidato do PMDB dispara contra seu adversário. Para o candidato estava claro que 61% dos catarinenses que não votaram em Amin não o fizeram pois estavam contra o governador. E que em sua opinião o catarinense que foi às urnas exigia mudanças. E sobre a mudança ele se proclama o candidato que a representa “A partir do momento que fui o classificado para o segundo turno, eu passei a emblematizar este sentimento de mudança”²⁰⁸.

Ao ser questionado sobre dois momentos de sua campanha em relação às alianças com PSDB e ao PT o candidato ao governo Luiz Henrique se coloca como um político transparente que cumpriu sua palavra “Eu honrei todos os compromissos com o presidente José Serra. Todos. Até domingo, quando exerci o direito de cidadão votando”. E sobre o eleitor achar a movimentação dele e de seu partido um ato de traição, o político não acredita que o eleitor catarinense possa pensar algo do tipo, pois para ele o eleitor observou a preferência de Serra pelo seu adversário. E ao se referir ao seu adversário o peemedebista não poupa críticas “A lenda está sendo desmitificada dia-a-dia”²⁰⁹. Mesmo trocando de aliança Luiz Henrique tenta se mostrar como um político ético. Ao justificar a aliança com o PSDB no início do segundo turno afirma ter feito o que foi solicitado, até mesmo declarando seu voto em Serra. E no contexto do segundo turno afirma ao leitor do jornal que é o próprio José Serra que opta por ficar do lado de Amin.

Luiz Henrique e o PMDB em Santa Catarina se animam com o anúncio oficial do PT que indicaria o voto para o candidato peemedebista assim como a receptividade dos

²⁰⁷ PESQUISA Ibope. Pesquisa Ibope ao governo do Estado. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 13, outubro de 2002. Página Quatro, página 4.

²⁰⁸ BALDISSARELLI, Adriana. “O segundo turno é plebiscitário”. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 13, outubro de 2002. Caderno Política, página 7.

²⁰⁹ Idem.

petistas. E fala que a aliança com o partido dos Trabalhadores deve começar de baixo para cima como foi noticiado em 14 de outubro de 2002²¹⁰. Portanto a tentativa de formar aliança com o partido de Lula teria sido alcançada pelo peemedebista.

Na mesma edição do dia 14 o DC destaca que para o adversário de Luiz Henrique, a aliança do PMDB com o PT não passava de uma manobra, e que essa coligação nova iria ajudar a campanha do PPB. Pois, para Amin existia falta de coerência de Luiz Henrique que de candidato cotado a ser vice de Serra agora estaria fazendo campanha contra o candidato do PSDB²¹¹. O jornal, portanto, mostra a opinião do adversário de Luiz Henrique sobre a coligação. Caberia ao leitor chegar a conclusão da atitude do candidato do PMDB ser ou não manobra política.

As propagandas eleitorais na TV e no rádio seguiram os mesmos modelos do primeiro turno. Luiz Henrique em seu programa eleitoral acusava Amin de espalhar boatos que o prejudicavam²¹². E no primeiro debate realizado entre os candidatos na tevê Barriga Verde foi pautado em acusações pessoais em um clima de tensão. Tanto Luiz Henrique quanto Esperidião Amin se auto intitulavam os candidatos “da mudança” durante o debate. Estratégia que agrada o eleitor que busca tal mudança²¹³. O jornal frisa que ambos os candidatos se apresentam como a mudança, entretanto não se fala o que significaria essa mudança. Um discurso simplório que tem como objetivo se apresentar como a solução dos problemas sociais.

Menos de duas semanas após as eleições no primeiro turno o Diário Catarinense afirma que campanha de Amin parecia se desmoronar no início do segundo turno. Mesmo Luiz Henrique oficialmente ter declarado apoio a Lula, José Serra e o PSDB descartam a possibilidade de pedir votos a Amin em Santa Catarina. O tucano disse não se sentir traído e que visava um compromisso em âmbito estadual e que teria que “engolir” o apoio de Luiz Henrique a Lula. A justificativa que o senador eleito Leonel Pavan deu sobre a situação era que o partido não sabia o que Amin teria feito por Serra no primeiro turno e argumentou que a campanha do tucano no estado catarinense teria ficado apenas com o

²¹⁰ BALDISSARELLI, Adriana. Luiz Henrique aprova posição da plenária. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 14, outubro de 2002. Caderno Política, página 6.

²¹¹ SANTOS, Karla. “Essas manobras vão me ajudar”, diz Amin. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 14, outubro de 2002. Caderno Política, página 7.

²¹² SATHYANNA, Mônica. Propaganda recomeça sem novidades. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 15, outubro de 2002. Caderno Política, página 6.

²¹³ MINOSSO, Ana. Debate de acusações abre campanha. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 15, outubro de 2002. Caderno Política, página 6.

PMDB de Luiz Henrique²¹⁴. Ao se deparar com tal notícia o catarinense pode chegar a uma conclusão que o adversário de Luiz Henrique em caso de vitória no Estado estaria sem o apoio federal, tendo em vista que Lula apoiava Luiz Henrique e José Serra não aderiria sua campanha.

Mediante a tal situação o DC publica matéria dizendo que situação para Luiz Henrique era totalmente favorável pois o candidato para o segundo turno conseguiu articular o apoio de ambos os partidos que disputavam o cargo federal, o PT e PSDB. No estado de Santa Catarina as duas siglas que disputavam votos para a presidência anunciaram apoio ao candidato do PMDB. E até mesmo os filiados do PSDB que estavam contra o candidato do PMDB no primeiro turno prometeram anular o voto ao invés de apoiar Amin. A aliança foi reforçada pelo senador Pavan dias depois mesmo o PMDB fazendo campanha para Lula²¹⁵. A forte aliança desejada por Luiz Henrique mesmo antes de se oficializar como candidato ao governo tinha, portanto, se concretizado. Caberia naquele momento angariar a maioria dos votos dos catarinenses.

O resultado da situação política pode ser conferido na primeira pesquisa que mostra Luiz Henrique em primeiro lugar nas pesquisas para governador sai no dia 17 de outubro de 2002. Pois, após anúncio do apoio do PT e do PSDB pela primeira vez o candidato do PMDB aparece na frente de Amin. O candidato do PMDB atinge os 47% da intenção de votos enquanto Amin aparece com 45%²¹⁶.

Em novo debate na Rádio Camboriú o clima de tensão entre os candidatos aumentou ainda mais segundo a matéria do Diário Catarinense. Luiz Henrique voltou a acusar Amin de ter apenas os mesmos argumentos “samba de uma nota só” afirmou o candidato do PMDB destacado na matéria. E novamente ambos os candidatos “confundiam” os eleitores pois se apresentavam como os candidatos da “mudança”²¹⁷. O eleitor catarinense era apresentado a dois representantes da “mudança” um dos políticos que já governava o estado enquanto o outro pertencia a sigla que governara Santa Catarina em outras oportunidades.

²¹⁴ BALDISSARELLI, Adriana. PSDB descarta pedir para votar em Amin. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 15, outubro de 2002. Caderno Política, página 7.

²¹⁵ BALDISSARELLI, Adriana. PSDB confirma união com Luiz Henrique. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 16, outubro de 2002. Caderno Política, página 6.

²¹⁶ INSTITUTO Mapa/DC. Nova pesquisa ao governo do Estado. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 17, outubro de 2002. Caderno Política, página 5.

²¹⁷ BALDISSARELLI, Adriana. MINOSSO, Ana. Candidatos declaram guerra em SC. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 20, outubro de 2002. Caderno Política, página 6.

Em seu último debate na RBS TV os candidatos ficaram a frente mais uma vez e o Diário Catarinense destaca o clima de tensão entre Luiz Henrique e Esperidião Amin. Críticas e acusações dos debates anteriores continuaram imperando entre os políticos. As acusações se baseavam sobre distorções nos programas eleitorais, investimentos e temas como salários dos servidores e sobre a Celesc²¹⁸. Entre tantas acusações o eleitor catarinense acaba sendo direcionado aos defeitos do adversário do que aos projetos que o político tem para Santa Catarina.

O final da corrida eleitoral no segundo turno aconteceu no dia 26 de outubro de 2002. O saldo das propagandas foram campanhas onde as propostas e promessas andaram lado a lado das acusações e críticas²¹⁹.

A capa do Diário Catarinense da edição de domingo, dia do pleito do segundo turno, 27 de outubro de 2002, traz na capa a foto dos dois candidatos ao governo. Enquanto a imagem reservada ao governador Esperidião Amin trazia o político sozinho com seu número de campanha e a frase “O seu voto é a energia que vai transformar nosso sonho em realidade” a parte reservada a Luiz Henrique mostrava o peemedebista junto a Lula e gráficos apontando a liderança nas pesquisas tanto de Lula quanto de Luiz Henrique. O periódico desse dia trouxe um perfil contando a história e as conquistas de cada candidato. Ambos os candidatos tiveram seus méritos expostos no jornal²²⁰.

Ainda na matéria do dia 27 o Diário Catarinense trouxe a opinião do Professor do Departamento de Sociologia e Ciência Política da UFSC, Yan de Souza Carreirão, para analisar uma possível vitória de Luiz Henrique nas urnas. Para Carreirão o desafio do peemedebista seria implantar a descentralização na gestão do estado ao mesmo tempo que teria que evitar o risco de inchar a estrutura administrativa e de aumentar as despesas com a burocracia. Aponta também que dificilmente o candidato escolhido teria a maioria dos votos dos catarinenses tendo em vista a apertada eleição durante o primeiro turno²²¹.

Após meses de campanha formação de alianças e busca pelo voto Luiz Henrique se consagra governador do estado de Santa Catarina para iniciar seu primeiro mandato em janeiro de 2003. O político atribuiu sua vitória ao norte do estado onde obteve um

²¹⁸ CAVALHEIRO, Julio. O duelo de Amin e Luiz Henrique. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 25, outubro de 2002. Página Quatro, página 4 e 5.

²¹⁹ SANTHYANNA, Mônica. Chega ao fim o horário eleitoral. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 26, outubro de 2002. Caderno Política, página 6.

²²⁰ CAPA do jornal Diário Catarinense. CAPA. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 27, outubro de 2002. Capa.

²²¹ BALDISSARELLI, Adriana. Desafio vai ser a descentralização. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 27, outubro de 2002. Caderno Política, página 8.

grande percentual de votos, 76% da cidade escolheu seu ex-prefeito. E prometeu retribuir todo o apoio que recebeu de outras siglas que formaram a aliança “por toda Santa Catarina”²²².

A vitória de Luiz Henrique da Silveira foi apertada. O candidato do PMDB fez 1.512.447 votos alcançando 50,34% dos votos válidos em Santa Catarina contra 1.491.723 votos de Amin o que representava 49,66%²²³. Os números da eleição mostraram que o norte do estado, especialmente Joinville, e os votos angariados do PT fizeram a diferença na eleição de Luiz Henrique. Enquanto Amin obteve a maioria dos votos na região metropolitana de Florianópolis, Planalto Serrano, Luiz Henrique obteve a maioria dos votos no Norte e Sul do estado. O governador eleito, Luiz Henrique da Silveira, venceu em 142 municípios no estado de Santa Catarina²²⁴.

Em troca do apoio do PT em sua campanha no segundo turno, Luiz Henrique disse em entrevista ao Diário Catarinense que iria pedir ao seu partido que apoiasse o Partido dos Trabalhadores para presidir a Assembleia Legislativa. Uma estratégia válida ao seu governo tendo em vista que o PT tinha eleito nove deputados estaduais²²⁵ enquanto o PMDB elegera sete. Na euforia da vitória o político atribuiu sua vitória aos seus militantes e que a aliança com o PT foi fundamental para derrotar Esperidião Amin²²⁶.

Após a vitória nas eleições os últimos meses foram reservados para a transição de governos. Amin que tinha tirado um candidato do PMDB do governo vivia o lado oposto, deveria entregar o poder estadual para um político peemedebista. A transição contava com o ânimo do PT em assumir a Assembleia Legislativa do estado e uma conversa de Michel Temer, presidente do PMDB, com o então novo governador, Luiz Henrique, sobre a posição do PMDB no novo governo Lula²²⁷.

Entretanto apesar de um discurso conciliador sobre a transição, o diário Catarinense destaca que a campanha de Luiz Henrique e Amin acabou deixando

²²² RODRIGUES, Liziane. Luiz Henrique credita vitória ao Norte. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 28, outubro de 2002. Caderno Eleições, página 6.

²²³ Idem.

²²⁴ SANTOS, Karla. Os redutos que fazem a diferença. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 29, outubro de 2002. Caderno Política, página 9.

²²⁵ No primeiro turno o partido dos Trabalhadores, elegeu a senadora Ideli Salvatti com maior número de votos: 1.054.304. Cinco deputados federais: Carlito Merss, Luci Terezinha Choinacki, Claudio Antonio Vignatti, Jorge Catarino Leonardeli Boeira e Jorge Catarino Leonardeli Boeira e nove Deputados Estaduais: Volnei Jose Morastoni, Ana Paula de Souza Lima, Francisco de Assis Nunes, Dionei Walter da Silva, Jose Paulo Serafim, Pedro Baldissera, Wilson Vieira, Paulo Roberto Eccel e Afranio Tadeu Boppre.

²²⁶ BALDISSARELI, Adriana. AL vira palco para governabilidade. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 30, outubro de 2002. Caderno Política, página 10.

²²⁷ BALDISSARELI, Adriana. Petistas já contam com presidência da AL. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 31, outubro de 2002. Caderno Política, página 12.

“mágoas” entre os candidatos que acabaram refletindo na prática da transição de governo²²⁸.

Durante a transição Luiz Henrique o Diário Catarinense mostra que o projeto de descentralização seria prioridade em seu governo através do que chamou de Plano 15. De acordo com a estratégia, a intenção do governador era de criar microrregiões que deveriam administrar a área demarcada²²⁹. Mesmo antes do início do mandato de Luiz Henrique o eleitor catarinense já era informado sobre a tentativa de implementar seu plano de governo no Estado.

O Plano 15 seria, portanto, a marca de Luiz Henrique. Nesse plano estariam todas suas propostas e estratégias para o governo de Santa Catarina. Suas falas publicadas no DC exalavam otimismo em relação ao início do mandato²³⁰.

Interessante notar a articulação do PMDB aproveitando da vitória de Luiz Henrique para as eleições para prefeitos em Santa Catarina, que assim como em todo Brasil, ocorreriam em 2004. As alianças já estavam na pauta da sigla, e questões de ideologia não foram levadas em consideração pois as alianças com PSDB, PPS e PT eram cogitadas²³¹. Ao eleger o maior número de prefeitos pertencentes ao PMDB ou políticos da aliança garantiria ao partido chances mais concretas de governar e de se manter no poder do estado.

Em entrevista ao Diário Catarinense ainda em novembro de 2002 Luiz Henrique mostra a sociedade catarinense como será seu governo. Em uma entrevista “cheia de empolgação e otimismo” o governador eleito deixa claro ao povo catarinense que seu governo será um governo de cumprimento de compromissos partindo do Plano 15 tendo como carro chefe a descentralização. Apesar do “otimismo” ainda existiam muitas dúvidas sobre nomes de secretarias e orçamentos. Para o governador seriam questões que se resolveriam no futuro²³².

Refletindo o contexto nacional o PT em Santa Catarina, presidido por Milton Mendes, é noticiada matéria onde o Partido dos Trabalhadores afirma que o Estado

²²⁸ BALDISSARELI, Adriana. “Paz e desamor” na transição de SC. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 03, novembro de 2002. Caderno Política, página 12.

²²⁹ BALDISSARELI, Adriana. Novo governo descentralizará poder. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 05, novembro de 2002. Caderno Política, página 6.

²³⁰ MARTINI, Rafael. Plano 15, a marca de Luiz Henrique. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 10, novembro de 2002. Caderno Política, página 8.

²³¹ BALDISSARELI, Adriana. PMDB já pensa em 2004. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 16, novembro de 2002. Caderno Política, página 10.

²³² BALDISSARELI, Adriana. “Vou ficar rouco de tanto ouvir”. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 17, novembro de 2002. Caderno Política, página 8.

deveria seguir os passos da negociação federal entre PT e o PMDB. O acordo deveria ser fechado entre as siglas que no estado catarinense o partido dos Trabalhadores deveria assumir a presidência da Assembleia do estado em troca do apoio da sigla a Luiz Henrique. O PT deveria, portanto, garantir a Luiz Henrique a governabilidade²³³. O governador por sua vez desejava que o PMDB governasse junto com Lula²³⁴. Ainda no período de transição do governo Luiz Henrique articulava uma grande aliança com diversos partidos para ampliar o número de aliados. As siglas que compunham a aliança continham políticos do PSDB, PT, PTB, PPS, PL, PC do B, PV e PSD²³⁵. Pode-se notar a estratégia de Luiz Henrique, ao conciliar o maior número de partidos para a base aliada do governo, aprovar seus projetos não seria uma tarefa complicada. Levando em consideração que o Partido dos Trabalhadores, partido da presidência fazia parte da base aliada de Luiz Henrique.

Em edição de dezembro de 2002 o Diário Catarinense publicou uma matéria onde abordava o assunto da descentralização, projeto de Luiz Henrique. Na matéria é demonstrado pelo governador ao catarinense que tal projeto já era aceito por políticos de partidos da oposição. O leitor que vê tal matéria no jornal pode começar a olhar para o projeto como unanimidade pois aparentemente não existe oposição a ele. Para Luiz Henrique:

Será uma revolução, um corte profundo na estrutura administrativa, inserindo as secretarias regionais entre a estrutura de poder nos municípios e do governo do Estado. Vamos dar um choque de desenvolvimento no Estado: serão 50 anos em cinco²³⁶.

As alianças com outras siglas são importantes para a governabilidade. Visando isso Luiz Henrique “incansavelmente” formulou sua aliança política tanto para o primeiro turno das eleições quanto para o segundo. Mas as alianças com os empresários se mostram de tamanha importância quanto com as siglas políticas. Sobre tal aspecto, o governador cogitava a nomeação de Armando César Hess para assumir a Secretaria de

²³³ MARTINI, Rafael. PT deve só garantir governabilidade. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 23, novembro de 2002. Caderno Política, Página 10.

²³⁴ BALDISSARELI, Adriana. Luiz Henrique quer PMDB com Lula. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 28, novembro de 2002. Caderno Política, Página 15.

²³⁵ Idem.

²³⁶ BALDISSARELI, Adriana. Descentralização em SC já é consenso. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 08, dezembro de 2002. Caderno Política, Página 6.

Planejamento do Estado. Hess era um grande empresário da cidade de Blumenau, proprietário da Dudalina, empresa de confecção²³⁷.

Luiz Henrique ainda em dezembro de 2002 convocou todos os prefeitos de Santa Catarina para cancelar seu plano de governo. Dos 293 prefeitos de Santa Catarina na época, cento e noventa prefeitos mais 44 vices compareceram e ouviram o governador. Na reunião o governador propôs um pacto pela descentralização para promover o desenvolvimento equilibrado do Estado. Algumas falas na reunião mostram a posição do governador sobre seu projeto. “Ninguém mora no Estado ou na União, o cidadão mora no município. Se resolvermos os problemas nos municípios estaremos resolvendo os problemas da Nação”. “O político antigo não gosta de abrir mão do poder, mas o político moderno sabe que será mais eficaz quando descentralizar e delegar o poder”²³⁸. Ainda sobre o fato de algumas regiões prefeitos considerados “adversários” o governador é claro:

Meus companheiros do PMDB perguntam como será a descentralização lá onde a maioria é do outro lado. Não muda nada: o prefeito independentemente da sigla, é um representante legítimo do povo. Vamos dar aos conselhos este ambiente suprapartidário e o espírito solidário das associações microrregionais²³⁹.

O período de transição do governo de Amin para o início do governo de Luiz Henrique termina com o governador eleito falando sobre seus projetos. Apenas projeções e promessas sobre educação, estradas, sistema carcerário, recursos e agricultura. Sobre a relação com o PMDB sua fala mostra a confiança em relação ao descontentamento da divisão do poder no Estado:

Tenho recebido manifestações de compreensão e solidariedade dos meus companheiros. As pressões exercidas deixaram de se produzir. Durante o encontro com os prefeitos, o que vimos foi a absoluta solidariedade do PMDB. O partido está maduro para dividir o poder. Claro que sempre tem os mais radicais²⁴⁰.

²³⁷ BALDISSARELI, Adriana. Luiz Henrique quer PMDB com Lula. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 10, dezembro de 2002. Caderno Política, Página 7.

²³⁸ BALDISSARELI, Adriana. Luiz Henrique propõe pacto. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 12, dezembro de 2002. Caderno Página Quatro, Página 4.

²³⁹ Idem.

²⁴⁰ DA SILVEIRA, Luiz Henrique. As falas. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 15, dezembro de 2002. Caderno Política, Página 19.

O discurso do governador ao assumir o cargo em janeiro de 2003 é pautado na mudança. Assim como durante toda a campanha, Luiz Henrique se apresenta como o “político que vai gerir o estado de maneira diferente”. Em sua fala destaca-se:

Fomos eleitos para mudar, para reestruturar o governo, renová-lo, descentralizá-lo, municipalizá-lo, dar-lhe perfil social, democrático, eficaz e moderno. Porque não há nenhum soberano, o soberano é o povo e o seu instrumento de voto. Vamos mudar! Ao nos abraçarmos, eu e o governador Esperidião Amin, limpamos todas as nossas mágoas com o halo da democracia²⁴¹.

A fala do governador se coloca como político de mudança, tal qual fez durante sua campanha, e ao mesmo tempo sela a “paz” com o candidato que durante toda a campanha foi alvo de duras críticas tanto profissionais quanto pessoais. Entretanto, ao estabelecer a harmonia com seu antigo rival Luiz Henrique atribui o momento à democracia. Estratégia que passa a sociedade que qualquer rivalidade política não pode significar algo maior que a democracia em si.

Após aprovar a sua primeira secretaria do projeto de descentralização em São Miguel do Oeste, como destacou o Diário Catarinense em janeiro²⁴² com a intenção de reduzir os gastos do governo para se tornar um mecanismo de aproximação com o eleitor. O governador Luiz Henrique exigiu mais unidades aos secretários estaduais sobre a descentralização Luiz Henrique acusa os demais políticos de estarem acostumados ao modelo de administração tradicional sobre o assunto dispara:

Não aceitem de nenhum subordinado “não dá”, sempre se dá um jeito, temos que encontrar novos atalhos e abreviar as soluções. Quero atitudes de absoluta resistência ao que está estabelecido, não aceitem “sempre foi assim”. Quero unidade de linguagem. Nós representamos tempos novos em um governo velho. Não vamos olhar para trás, nossas atitudes não devem ser rancorosas ou perseguidoras; vamos buscar na Justiça a reparação dos prejuízos do governo anterior. O governo é opressivo, opaco e monocrático e elitista quando concentrado; o governo é democrático transparente, participativo e eficaz quando é desconcentrado²⁴³.

Seu projeto para o estado exigia um mandato maior do que quatro anos. Nem mesmo seu governo começara Luiz Henrique já se apresentava como candidato a

²⁴¹ SILVEIRA, Luiz Henrique da. Discurso de posse. 03, janeiro de 2003.

²⁴² DEBONA, Darci. Governo instala regional em março. **Diário Catarinense**. Florianópolis, 23, janeiro de 2003. Caderno Política. Página 6.

²⁴³ SILVEIRA, Luiz Henrique da. Entrevista para o **Diário Catarinense**: 06, mar. 2002. Fala do governador de Santa Catarina para sua equipe. Página 6.

reeleição para governador no próximo pleito. Ao apresentar seu projeto na Assembleia Legislativa deixa claro que seu projeto seria de 8 anos. Em sua fala o governador anuncia “espero que o projeto seja aprovado com os aprimoramentos necessários para que nós possamos viver, na próxima década, uma nova realidade no Estado”²⁴⁴. Portanto desde o início de seu governo o catarinense já sabia que Luiz Henrique concorreria novamente para o governo do Estado e que veria resultados da descentralização após 8 anos de mandato do peemedebista.

O projeto de descentralização fez surgir uma corrente de pensamento que poderia ter como consequência a perda de poder por Luiz Henrique. Ao descentralizar o poder no estado o repórter destaca em sua matéria que se duvidava de o governador diminuir ou perder seu poder. Entretanto, o político sobre a situação mostra que tal assunto não o incomoda “Quem tem medo de perder o poder, não acredita no que é capaz”²⁴⁵. Nota-se que Luiz Henrique após vencer a eleição ainda acreditava em seu projeto.

As alianças de apoio feitas por Luiz Henrique e o PMDB cobraram seu preço logo de início. Uma carta assinada por alguns membros do PSDB cobrava de Luiz Henrique da Silveira o preenchimento de cargos em seu governo. O documento teria sido assinado por três deputados estaduais do PSDB na ocasião, Jorginho Mello, Luiz Dado Cherem e Nilson Gonçalves e pelo presidente da sigla Vicente Carpreso. Tal carta teria sido considerada um ato de deselegância por parte do governador que prometeu retaliações aos que assinaram. Tanto que em um primeiro momento o governador teria assinado a carta de demissão da esposa de Jorginho Mello, porém, voltando atrás momentos após o ocorrido. O PSDB por sua vez pedira desculpas ao governador pelo fato²⁴⁶.

Luiz Henrique faz críticas a Amin sobre dívidas que o governo teria deixado de pagar. Em uma situação de débitos a discurso do político é de esperança:

As irresponsabilidades do governo anterior devem servir de incentivo para que façamos o melhor governo que Santa Catarina já teve, de modo que esta gente não possa voltar nem a curto nem a médio prazo. Não basta ao governo ser honesto, é preciso parecer honesto²⁴⁷.

²⁴⁴ MINOSO, Ana. Projeto do PMDB é para oito anos. **Diário Catarinense**. Florianópolis, 09, janeiro de 2003. Caderno Política, Página 6.

²⁴⁵ BARAÚNA, Giancarlo. Governador não teme perder o poder. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 07, março de 2003. Página Quatro, Página 4.

²⁴⁶ MINOSO, Ana. PSDB pede desculpas a governador. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 15, março de 2003. Caderno Política, Página 7.

²⁴⁷ BALDISSARELLI, Adriana. Luiz reclama de Amin. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 11, abril de 2003. Caderno Política, Página 10.

No final de abril de 2003 o governo em seu marketing de propaganda publica uma nova imagem no Diário Catarinense. Na ocasião o governo divulga a operação “Polícia nas Ruas”. É interessante notar que a sensação é de segurança tendo em vista o discurso da campanha do governador que Santa Catarina estaria um caos em relação a criminalidade. A propaganda fala da tranquilidade que o cidadão teria ao andar próximo de um policial ao seu lado nas ruas de Santa Catarina. Apela também para prática “menos discurso e mais ação. É assim que o governo de Santa Catarina vai combater o crime”. A intenção era mostrar ao cidadão que aqueles oficiais que anteriormente ocupavam cargos burocráticos nas corporações estariam agora nas ruas²⁴⁸.

Em entrevista no final de junho, após um semestre de governo, Luiz Henrique fala sobre as dívidas deixadas pelo governo anterior e como estava administrando o que classificou como caos financeiro. “O governo anterior propalava que havia tirado o Estado do cartório. A constatação da realidade é para mim surpreendente porque eu nunca podia imaginar que um governante dissesse uma coisa e a realidade fosse outra. É absolutamente estarrecedor” disse o governador e publicada no Diário Catarinense²⁴⁹. A fala do governador passa ao catarinense uma imagem de que Luiz Henrique prioriza a honestidade e que o governo anterior teria sido pior que o eleitor poderia imaginar. Tal discurso tenta justificar que as mudanças prometidas pelo peemedebista não seriam como o desejado pois a situação do estado era, em sua visão, pior e iria exigir do político mais do que o esperado.

Interessante notar a fala sobre a questão da violência em Santa Catarina. Se apresentando como solução Luiz Henrique classifica a violência como a maior chaga social de todo o país onde o sistema carcerário transformava o presidiário em um “pós-graduado” em crime. Porém ele traria a solução com investimentos na área com um orçamento que chegava perto dos R\$ 60 milhões²⁵⁰.

Em uma atitude popular Luiz Henrique que recebia em torno de 200 correspondências de cidadãos catarinenses por semana em média fazia questão de responder todas elas. Os conteúdos das cartas giravam em torno de sugestões às secretarias que o político tinha intenção de criar. A fala do governador sobre tal episódio

²⁴⁸ PROPAGANDA. Operação Polícia nas Ruas. **Diário Catarinense**. 29, abril de 2003. Página 23.

²⁴⁹ MINOSO, Ana. “Nosso governo está administrando o caos financeiro do Estado”. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 29, junho de 2003. Página Quatro, Páginas 4 e 5.

²⁵⁰ Idem.

destacava que “Quem se dá ao trabalho de mandar alguma carta dessas com propostas é por que representa alguma parcela da sociedade”²⁵¹.

Ainda em seu primeiro ano de governo foi destacado no DC que Luiz Henrique da Silveira, tinha cumprido doze das cinquenta promessas que classificava como as prioridades do governo. O Plano 15, famoso livreto eleitoral que se tornou a base para o governo peemedebista começava a sair do papel no primeiro ano de governo²⁵². O fato de doze promessas de cinquenta serem noticiadas mostrava ao eleitor que o governo vinha cumprindo suas metas, mesmo que na reportagem não houvesse muitos detalhes sobre as promessas cumpridas.

Apesar do pedido de desculpas em “nome da Democracia” entre Luiz Henrique e Esperidião Amin após a posse do político peemedebista, os embates entre PMDB e PP, partido de Ângela Amin esposa do ex-governador de Santa Catarina, começavam a afetar a governabilidade de Luiz Henrique e refletir no Estado. O Executivo estadual, o Poder Judiciário e a prefeitura de Florianópolis disputavam a nova sede do governo do Estado. O episódio colocava novamente Luiz Henrique frente a um membro da família Amin, na ocasião a esposa de seu adversário das urnas. A disputa se iniciou quando Luiz Henrique recebeu uma liminar da justiça impedindo de o governador se instalar no Centro Administrativo do Besc. A alegação era de que o imóvel estava penhorado. A fala de Luiz Henrique ataca diretamente ao governo do Esperidião Amin. Mesmo com as tentativas de Angela de desvincular seu marido da situação. Para o governador “É uma oposição velhaca, é a oposição dos inconformados pela derrota nas eleições que se contrapõe, cega e medievalmente, ao meu governo”²⁵³. Interessante notar a vinculação do governador para uma prática medieval, no caso o político atribui seus opositores a políticos que exercem práticas antigas e ultrapassadas.

Se as pesquisas de intenção de voto fazem parte de da campanha eleitoral, as pesquisas de popularidade e aprovação de um governo acompanham o mandato dos chefes do executivo.

No final do ano de 2003 o Instituto Mapa fez uma pesquisa de popularidade encomendada pelo Diário Catarinense para avaliar a imagem de Luiz Henrique e seu

²⁵¹ LORENZON. Hermes. Cartas ligam povo ao governador. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 10, agosto de 2003. Caderno Política, Página 6.

²⁵² MINOSO. Ana. Plano 15 começa a sair do papel. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 17, agosto de 2003. Caderno Política, Página 6.

²⁵³ MINOSO. Ana. Sede abre guerra entre PMDB e PP. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 12, outubro de 2003. Caderno Política, Página 6.

projeto de descentralização. Segundo pesquisa o governador teria obtido 42% de aprovação e que a maioria da população estava a favor da descentralização. A imagem de Luiz Henrique como administrador foi bem avaliada pelos catarinenses. A lembrança das pessoas ao pensarem no governado foram, na maioria, as viagens que colocaram o político em contato com o povo e os bonés que constantemente usava. Em um ranking nacional de aprovação Luiz Henrique ocupava a sétima posição com uma avaliação de 6,6 em uma escala de 1 a 10²⁵⁴. Ao analisar a pesquisa pode notar que o que chama a atenção do eleitor que participou da pesquisa de opinião foi quesitos populares como o uso de bonés durante a campanha.

Ao final do primeiro ano de governo, em dezembro de 2003, o *Diário Catarinense* publica uma avaliação do próprio Luiz Henrique analisando o saldo de seu primeiro ano de governo. Para o político duas grandes vitórias foram alcançadas ainda no primeiro ano “Implementar as secretarias regionais, transferindo aos municípios os recursos que antes se concentravam na capital”. E o que chamou de despersionalização. Projetos que estavam e seu plano de governo do Plano 15. Avalia também que para o ano seguinte teria três grandes objetivos: a transferência de todas as secretarias para o Centro Administrativo, maior controle das despesas administrativas e maior número de licitações regionalizadas²⁵⁵.

Apesar da avaliação de Luiz Henrique, logo em seguida, membros do PFL acusaram o governador de “eleitoreiro”. As acusações eram de que o político em seu mandato teria apenas comprado o palácio do governo, visitou quermesses e criou cabides de emprego com as secretarias regionais. Raimundo Colombo, político do PFL na época, ainda compara que a indústria no Paraná e Rio Grande do Sul teriam crescido respectivamente 7% e 5%, enquanto Santa Catarina teria fechado o ano em queda de 2,9%. Para Colombo Luiz Henrique “tem apenas visão eleitoreira”. Os ataques do partido também teriam como alvo o governo de Lula que segundo Raimundo teria sido “mediocre”²⁵⁶.

²⁵⁴ LORENZON, Hermes. Pesquisa revela imagem do governo. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 28, dezembro de 2003. Página Quatro, Páginas 4 e 5.

²⁵⁵ MINOSO, Ana. Governador avalia 1º ano. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 22, dezembro de 2003. Caderno Política, Página 7.

²⁵⁶ MINOSO, Ana. PFL diz que governo de SC é “eleitoreiro”. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 23, dezembro de 2003. Caderno Política, Página 9.

Sobre as críticas e adversários, no final do primeiro ano de mandato Luiz Henrique dispara severamente contra sua oposição e ao governo anterior. Assim como defende sua imagem popular:

A oposição está andando por caminhos que são ridículos se não fossem trágicos. O que diz a oposição? Que eu quero palácios, querendo me rotular como sendo um elitista. Todo mundo sabe que eu não sou um elitista. Isso não cola em mim. Outra, dizem que criei cabides de emprego. Todo mundo sabe que não criei um só cargo, que apenas substitui aqueles extintos na Capital. A direita tem esse comportamento histórico: mentem, mentem, mentem que a mentira acaba virando verdade. O ex-governador (Esperidião Amin) falava que havia tirado o Estado do cartório. Quando eu assumi havia 400 títulos da Casan no cartório. Amigos meus chegaram e disseram: ‘não renuncie à prefeitura de Joinville porque este governador é fantástico, ele está conduzindo bem as finanças e você está bem em Joinville’. O governo passado foi a mentira mais bem pregada em Santa Catarina. Para a oposição cabe um papel fundamental na democracia. Ela aponta erros, tem dever de fiscalizar. Agora, aqui em Santa Catarina as lideranças do PP e PFL se comportam como uma oposição radical, sistemática, ridícula. Votaram contra tudo que mandei. Se eu mandasse para a Assembleia um projeto reconhecendo cristo como filho do Criador, eles votariam contra. Eles não examinam a natureza da matéria, votam contra a origem²⁵⁷.

Assim como considera sua oposição sistemática, a fala de Luiz Henrique pode ser considerada na mesma linha. Analisando seu discurso podemos perceber que o candidato se coloca como alguém contrário as elites, como um político ligado ao povo. As críticas contundentes ao governo anterior para mostrar que a situação em que iniciou seu governo eram ainda mais precárias que imaginava. E que seus projetos não são postos em práticas pois a oposição barra na Assembleia.

No final de janeiro de 2004 o PT pela primeira vez na história do estado de Santa Catarina assumiu o governo do estado. Devido a ausências de Luiz Henrique, que entraria em um período de férias de trinta dias, e de uma viagem de seu vice Eduardo Pinho Moreira o deputado Volnei Morastoni assumiu como interno por treze dias. A situação mostrava afinidade entre as partes. O episódio da posse ficou marcada quando após a assinatura Luiz Henrique e Mescolloto levantaram a caneta unindo suas mãos. A fala do presidente nacional do PT, José Genoíno, sela a afinidade entre PT e o governador de Santa Catarina “O Partido dos Trabalhadores lhe agradecerá, Luiz Henrique, por esse ato político”²⁵⁸.

²⁵⁷ MINOSO, Ana e POGLIA, Tarcísio. “A oposição é radical, sistemática e ridícula”. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 28, dezembro de 2003. Caderno Política, Páginas 6 e 7.

²⁵⁸ MÜLLER, Renê. Afinidade total entre PMDB e PT. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 24, janeiro de 2004. Caderno Política, Página 6.

PMDB e PT estudavam uma coligação para a disputa das eleições para prefeito que ocorreriam em 2004. O pacto entre as siglas não deveria mudar as estruturas das coligações em Santa Catarina. Luiz Henrique, entretanto, não media esforços para fortalecer a união entre os dois partidos. Apesar do desejo do governador de Santa Catarina, do presidente nacional do PT, José Genoíno e do presidente nacional do PMDB Michel Temer, em Santa Catarina a repercussão da aliança era pequena. Nota-se que a aliança dos partidos não seguia uma ideologia em comum de ambas as siglas. E sim onde a aliança fosse favorável aos dois, foi o que se destacou na matéria do Diário Catarinense ao falar sobre as eleições para prefeitos que ocorreriam em 2004²⁵⁹. Apesar de não citar quais seriam as ideologias incomuns das siglas o jornal coloca uma certa contradição entre os partidos que formavam a base do governo de Luiz Henrique.

Em abril de 2004 o Diário Catarinense publica em seu jornal uma matéria que traz como título a “primeira crise” enfrentada pelo governo do estado. Segundo a reportagem o orçamento teria caído em mais de meio milhão de reais em orçamento junto com greves ao longo de todo estado e cortes nas contas de despesas do governo. A crise, segundo a matéria, tinha como cerne a diminuição da arrecadação e os repasses nacionais não teriam sido honrados. Para o secretário de administração “É uma questão de honra para Luiz Henrique pagar a folha em dia”²⁶⁰. Os discursos dos governadores em geral endureceram em relação ao Presidente Lula sobre o repasse da receita líquida em geral. Apesar de não “declararem guerra” ao governo²⁶¹. Luiz Henrique quer apoiara Lula nas eleições da mesma maneira que cobra o presidente mostra ao catarinense que continua junto ao governo federal, demonstração do conciliador entre as siglas.

As eleições municipais assustavam o governo do estado. Foi vinculado no Diário Catarinense que o PMDB se articulava para formar as alianças através do governador Luiz Henrique. Porém o temor da sigla era a aproximação de peemedebistas com o PSDB e o espaço que o partido ganharia na administração do Estado foi o que destacou o jornalista. A base do PMDB não via com bons olhos o desejo de aproximação com o PT e muitos desejavam a volta de nomes tucanos. E na opinião do vice-governador do estado,

²⁵⁹ MÜLLER, Renê. A difícil aliança entre PT e PMDB. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 02, fevereiro de 2004. Caderno Política, Página 10.

²⁶⁰ MINOSO. Ana. Governo passa pela primeira crise. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 18, abril de 2004. Caderno Política, Página 10.

²⁶¹ MINOSO. Ana. Governadores endurecem o discurso. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 21, abril de 2004. Caderno Política, Página 12.

Eduardo Pinho Moreira, a falta de candidatos do PMDB nas prefeituras seria um equívoco da sigla²⁶².

Dias antes o próprio governador teria negado aliança com o PT na capital catarinense defendendo a candidatura do deputado Edison Andrino para a prefeitura. Para o governador “Florianópolis é uma situação diferente, porque é uma eleição de dois turnos então cada partido deve se apresentar com seu candidato”²⁶³. A estratégia era clara após primeiro turno com candidato próprio o PMDB formaria aliança com a sigla que se mostrasse mais fortalecida para ter base de apoio na capital. Vale lembrar que os números de Luiz Henrique na capital do estado foram inferiores ao de Esperidião Amin.

Uma articulação do governador do estado foi destacada pelo periódico em abril de 2004 no município catarinense de Lages. Luiz Henrique teria aproveitado a Festa do Pinhão em Lages para tomar o comando dos encaminhamentos eleitorais no município. Após ser surpreendido da desistência do forte nome de Fernando Coruja para a prefeitura de Lages. A escolha do nome seria para fazer oposição ao prefeito do município Raimundo Colombo do PFL. A prefeitura de Lages caso Colombo conseguisse a reeleição seria uma vitrine para o PFL na região²⁶⁴. O jornal deixa a perceber que a rivalidade criada nas eleições de 2002 ainda continuavam entre o PMDB de Luiz Henrique e os partidos e membros da coligação que concorreram com o político. A rivalidade seria exposta novamente nas eleições para prefeitos de Santa Catarina.

A avaliação de Luiz Henrique em julho realizada na capital catarinense e publicada no Diário Catarinense na segunda metade do mês de julho mostrou que em Florianópolis o governador não vinha fazendo boa administração, segundo a opinião pública. Entre os entrevistados, 11% consideram o governo ruim e 24% classificou o governo como péssimo. As avaliações positivas mostraram os números de 2% considerando o governo do peemedebista como ótima e 21% boa²⁶⁵. Com o desejo já anunciado de reeleição seria importante para Luiz Henrique ter uma base de votos sólida na capital do estado para chegar nas eleições com possibilidades de vencer novamente. E

²⁶² MÜLLER, Renê. Projeto eleitoral inquieta o PMDB. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 27, maio de 2004. Caderno Política, Página 10.

²⁶³ CASTRO, Daniela. Luiz Henrique desconversa aliança. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 13, maio de 2004. Caderno Política, Página 10.

²⁶⁴ FELTRIN, Vanessa & MÜLLER, Renê. Frente avalia candidaturas. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 09, abril de 2004. Caderno Política, Página 14.

²⁶⁵ PESQUISA, Ibope. Eleitores da capital avaliam o governador. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 19, julho de 2004. Caderno Política, Página 9.

Luiz Henrique sabia que deveria conquistar os moradores da capital pois ficou tanto no primeiro quanto no segundo turno atrás de Esperidião Amin²⁶⁶.

Ao final das eleições municipais, o prefeito eleito na capital de Santa Catarina foi o candidato do PSDB Dário Berger, que demonstrou certa aproximação com governo do Estado. Dário Berger ao se eleger em entrevista ao Diário Catarinense deixa claro em sua fala que “o governador Luiz Henrique terá oportunidade de demonstrar que gosta de Florianópolis, ao contrário do que sempre disseram. Espero ter a participação do governador. Ela vai investir na capital”²⁶⁷. Ao destacar tais palavras o catarinense tem a percepção de união entre o governo do Estado com o novo prefeito de Florianópolis.

Após as eleições para prefeitos em Santa Catarina o Diário Catarinense salientou em novembro de 2004 que o PT teria se mostrado descontente com a postura do PMDB e de Luiz Henrique em várias cidades e questionava a atitude do governador em situações onde o Partido dos Trabalhadores enfrentou o PSDB, nas disputas municipais, como foi o caso de Joinville e Chapecó. O PT questionava que o governador arrumava alianças que mais tarde abandonava em nome da continuidade no governo, não seguindo uma linha séria²⁶⁸. Em 19 de novembro do mesmo ano o Diário Catarinense volta a abordar o assunto sobre a aliança entre o PT de Lula e o PMDB de Luiz Henrique. O periódico salienta que apesar de defender que o PMDB apoie Lula na reeleição Luiz Henrique em manobra política se reuniu com membros do partido e com o deputado Michel Temer para defender a candidatura própria da sigla nas eleições. Porém o próprio presidente Lula clama ao PT em uma “parceria estratégica” que o PT de Santa Catarina apoie Luiz Henrique, o que considera um “candidato forte” segundo o jornalista. Para o presidente os únicos lugares onde o PT não poderia selar aliança com o PMDB seriam o Rio Grande do Sul e Brasília pois nesses locais as diferenças dos partidos eram muito profundas²⁶⁹. Ambas as matérias mostram que tanto o PMDB quanto o PT já pensavam nas eleições de 2006 e qua a construção de fortes coligações independiam de como o pleito para prefeitos ocorreu. Pois na ocasião ambas as siglas tentariam a reeleição.

²⁶⁶ No segundo turno Esperidião Amin fez 54,12% dos votos válidos em Florianópolis enquanto Luiz Henrique apenas 38,27%.

²⁶⁷ BERGER, Dário. Entrevista concedida para: **Diário Catarinense**: 1º nov. 2004. Caderno Política. Página 5.

²⁶⁸ MÜLLER, Renê. Pleito distancia PT e PMDB. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 08, novembro de 2004. Caderno Política, Página 6.

²⁶⁹ BERNARDES, Gustavo. Governador reafirma apoio a Lula. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 19, novembro de 2004. Caderno Política, Página 8.

No contexto que ante vinha as eleições d 2006 o governador Luiz Henrique fez em 2004 uma radiografia da situação financeira do Estado na tentativa de sensibilizar a base aliada para que votassem a favor do projeto da cota única. A Cota Única era o agrupamento dos depósitos oriundos das ações judiciais que tramitavam na justiça. O governo queria 70% dos recursos para pagar precatórios e aumentar o salário dos policiais e investir na segurança pública. Apesar do apelo a oposição de Luiz Henrique afirmava que o projeto era apropriação indevida²⁷⁰.

O assunto sobre a Conta Única fez ressurgir o algoz de Luiz Henrique das últimas eleições. O ex-governador do Estado Esperidião Amin fez duras críticas a proposta de Luiz Henrique. Para Amin a ação do governador ia contra a Lei de Responsabilidade Fiscal e que a providencia seria de cortar verbas e não de gastar mais. Para Amin “o governador tenta cooptar sócios para o assalto”²⁷¹. Ao colocar a fala de Esperidião Amin criticando Luiz Henrique o Diário Catarinense revive a antiga rivalidade entre os políticos que preparavam o território para o pleito de 2006.

A fala do governador Luiz Henrique sobre a possibilidade de não contar com a verba Cota Única. Os magistrados não se mostraram sensibilizados pela situação “trágica” que Luiz Henrique apresentou e ainda tiveram dúvidas sobre como o governo iria devolver o dinheiro pego da Conta. Luiz Henrique em sua fala sobre a situação demonstra não apenas aos presentes, mas aos catarinenses que o estado não teria outra opção “se eu não tiver o dinheiro da Conta Única, então vocês aí nomeiem um interventor e deixem que ele resolva os problemas porque eu não terei condições”. Mesmo com a fala o governo afirma que não recuará sobre a questão e que o dinheiro era necessário²⁷².

Apesar de todo esforço do governo do estado para criar uma base forte na Assembleia do Estado para a aprovação de projetos. Um ano e oito meses de governo foi quando Luiz Henrique sofreu sua primeira derrota. O projeto que permitiria o governo usar os depósitos judiciais da Conta Única não foi apreciado por falta de quórum. Na seção eram necessários no mínimo 21 deputados, entretanto somente 15 apareceram. Sendo que desse número 9 eram da oposição. E novamente o governador afirma da

²⁷⁰ MINOSO, Ana. Governador tenta sensibilizar aliados sobre Conta Única. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 05, agosto de 2003. Caderno Política, Páginas 12.

²⁷¹ MINOSSO, Ana. Amin dispara contra o governo Luiz Henrique. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 11, agosto de 2003. Caderno Política, Páginas 7.

²⁷² MINOSSO, Ana. Conta Única vai para o confronto. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 13, agosto de 2003. Caderno Política, Páginas 6.

necessidade do dinheiro para o Estado “Não há condições financeiras de fazer diferente”²⁷³.

Ainda em dezembro de 2004 é publicado em dezembro no Diário Catarinense que o PMDB marcara uma convenção nacional em Brasília para decidir seus rumos nas eleições de 2006. Parte da sigla desejava abandonar a aliança com o governo federal e se lançar em uma candidatura própria do PMDB. Tal decisão não tinha sido definida pelo PMDB catarinense que tentava adiar a convenção pois existia uma “fratura exposta” no partido e a decisão poderia agravar a situação especialmente em Santa Catarina. Caso o PMDB rachasse com o PT de Lula a decisão iria dificultar a governabilidade no estado catarinense²⁷⁴. A decisão tomada pelo PMDB catarinense foi de não comparecer a convenção. Após esperar até o último momento a maioria dos delegados do PMDB de Santa Catarina optaram por não comparecer em Brasília. A decisão foi tomada em apoio a opinião de Luiz Henrique da Silveira que decidira manter apoio ao governo de Lula²⁷⁵. Novamente Luiz Henrique se mostra o conciliador através dos jornais. O leitor vê que apesar da preferência do PMDB em ter candidatura própria a ala catarinense seguiria junto com o partido de Lula.

O ano de 2005 começa com a posse dos prefeitos eleitos no ano anterior em Florianópolis. Os 290 prefeitos tomaram posse e Dário Berger, prefeito eleito da capital do estado, junto a Luiz Henrique mostram aos que prestigiaram a solenidade que seus governos iriam dialogar, “a esperança será a tônica da administração”²⁷⁶. Os políticos juntos mostram ao eleitor catarinense que as mudanças devem partir da união entre o governo de Luiz Henrique e Dário Berger e que o governo anterior, engasgava o desenvolvimento. Luiz Henrique, com a união junto a Dário Berger, mostra que novamente derrotou a família Amin²⁷⁷.

Além da posse dos prefeitos, o governador Luiz Henrique no início do ano concede entrevista ao Diário Catarinense e declara abertamente a notícia que já vinha circulando na mídia, que seria o governador de Santa Catarina.

²⁷³ MINOSSO, Ana. PSDB pede desculpas a governador. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 02, setembro de 2004. Caderno Política, Página 6.

²⁷⁴ MINOSSO, Ana. PMDB estuda se vai à convenção. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 10, dezembro de 2004. Caderno Política, Página 6.

²⁷⁵ MINOSSO, Ana. PMDB de SC não irá à convenção. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 11, dezembro de 2004. Caderno Política, Página 8.

²⁷⁶ MINOSSO, Ana. Dário inaugura novo estilo de governar. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 02, janeiro de 2005. Página Quatro, Página 4.

²⁷⁷ Dário Berger concorreu a prefeitura da capital catarinense e sua principal adversário foi Angela Amin, esposa do ex-governador Esperidião Amin.

Sobre a reeleição Luiz Henrique deixa claro ao eleitor catarinense sobre sua candidatura:

Eu sou candidato a reeleição e não é vontade minha. É vontade do partido e da expressiva – acredito que majoritária – facção da sociedade catarinense. O projeto de reforma administrativa não é um projeto eleitoral. É um projeto de gestão. Se eu quisesse pensar apenas no voto, eu não mexia em nada, porque as pessoas resistem às mudanças. A primeira responsabilidade do administrador é ser sintonizado com os anseios da sociedade. A sociedade clama por mudanças²⁷⁸.

Pode se considerar que a campanha de Luiz Henrique teria começado “oficialmente” ao anunciar sua candidatura à reeleição. E como na primeira campanha o político ainda se classificava como o nome da mudança. Pode se notar que a discurso passado a população mostra que seu nome deve ser ligado as “mudanças” que a população tanto deseja.

E como as alianças foram fundamentais para Luiz Henrique na primeira eleição quando disputou com Esperidião Amin voltava a se repetir a tentativa de formar uma nova coligação capaz de garantir sua reeleição. Durante o primeiro turno o peemedebista lutou ferozmente para selar a aliança com o PSDB do presidente José Serra. Por diversas vezes demonstrou que a coligação PMDB e PSDB era sinônimo de vitória. Entretanto ao chegar no segundo turno o político muda drasticamente sua coligação e passa a apoiar o PT de Lula. A manobra política se fez perante ao resultado alcançado pelo petista durante o primeiro turno. Ao justificar a mudança de aliança, Luiz Henrique, afirma que apoiara Serra por questões do partido. Todavia, na entrevista de 2005 volta a falar de alianças com o PSDB, mesmo tendo ficado ao lado do governo Lula durante todo seu mandato. “Imagino que estaremos juntos em 2006” disse o governador ao se referir ao PSDB²⁷⁹.

Além da conciliação de alianças outra marca da candidatura de 2002 do peemedebista foi seu projeto de descentralização administrativa de Santa Catarina. Se concretizando como candidato, Luiz Henrique, articula sua estratégia de campanha e para isso a questão é continuidade de seu projeto de descentralização. Diz ao eleitor que o projeto terá uma nova etapa no próximo mandato:

²⁷⁸ SILVEIRA, Luiz Henrique da. Entrevista concedida para: Ana Minosso, Fabian Lemos e Renê Müller. **Diário Catarinense**: 02 jan. 2005. Caderno Política. Páginas 8 e 9.

²⁷⁹ Idem.

Agora vamos partir para uma segunda etapa muito mais profunda. Como tínhamos que fazer uma reforma em um mês, partimos para situações simplistas como criar 29 secretarias regionais com a mesma estrutura, independente da região, com 14 ocupantes de cargos. Agora, na segunda etapa, é necessária uma diferenciação entre as secretarias regionais que são sedes de mesorregiões²⁸⁰.

A partir do momento que declara sua candidatura à reeleição como governador, toda fala de Luiz Henrique passa a se tornar palanque para sua campanha. Mesmo afirmando que renunciaria ao cargo em abril de 2006, algo que cobrou do ex-governador Amin, o peemedebista tinha todo o ano de 2005 como governador, portanto, pelo menos doze meses de campanha livre como administrador da máquina do Estado.

Seu projeto de descentralização continuava sendo executado e também usado como propaganda pelo político. A do projeto de reforma administrativa, na opinião de Luiz Henrique, tornaria o processo de descentralização irreversível no estado²⁸¹.

O Diário Catarinense considerava que em março de 2005 Luiz Henrique já estava em campanha política visando a reeleição no ano seguinte. Como forma de propagando a sua imagem, o candidato deixou para o início de 2005 as inaugurações das obras feitas pelo estado. A cada solenidade de entrega de obra era feito muito festejo, com fogos de artifício e um gesto que se tornaria marca pessoal do governador, onde pedia aos presentes para levantar os braços e dar “viva” ao Estado. Além de toda festividade, ficava claro nos discursos do governador e de seus aliados que o processo eleitoral já teria deflagrado “Recebi esse governo cheio de dívidas. Dei todos os servidores um aumento de 13% em forma de abono. Os professores em sala de aula receberam 70%, tudo isso em apenas 26 meses”²⁸².

O discurso deferido na cidade de São José mostra que o político não media esforços para aproveitar o contato com a população catarinense para fazer propaganda de seu governo mesmo ocupando o cargo de governador.

Durante a posse de quatro novos integrantes do colegiado estadual pode se perceber que Luiz Henrique focava toda oportunidade em fazer propaganda de sua candidatura à reeleição. O político aproveitou a presença de 10 mil pessoas no auditório

²⁸⁰ Idem.

²⁸¹ MINOSSO, Ana. “Descentralização será irresistível”. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 07, janeiro de 2005. Caderno Política, Página 6.

²⁸² MINOSSO, Ana. Governador em ritmo de reeleição. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 20, março de 2005. Caderno Política, Página 8.

do Centro Administrativo que continha simpatizantes, militantes do PMDB e eleitores catarinenses para discursas em prol de sua candidatura²⁸³.

O projeto de reforma administrativa era obsessão de Luiz Henrique no ano de 2005 segundo o Diário Catarinense. O candidato queria deixar sua marca no estado de Santa Catarina e tal projeto consolidaria sua marca, na opinião do governador. Entretanto, antes mesmo de apresentar seu projeto na Assembleia a oposição junto aos sindicatos expressaram diversos pontos que julgavam que deveriam ser alterados. O principal ponto destacado pelo periódico foi a questão financeira²⁸⁴. Luiz Henrique por sua vez defendeu os pontos da reforma administrativa na Assembleia no final de janeiro de 2005. Durante quatro horas o governador foi sabatinado por perguntas oriundas da oposição. O jornal tentou passar que o governador procurou mostrar como a humanidade resiste a mudanças “não queremos nem o estado mínimo, o liberal, nem o estado máximo totalitário. Queremos o moderno”²⁸⁵. Ao falar em um meio termo Luiz Henrique passa ao catarinense que seu objetivo era de encontrar um meio termo entre extremos.

Em fevereiro de 2005 é destacado pelo Diário Catarinense o que o periódico chamou de uma das suas maiores vitórias do governo Luiz Henrique a aprovação da reforma administrativa e de investimentos. Que apesar dos tumultos e protestos conseguiu a aprovação do projeto da reforma administrativa e de projetos que garantiam investimentos em Santa Catarina. A votação não foi folgada, porém obteve os votos necessários. 23 votos favoráveis oriundos de membros do PMDB, PSDB, PTB e PL contra 15 contrários do PFL, PP e PT²⁸⁶. A reforma após aprovada seria implementada em 60 dias no estado²⁸⁷.

Apesar da vitória na Assembleia do Estado, pode se perceber que o Partido dos Trabalhadores, sigla que Luiz Henrique insistia em manter aliança ficou contra o governador na aprovação do projeto. Duas semanas após a aprovação da reforma administrativa Luiz Henrique fez duras críticas ao governo Lula durante o encontro dos secretários de Planejamento de todo o país. O peemedebista defendeu um novo pacto

²⁸³ MINOSSO, Ana. Solenidade em clima de comício. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 09, abril de 2005. Caderno Política, Página 10.

²⁸⁴ MINOSSO, Ana. Os “calos” da reforma do governo. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 16, janeiro de 2005. Caderno Política, Página 11.

²⁸⁵ MÜLLER, Renê. Quatro horas de explicações na AL. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 19, janeiro de 2005. Página Quatro, Página 4.

²⁸⁶ MINOSSO, Ana. Governo vence e muda o Estado. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 12, fevereiro de 2005. Caderno Política, Página 6.

²⁸⁷ MINOSSO, Ana. Solenidade em clima de euforia. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 1º, março de 2005. Caderno Política, Página 6.

federativo sob o risco da crise social nos estados se agravar, “as exportações crescem pelo elevador enquanto as compensações previstas na Lei Kandir²⁸⁸ seguem, de bengala, na estrada” disse o governador. O discurso feito pelo governador do estado teve como público principal os secretários estaduais de Planejamento de todo o país e para o ministro interino dos Planejamentos, Neison Machado²⁸⁹.

Sobre sua campanha para a reeleição Luiz Henrique anunciaria que deixaria o cargo em abril de 2006, nove meses antes do final de seu mandato com o objetivo de se concentrar na campanha para a reeleição conforme noticiado no Diário Catarinense. Dos motivos que levaram o peemedebista a renunciar o cargo ao vice ainda em abril tinha dois grandes objetivos que se interlaçavam. Ao renunciar seguiria a linha de não dar munição para seus adversários de acusarem-no de usar a máquina pública para a reeleição, pois o mesmo teria feito duras críticas a Amin sobre sua permanência no cargo. E ao mesmo tempo posaria ao eleitor como cumpridor de promessas, pois segundo a Legislação o mesmo não precisaria deixar o cargo para concorrer à reeleição. Sobre seu futuro nas próximas eleições “serei candidato em qualquer circunstância²⁹⁰”.

Importante a fala de Luiz Henrique ainda como governador, porém em campanha informal, com os representantes das entidades lojistas. A questão maior dos representantes girava em torno das questões tributárias. Sobre a questão o governador discursa “Precisamos garantir a mudança na distribuição dos impostos entre a União, estados e municípios”. Além da fala sobre a redistribuição de impostos o governador ainda teria criticado a concentração da renda em Brasília²⁹¹. Portanto ao falar de projetos, como candidato anunciado, o peemedebista fortalece sua campanha.

Luiz Henrique articula sua fala sobre a exclusão social para consolidar ainda mais sua proposta de municipalização. Ao lançar o Plano Estratégico, uma ação para a segurança pública. O governador disse que a “a atividade policial será cada vez mais difícil porque a exclusão social tende a aumentar”. E ao justificar os motivos da exclusão social o político afirma que tal problema provém de o fato dos municípios ficarem apenas com 13% do valor arrecadado em impostos. Para o governador “os municípios, por

²⁸⁸Lei decreta que “Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior”.

²⁸⁹ MINOSSO, Ana. Governador vê risco de crise. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 15, março de 2005. Caderno Política, Página 14.

²⁹⁰ MINOSSO, Ana. O último ano e Luiz Henrique. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 15, março de 2005. Caderno Política, Página 14.

²⁹¹ ZILLOTTO, Carolina. Governador promete rever Simples. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 15, março de 2005. Caderno Economia, Página 11.

ficarem com uma fatia muito pequena do bolo, ficam sem recursos para investir em lazer em escolas (...), e isso faz com que o cidadão seja excluído socialmente, dando margem a violência”. Reforçando ainda mais os benefícios de seu trabalho fala que os policiais em seu governo “estejam preparados, treinados e motivados para que cumpram sua missão, que é proteger as pessoas, as famílias”²⁹². Interessante notar que sobre um assunto que gera medo na população, a violência, torna um discurso de otimismo e propaganda para o peemedebista. Pois apresenta as soluções e mostra que o trabalho está sendo feito.

No contexto nacional a pressão do governador de Santa Catarina sobre o governo Lula continuava. Destaque em matéria do Diário Catarinense Luiz Henrique em seu discurso falou que “A governabilidade é uma via de mão dupla”. O peemedebista teria articulado junto com Michel Temer, presidente nacional do PMDB, a garantia da governabilidade de Lula desde que o petista garantisse a governabilidade do PMDB nos estados, o político teria questionado as ações de Lula “Como os deputados do PMDB podem oferecer apoio ao governo no Congresso se os estados não há recíproca? ”. Ainda em tom de cobrança o peemedebista declara “Acho que nenhum governador defende Lula tanto quanto eu”²⁹³. O jornal mostra que as tentativas de manter a aliança com o PT eram do PMDB e “direciona” a culpa ao governo federal. O repórter mostra ao catarinense que o presidente Lula não apoiava Luiz Henrique tanto quanto o peemedebista apoiava o presidente.

Após anunciar que ficaria no governo até abril de 2006 para se dedicar a reeleição Luiz Henrique continua com suas propostas com relação a governabilidade e a implementação e manutenção das Secretarias Regionais e apresentando projetos assim como lutando pelos quais ainda não teriam sido aprovados. Entretanto, apesar de anunciar a renúncia em abril pois teria criticado seu concorrente nas eleições passadas sobre Amin não Renunciar. Luiz Henrique ainda em 2005 usava de suas visitas aos municípios catarinenses para discursar sobre sua reeleição. Nas visitas lembrava o eleitor de seus feitos e sobre a honestidade de seu governo. Mostra em sua fala que seria o candidato ideal para continuar no poder. Em junho de 2005 o governador teria, portanto, anunciado quais projetos seriam sua prioridade até o fim de seu mandato. Assim como falou que nos últimos meses ele e o Palácio do Planalto teriam se distanciado. Suas

²⁹² BERTOLINI, Jeferson. Exclusão social desafia PM. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 15, março de 2005. Caderno Geral, Página 24.

²⁹³ MINOSSO, Ana. Governador pede reunião sobre Lula. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 06, abril de 2005. Caderno Política, Página 10.

prioridades seriam, portanto: pavimentação, energia elétrica, água e saneamento, arenas multiuso financiamentos rurais e servidores públicos²⁹⁴.

Outra vez que o governador ataca em prol de seu projeto teria acontecido quando o mesmo discursou sobre corrupção no país, tema que percorre o discurso político e que seu fim faz parte dos anseios da população. A fala ocorrera durante a solenidade de posse do presidente da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc) Alcântaro Corrêa. Para o governador a origem da corrupção:

É preciso atacar as causas deste processo cíclico de corrupção. A origem destes fatos está, na minha opinião, intimamente ligada à gigantesca concentração do poder em Brasília e à forma de financiamento das eleições, principalmente aquelas que elegem os membros do Congresso Nacional, que lá chegam em caráter personalista. Este país penaliza os investimentos no setor produtivo em favor da especulação, com juros altos que prejudicam a todos. O valor agregado de nossa produção está despencando e as estatísticas seriam piores se não fosse o milagre realizado pelo empresariado brasileiro, que encontra em Santa Catarina uma de suas expressões mais transparente²⁹⁵.

Nota-se que a fala de Luiz Henrique agrada àqueles que o ouvem. Discursando para um público de empresários. O futuro candidato a reeleição agrada aos seus ouvintes da ocasião ao se referir ao empresário como operadores de milagres frente os imbróglios que a corrupção, impostos e burocracia trazem a classe. Assim como ressalta o estado de Santa Catarina, que na ocasião tinha como governador ele mesmo. Portanto ele passa ao empresariado catarinense que a parceria com o governo teria resultados satisfatórios apesar de todos os problemas citados.

Outra manobra política realizada pelo conciliador Luiz Henrique ainda em seu primeiro mandato foi de aproximação com a sigla que fizera oposição ao seu governo além de ter sido parte importante na campanha de Esperidião Amin em 2002, o PFL. A sigla era uma tradicional aliada do PP em Santa Catarina e a aproximação de Luiz Henrique com o PFL irritava o partido que seria sua oposição nas eleições. Entretanto, apesar da aproximação o prefeito de Lages, Raimundo Colombo, teria sido indicado pelo PFL como pré-candidato a governador. E em seu posto de pré-candidato o político teria feito críticas às secretarias criadas por Luiz Henrique, que em caso de confirmação da candidatura do pefelista seria seu adversário. O político do PFL teria pedido o fim das

²⁹⁴ MINOSSO, Ana. Luiz Henrique define prioridades. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 1º, junho de 2005. Caderno Política, Página 12.

²⁹⁵ KAFRUNI, Simone. Governador vê corrupção reeditada. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 14, agosto de 2005. Caderno Política, Crise no Planalto, Página 9.

regionais criadas por Luiz Henrique e que caso eleito governador criaria agências regionais com estrutura mais ampla²⁹⁶. Enquanto o governador de Santa Catarina aproveitava as inaugurações como palanque para suas propostas e propaganda de seu governo a oposição aproveitava seus cargos para tecer críticas ao governo PMDB no estado.

Meses antes do ano das eleições começarem a corrida por alianças já teria começado. Luiz Henrique teria ainda sete a oito meses de governo antes de se afastar do cargo para investir em sua campanha, entretanto tal situação não fez o governador recuar em sua estratégia.

Outra questão sobre as eleições de 2006 destacado pelo DC seria a articulação de seis partidos considerados pequenos que assinaram um projeto se unindo para o próximo ano. As siglas que fizeram parte da aliança com Luiz Henrique em 2002 teriam dito que para as próximas eleições não existiria compromisso com a gestão atual²⁹⁷.

O Diário Catarinense no início de 2006, ano das eleições, trouxe outra avaliação do catarinense ao governo de Luiz Henrique. Entre os dias 27 e 31 de dezembro de 2005 o jornal teria ouvido 1,2 mil pessoas que em média avaliaram o governo com nota 6,8, dentre de um conceito de regular e bom. As duas áreas mais bem avaliadas foram a Educação e o apoio ao turismo. A nota mais crítica tinha como apontamento a Segurança Pública. Das 56 cidades escutadas na pesquisa as notas mais baixas vinham da capital Florianópolis²⁹⁸. A avaliação ainda mostrava que a capital continuava sendo um dos territórios onde o governador mais deveria investir em sua campanha.

Luiz Henrique parecia que cumpriria a promessa de renunciar ao cargo em abril para se dedicar à campanha. Também se mostrava firme aos que queriam lançar pré-candidatura antecipadas entre cargos de confiança o DC adiantou a nota que seria publicada no diário oficial sobre o decreto do governador sobre o ato: “Qualquer ato de lançamento de pré-candidatura a cargo eletivo, de ocupantes de cargos de confiança, integrantes dos diversos escalões do governo, antes do fim do prazo de desincompatibilização previsto em lei”. Na ocasião o governador afastou do cargo o

²⁹⁶ MINOSSO, Ana. Raimundo prega fim das regionais. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 15, setembro de 2005. Caderno Política, Página 11.

²⁹⁷ MINOSSO, Ana. Naticos unidos em busca de “projeto novo”. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 16, dezembro de 2005. Caderno Política, Página 9.

²⁹⁸ AZEVEDO, Roberto. Eleitor dá nota 6,8 ao governo. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 03, janeiro de 2006. Caderno Política, Página 6.

delegado chefe da Polícia Civil Ricardo Lemos Thomé, pois o mesmo estava envolvido em um suposto jantar de apoio a pré-candidatura do mesmo à Câmara Federal²⁹⁹.

Preparando-se para as eleições em março do 2006 PFL e PSDB selaram alianças em Santa Catarina. O jornalista destaca o PFL de meros coadjuvantes a sigla passou a conduzir o processo eleitoral no estado de Santa Catarina. Apesar de uma rachadura no PMDB a preferência era de fechar aliança com o PFL e PSDB. Entretanto estava claro para o PFL que o partido que se coligasse com a sigla não estaria alinhado ao governo Lula “Quem estiver com Lula está fora, sem conversa” disse o presidente do PFL, Antônio Ceron³⁰⁰. A situação de Luiz Henrique em Santa Catarina para a reeleição dava ares de mudança. Durante a candidatura no primeiro e principalmente segundo turno, Luiz Henrique buscou consolidar aliança com o PT e manteve o discurso conciliador durante seu mandato. Porém ao selar coligação com o PFL a coligação com o Partido dos Trabalhadores poderia ser comprometida.

As tentativas de aproximação com o governo federal foi tanto que o próprio Luiz Henrique classificou sua aproximação com José Serra no primeiro turno de “erro de pilotagem” e tornou se um aliado estratégico para o presidente do Brasil em 2003. Sobre a aproximação dos políticos de partidos diferentes o governador de Santa Catarina fala “abstrair de questões políticas para assegurar as mudanças de que o país precisa”³⁰¹. É preciso ressaltar que a aproximação entre PMDB e PT era desejada por ambas as siglas em contexto nacional, o PT acreditava que com o apoio do PMDB conseguiria aprovar as reformas propostas em campanha³⁰².

Um ano antes das eleições para governador o Diário Catarinense publica matéria expondo os que poderiam ser postulantes ao cargo do governo. Os nomes apresentados pela matéria seriam o de Luiz Henrique (PMDB), Manoel Dias (PDT), Raimundo Colombo (PFL) e Leonel Pavan (PSDB). Apesar dos nomes, o político que se apresentava com maior desenvoltura era o candidato a reeleição Luiz Henrique que teria colocado o pé na estrada e dedicado boa parte de sua agenda com viagens pelo Estado, inaugurações e palestras. Desde 2003 quando assumiu o governo teria visitado 283 municípios

²⁹⁹ CAVALLAZZI, João & MÜLLER, Renê. Chefe da Polícia Civil está afastado. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 1º, agosto de 2006. Caderno Política, Página 7.

³⁰⁰ MINOSSO, Ana. PFL e PSDB recebem o assédio duplo em SC. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 29, março de 2006. Caderno Política, Página 12.

³⁰¹ BALDISSARELLI, Adriana. Luiz Henrique pede apoio ao presidente. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 09, fevereiro de 2003. Caderno Política, Página 9.

³⁰² AGÊNCIA DC EM BRASÍLIA. Obstinação pelo apoio do PMDB. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 13, fevereiro de 2003. Caderno Política, Página 6.

catarinenses. Outros dois nomes que estariam a disposição para candidato ao governo seriam a base aliada do governo, PT e PP. Os nomes seriam o já adversário de Luiz Henrique, Esperidião Amin (PP) e José Fritsch do próprio partido do presidente Lula, o PT³⁰³.

Em outubro de 2005, o governador de Santa Catarina concedeu entrevista ao Diário Catarinense, enquanto estava na Alemanha, e nela expôs algumas ideias sobre sua candidatura ao governo no ano seguinte. Na entrevista Luiz Henrique fala que está exercendo sua carreira na política desde os anos 70. Pois o mesmo cumpria o décimo mandato sem interrupção. E fala ao eleitor e leitor do jornal que “O povo não vai refletir apenas sobre quem é melhor, fulano ou beltrano, mas sobre a nova forma de governar. O que percebo é que o povo se sente incluído nos processos”³⁰⁴.

O candidato durante a mesma entrevista continua defendendo seu projeto de descentralização no Estado:

Agora, a descentralização está sendo percebida como um grande ganho porque nunca os municípios receberam tanto do governo. Ou seja, a descentralização deu eficiência ao governo, e condições de fazer muito mais. A população está percebendo isto muito claramente³⁰⁵.

Ao ser questionado sobre a constante repetição do discurso da “descentralização” o governador, candidato e reeleição fala sobre outros projetos que estariam em seus planos em um futuro mandato como governador reeleito:

Milhares de obras. Não vai ter uma pirâmide do Egito, que é muito comum nos governos opressores. Nós estamos fazendo a infraestrutura do Estado de Santa Catarina. Por exemplo, de 54 municípios sem acesso, 15 já os têm, 20 estão em obras e os demais estarão em processo de concorrência ou em obra até o final do governo. Na hora que você comparar verá a grande diferença³⁰⁶.

Sobre a sua aproximação com o PT e aliança com o PFL, e a candidatura de Lula o candidato articula sua fala não se colocando nem como inimigo da sigla e nem como aliado, passando para o eleitor que seu projeto defendido seria o único caminho a se seguir que quem estivesse contra não teria chance:

³⁰³ MÜLLER, Renê. Partidos estudam nomes para o pleito. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 02, outubro de 2005. Caderno Política, Páginas 12 e 13.

³⁰⁴ POGLIA, Tarcísio. “Ignorância é o maior adversário”. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 16, outubro de 2005. Caderno Política, página 12.

³⁰⁵ Idem.

³⁰⁶ Idem.

Eu não raciocínio nem com proximidade nem com distância. Só acho que quem for contra este novo paradigma de governar vai estar fora do processo eleitoral. Tanto eu espero que os adversários possam vir a propor outra forma de descentralização”³⁰⁷.

Em novembro de 2005, apesar das declarações de renúncia, Luiz Henrique teria recuado de sua fala meses antes e não estava mais tão convicto em renunciar ao cargo. Seu desejo era de disputar em pé de igualdade com seus adversários, entretanto a situação de seu vice, Eduardo Pinho Moreira, era o que causava o imbróglio. Caso governasse até o final do mandato, Pinho Moreira não ocuparia mais cargos por dois anos. Apesar da situação, Luiz Henrique não achava justo ir as eleições ainda como governador. Ainda cogitava formar aliança com Leonel Pavan, tornando o senador seu vice³⁰⁸.

Na primeira edição de 2006 o Diário Catarinense fez nova entrevista com o governador Luiz Henrique trazendo informações sobre o ano que passara e seus projetos para o ano de eleição. Na entrevista o político avaliza seu primeiro ano dizendo:

O trabalho vem crescendo, sem retrocesso, e esse ano o governo agigantou as suas ações, com a aprovação pela Assembleia Legislativa da reforma administrativa. Ela criou um novo modelo gerencial do Estado”³⁰⁹

Importante notar, que no jornal registra-se, que para o político seu trabalho estava sendo feito e que novamente anuncia em sua fala que a reforma na administração no Estado seria algo marcante. E sobre sua oposição no governo federal Luiz Henrique afirma que seus opositores focaram suas energias em prejudicar a pessoa Luiz Henrique, e não seus projetos. E quando o assunto seria em relação a forte oposição que o PT teria feito ao seu governo o peemedebista comenta que a sigla seria um caso a parte, e que depois da saída de Afrânio Bopré o partido teria seguido uma linha radical a qual não via em lideranças importantes e responsáveis³¹⁰.

O recuo nos discursos em não renunciar ao cargo, Luiz Henrique teria aberto brechas para seus adversários o criticarem de estar usando recursos do estado em po de sua candidatura. O governador, em seus discursos reforça, novamente em 2006, que o uso da máquina do estado em candidaturas não deve ser feito, ameaçando aquele que o fizer

³⁰⁷ Idem.

³⁰⁸ LEMOS, Fabian. Governador admite rever renúncia. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 27, novembro de 2005. Caderno Política, página 12.

³⁰⁹ SILVEIRA, Luiz Henrique da. Entrevista concedida para: Ana Minosso e Renê Müller. **Diário Catarinense**: 1º jan. 2006. Caderno Política. Páginas 6 e 7.

³¹⁰ Idem.

com demissão. Após dois casos isolados o governador advertiu a todos que tal atitude seria inadmissível. “Eu nunca ganhei eleição assim. Não preciso usar a máquina, e se alguém quiser fazer isto eu ponho na rua”³¹¹.

Quando faltavam menos de dois meses para o afastamento ou renúncia de Luiz Henrique o debate ainda era sobre o futuro do governo do Estado sendo que o peemedebista supostamente não exerceria seu mandato a partir de abril. A oposição criticava que Luiz Henrique estaria leiloando o cargo de governador enquanto o político se defendia dizendo que enquanto não chegasse abril as possibilidades eram inúmeras³¹². A questão da forma com a qual Luiz Henrique iria se afastar gerava dúvida na classe política catarinense, se seria por meio de renúncia ao Vice Pinho Moreira ou se seria uma licença. A oposição aproveitava da situação para criticar caso a renúncia acontecesse Luiz Henrique não estaria cumprindo a promessa que teria feito em 2002, não estaria cumprindo sua palavra³¹³. Até que em abril de 2006 as páginas do Diário Catarinense anunciavam que seguindo os conselhos da cúpula do PMDB, Luiz Henrique enviou no início de abril de 2006 um pedido de licença a Assembleia Legislativa não renunciando ao cargo de governador, portanto, não cumprindo sua promessa de 2005. O pedido de licença mostrava que a sigla iria precisar do vice Eduardo Pinho Moreira para compor o que poderia ser uma chapa pura, com políticos apenas do PMDB. Para conseguir a licença Luiz Henrique precisaria autorizar o pedido, o que para o peemedebista não seria problema pois tinha a maioria no Parlamento³¹⁴.

³¹¹ PIETRZACKA, Giovana. Governador adverte contra uso da máquina pública estadual. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 10, fevereiro de 2006. Caderno Política, página 10.

³¹² MINOSSO, Ana. Governador está entre o discurso e a consequência. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 12, fevereiro de 2006. Caderno Política, Página 6.

³¹³ MINOSSO, Ana. Governador reafirma saída, mas não renúncia. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 16, fevereiro de 2006. Caderno Política, Página 10.

³¹⁴ MINOSSO, Ana. Governador pede licença a AL. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 04, abril de 2006. Caderno Política, Página 7.

Capítulo 3 – Luiz Henrique se torna o primeiro político a vencer uma reeleição para o cargo de governador em Santa Catarina

Em 2006, o candidato do PMDB Luiz Henrique da Silveira depois de intensa campanha conseguiu um fato inédito no estado de Santa Catarina ao conseguir a reeleição para governador do estado, ao vencer, novamente, o candidato Esperidião Amin do Partido Progressista (PP).

O objetivo que queremos com este capítulo é analisar os discursos e falas do governador Luiz Henrique da Silveira durante sua campanha nas eleições de 2006 onde o peemedebista tentava a reeleição. Tendo em vista que na primeira tentativa ao governo, o peemedebista figurava como oposição ao atual governo, seu adversário Esperidião Amin e em 2006 se apresentava ao eleitor como projeto de continuidade de seu governo e a manutenção de seus projetos.

Ainda em abril de 2006, meses antes das eleições, o Diário Catarinense anunciou em suas páginas que já existia uma lista não oficial dos pré-candidatos ao governo de estado. Os nomes de Luiz Henrique (PMDB), Leonel Pavan (PSDB) e Raimundo Colombo (PFL) eram cotados ao pleito. Entretanto somente o nome do candidato do PMDB era certeza pois o governador já anunciara um ano antes sua candidatura. Luiz Henrique assim como em 2002 usava o projeto de descentralização como base de sua campanha³¹⁵. O jornal apresenta nomes ao pleito, mas ao saber apenas da reeleição de Luiz Henrique a opinião pública podia se concentrar no peemedebista.

Muito se discutia sobre coligações entre partidos e sobre candidatura de frente única para as eleições de 2006. Porém, apesar de flertar com uma candidatura de chapa pura com candidatos apenas do PMDB a cúpula da sigla desejava formar o que foi chamada de “Tríplice Aliança”. Uma coligação que iria unir PMDB, PSDB e PFL para as eleições de 2006. Para Luiz Henrique “a candidatura junto as siglas era seu sonho o maior desafio”³¹⁶ conforme as páginas do DC. Interessante notar que o desejo de coligação era justamente com as siglas que tinham planos para governador, além do PMDB com Luiz Henrique, o PFL com Raimundo Colombo E PSDB com Leonel Pavan.

³¹⁵ ROSA, Diego. Pré-candidatos defendem propostas a vereadores. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 07, abril de 2006. Caderno Política, Página 10.

³¹⁶ MINOSSO, Ana. Tríplice acordo é desafio no Estado. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 24, abril de 2006. Caderno Política, Página 6.

Durante os meses e abril até a oficialização da candidatura de Luiz Henrique o político e membros do PMDB concentraram-se em duas frentes: realizar a campanha do pré-candidato Luiz Henrique e auxiliar Eduardo Pinho Moreira no governo do estado.

A pré-candidatura de Luiz Henrique tentava formar a desejada “Tríplice Aliança”. As questões ideológicas não eram assunto entre as siglas, somente a união dos partidos em nome da vitória nas urnas. As diferenças ideológicas terem sido deixadas de lado pode ser provada que ambos os adversários, Luiz Henrique (PMDB) e Esperidião Amin (PP) buscavam coligação com pelo menos o PFL. Para tal feito ressuscitavam antigas coligações dentro do estado, quando um apoiou outro em campanhas passadas.

Devido aos holofotes estarem voltados ao PFL e ao PSDB as siglas estrategicamente iniciam as negociações para obter o maior número de vantagens. O Diário Catarinense escreveu que os partidos tão desejados por PMDB e PP, PFL e PSDB, em posição de partidos que iriam decidir os rumos das eleições de 2006 negociavam com outras siglas para obter maiores vantagens com as coligações. As negociações inclusive tinham como interesse formar uma chapa com PFL e PSDB ou até mesmo uma candidatura de chapa pura das duas siglas³¹⁷.

A busca mais intensa pela coligação PMDB, PFL e PSDB ganha forças no início de junho quando o presidente nacional do PMDB na época, Michel Temer, autoriza o PMDB catarinense a buscar alianças sob a justificativa que dificilmente o partido iria ter candidato à presidência. Eliminando por vez as chances de uma candidatura ao estado com chapa pura e facilitando as coligações regionais³¹⁸ era o que destacava o DC no início de junho. O jornal, então, informa ao catarinense que o governador iria concorrer coligado com outras siglas preparando o eleitor para uma aliança com nomes que eram cotados para concorrer sozinhos, porém naquele momento formando uma forte coligação de partidos e figuras políticas.

Dias depois do anuncio de Michel Temer as negociações da Tríplice Aliança, PMDB, PFL e PSDB correram de forma tão rápida, como escreveu a jornalista, que na metade de junho a coligação dependia apenas de um anuncio oficial conforme noticiado pelo Diário Catarinense em junho. A aliança entre as siglas teria sido praticamente sacramentada durante o encontro do presidenciável Geraldo Alkmin, com Jorge

³¹⁷ MINOSSO, Ana. PFL e PSDB mantêm as negociações. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 31, maio de 2006. Caderno Política, Página 6.

³¹⁸ MINOSSO, Ana. Autorizado acordo com o PFL e PSDB. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 06, junho de 2006. Caderno Política, Página 6.

Bornhausen, e Raimundo Colombo em Brasília na primeira quinzena do mês de junho. A justificativa da formação da coligação, publicada no Diário Catarinense, teria sido pela desistência do PMDB em lançar a candidatura para a presidência que poderia tirar votos de Geraldo Alkmin e facilitar a vitória de Lula³¹⁹. Portanto enquanto o PMDB abria mão no cenário nacional com sua desistência em concorrer a presidência o PMDB em Santa Catarina sacramentava sua forte aliança para as eleições.

O Diário Catarinense informou aos seus leitores que após as negociações entre PMDB e PSDB em 24 de junho de 2006, meses antes das eleições, o tucano Leonel Pavan desiste de concorrer ao governo do estado para ser candidato a vice-governador na chapa junto a Luiz Henrique. As negociações previam não apenas as eleições de 2006, mas também coligações futuras e entregas de cargos. Entre os acertos o PMDB se comprometeu em apoiar o PSDB ao governo em 2010. A coligação ainda receberia o tão desejado PFL, parceiro histórico de Amin no estado. O PFL integraria a aliança com a indicação do ex-prefeito de Lages, Raimundo Colombo, ao senado³²⁰.

Uma vez que as convenções dos partidos foram sendo realizadas, os eleitores catarinenses foram informados pelas páginas do Diário Catarinense que não teriam nenhuma novidade para o pleito de 2006. Os três candidatos ao governo seriam os mais votados que disputaram o cargo de governador em 2002, Luiz Henrique, Esperidião Amin e José Fritsch. As pequenas legendas do estado, conforme o DC, debatiam sobre qual seria o melhor caminho a seguir de acordo com seus interesses³²¹.

O Diário catarinense anunciava a maior coligação que Santa Catarina tivera até 2006 e que foi oficialmente confirmada no final de junho do ano das eleições. Os partidos: PMDB, PSDB e PFL confirmaram sua aliança com objetivo de reconduzir Luiz Henrique ao comando do estado de Santa Catarina. O peemedebista teria dito na oficialização da Tríplice Aliança “não é casamento sem amor, não é comunhão de interesses” conforme destacou o Diário Catarinense. A justificativa dada aos 3,5 mil convidados do porquê da coligação era de que somente com o apoio do PSDB e PFL o projeto de descentralização seria aprovado na Assembleia Legislativa. Ao selar aliança com o PSDB o partido de Luiz Henrique concretiza seu apoio ao candidato à presidência, Geraldo Alkmin que em

³¹⁹ MINOSSO, Ana. Tríplice aliança depende de anúncio oficial. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 13, junho de 2006. Caderno Política, Página 6.

³²⁰ MINOSSO, Ana. Pavan é o vice de Luiz Henrique. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 24, junho de 2006. Caderno Política, Página 6.

³²¹ MINOSSO, Ana. Finalmente unidas pelas convenções. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 25, junho de 2006. Caderno Política, Página 6.

contexto nacional tinha como adversário direto, Luiz Inácio Lula da Silva do PT³²². Quando o DC destaca a fala de Luiz Henrique sobre a Tríplice Aliança ser uma coligação que não visa o interesse o leitor do jornal e futuro eleitor tende a ter uma visão amena da coligação. Uma vez que se o projeto de descentralização dependeria do apoio das siglas o catarinense pode concluir que para as mudanças anunciadas diversas vezes pelo peemedebista aconteceram a aliança seria necessária e que as rivalidades do passado estariam abaixo do projeto descentralizador.

Consideramos que a articulação política do PMDB é meramente marcada pelo interesse em se manter no poder no Estado. Em 2002 durante o primeiro turno Luiz Henrique o político buscou incansavelmente aliança com o PSDB negociando secretarias e cargos no senado. Entretanto ao se encaminhar para o final do primeiro turno o candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, confirmou a liderança nas pesquisas e na opinião pública. Estrategicamente, Luiz Henrique e o PMDB mudam seu discurso em relação ao PSDB e a José Serra, que disputava com Lula. Durante todo o segundo turno Luiz Henrique se aproxima de Lula e de sua popularidade e números no estado. E ao confirmar a vitória nas urnas Luiz Henrique se aproximou do governo petista para conseguir aprovações e maioria na Assembleia assim como a liberação de verbas para o Estado.

Entretanto nas eleições de 2006 com a formação da Tríplice Aliança com PSDB e PFL o caminho político tomou novo rumo. Ao confirmar apoio ao PFL e ao PSDB novamente, Luiz Henrique apoiaria o adversário de Lula nas eleições presidenciais. Essa mudança pode ser conferida em sua fala na “oficialização da Tríplice Aliança”. Ao falar de Geraldo Alkmin se referiu ao político como “homem sério, probo e honesto” e em relação ao PT teceu duras críticas. O peemedebista mostra ao seu eleitorado que sua decepção com o governo Lula que teria apoiado durante os primeiros anos de seu mandato. No Diário Catarinense um fragmento de seus discursos mostrava a ruptura e o novo rumo que tomaria nas eleições de 2006: “Ninguém acreditou mais no governo Lula do que eu. Ninguém apoiou mais o governo Lula do que eu, mas grande foi minha decepção”³²³.

Em seu discurso, que não importavam as diferenças ideológicas, pois acreditou em Lula, mas se decepcionou. E motiva os catarinenses dizendo que “Geraldo Alkmin é

³²² CAVALLAZZI, João. Tríplice Aliança é confirmada. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 26, junho de 2006. Caderno Política, Página 6.

³²³ Idem.

“a certeza de que o Brasil vai mudar”³²⁴. Novamente o político aparece apelando para o discurso da “tão esperada mudança”. Uma fala que podemos considerar de certo modo simplória, pois não se aborda “o que deve mudar”, mas uma fala de efeito, com impacto, que chama a atenção do indivíduo que se prepara para um novo pleito. Ao invocar novamente tal argumentação, Luiz Henrique apela ao “desejo de mudança” para fortalecer o sentimento coletivo dos eleitores de que a “mudança é necessária”.

Ao escutar um discurso sobre mudança, as multidões tendem e serem exageradas e transformaram os excessos individuais em demonstrações de “medo”. Delumeau analisa:

Mais geralmente, os caracteres fundamentais da psicologia de uma multidão são sua influenciabilidade, o caráter absoluto de seus julgamentos, a rapidez dos contágios que a atravessam, o enfraquecimento ou a perda do espírito crítico, a diminuição ou o desaparecimento do senso da responsabilidade pessoal, a subestimação da força do adversário, sua capacidade de passar subitamente do horror ao entusiasmo e das aclamações às ameaças de morte³²⁵.

Coletivamente os indivíduos tendem a perder o senso de responsabilidade. Essa perda pode gerar o desejo de situações imediatistas que podem ser encontradas em discursos ufanistas e exagerados.

Na campanha eleitoral em Santa Catarina em 2006 Luiz Henrique trocou de posição. Enquanto em 2002 chegava ao pleito como oposição ao atual governador em 2006 era o candidato a tentar o segundo mandato. Essa mudança significava que todas as suas ações durante seu período como governador seriam criticadas pelos seus adversários. Entretanto, a campanha eleitoral em Santa Catarina teve um início sem grandes eventos, pois na ocasião ocorreriam a final da Copa do Mundo de futebol e em Florianópolis ocorreria a Parada da Diversidade, foi o que destacou o DC³²⁶.

Após a homologação das oito candidaturas ao governo do Estado, a RBS TV Florianópolis encomendou a primeira pesquisa eleitoral para governo do Estado que mostraram praticamente o mesmo cenário do segundo turno das eleições de 2002. Luiz Henrique e Esperidião Amin levavam grande vantagem em relação ao candidato petista que aparecia na terceira colocação. Luiz Henrique e Amin tinham respectivamente, 39% e 31% das intenções do voto. Enquanto José Fritsch aparece com 5%. Brancos e nulos e

³²⁴ Idem.

³²⁵ DELUMEAU, J. **História do medo no ocidente: 1300 - 1800**, São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

³²⁶ CAVALLAZZI, João. Tríplice Aliança é confirmada. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 10, julho de 2006. Caderno Política, Página 6.

indecisos somavam uma porcentagem alta e que deveria ser o alvo dos candidatos, a porcentagem dos que não tinham candidato chegavam somadas aos 23%. Em relação a rejeição os candidatos do PMDB e PP também lideravam as pesquisas. Amin tinha o índice de maior rejeição com 19% seguido por Luiz Henrique com 15%. O peemedebista empatava em rejeição com Fritsch. Na mesma pesquisa o governo de Luiz Henrique foi bem avaliado. 49% dos entrevistados julgaram a administração do governador como boa e 9% como ótima³²⁷.

As campanhas eleitorais, na TV e no rádio, para o governo do Estado começaram com críticas duras para todos os candidatos. No DC uma matéria insistia em dizer que Luiz Henrique estava preparado para as acusações e que optou por mostrar os benefícios de seu governo e de seu maior projeto, a descentralização o que classificou como “choque de desenvolvimento por toda Santa Catarina e um novo projeto de governar”³²⁸.

Tanto que em Curitibanos o candidato a reeleição discursou sobre suas propostas de projetos que se iniciaram ainda no primeiro mandato. Na ocasião Luiz Henrique, segundo as notícias, falou sobre os projetos de pavimentação em Santa Catarina onde reforça assim os projetos especialmente seu programa de descentralização:

Um amplo programa de pavimentação para que todas as cidades tenham acesso asfaltados as principais rodovias e num segundo momento o Estado vai destinar dinheiro aos prefeitos que façam pavimentação urbana³²⁹.

A Tríplice Aliança formada por PMDB, PSDB e PFL começa a mostrar sua força nas pesquisas eleitorais. Na segunda quinzena de setembro a pesquisa de intenção de votos publicada pelo Diário catarinense mostra o avanço de Luiz Henrique nas pesquisas comparado aos seus adversários. O candidato a reeleição atingirá 49% das intenções de voto enquanto Amin, segundo colocado, apenas 26% seguido de José Fritsch com 8%. Os eleitores que não opinaram ou que votariam branco ou nulo somavam 13%. Luiz Henrique liderava as pesquisas em um eventual segundo turno com o provável adversário, Esperidião Amin. Em relação a rejeição do eleitor catarinense Luiz Henrique também teve melhoras, ficando em terceiro lugar em rejeição. Atrás de Amin e Fritsch³³⁰.

³²⁷ PESQUISA, Ibope. A primeira avaliação ao governo. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 16, julho de 2006. Caderno Política, Página 6.

³²⁸ KAKUTA, Gisele. Críticas duras no horário eleitoral de Santa Catarina. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 17, agosto de 2006. Caderno Política, Página 8.

³²⁹ CAVALLAZZI, João. Luiz Henrique leva Bornhausen ao palanque em Curitibanos. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 11, setembro de 2006. Caderno Política, Página 7.

³³⁰ PESQUISA, Ibope. A primeira avaliação ao governo. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 16, julho de 2006. Caderno Política, Página 6.

O suspeito, o outro como diferente na história soava como ameaça a novidade é característica do outro. Hoje novidade pode ter um sentido melhor adequado aos que escutam, mas outrora não, a novidade causava medo. Talvez quando se trate de novidades políticas como um novo partido ou candidato o medo é o mesmo³³¹.

O último debate entre os candidatos ao governo do estado foi exibido pela RBS TV. A análise do debate foi vinculada no DC, que no período pertencia ao grupo RBS de comunicação, para seus leitores. Oportunidade para o eleitor poder ver as propostas dos candidatos ao cargo. Durante as mais de duas horas de debate os candidatos deixaram de lado os ataques pessoais e apresentaram suas propostas para Santa Catarina. O clima do debate permaneceu ameno até a vez do candidato Esperidião Amin realizar sua primeira pergunta que foi dirigida ao seu maior adversário, Luiz Henrique, com o tema política cultural. O candidato do PP não economizou adjetivos para desqualificar as ações do peemedebista. Ao responder a questão, Luiz Henrique, afirmou ao perguntador e a todos os telespectadores do debate ter feito uma “revolução” na área³³².

O DC escreveu que estava claro que o alvo das maiorias das críticas seria o governador que tentava a reeleição e líder absoluto das pesquisas. As críticas para a atual administração estadual eram realizadas tanto em perguntas quanto em respostas. A estratégia de Luiz Henrique, segundo a matéria, foi de se mostrar preparado para cada pergunta e evitar o embate direto, pois não fizera perguntas aos seus principais adversários, Esperidião Amin (PP) e José Fritsch (PT), mesmo tendo oportunidades para fazê-las. O objetivo em tal ação era de não ser ainda mais criticado nas trélicas de seus adversários. Em suas falas, o peemedebista, criticou seus adversários em apelar ao “desespero” pela intenção de votos que as pesquisas apontam entre eles. Também aproveitou o espaço na tevê para enumerar suas realizações como governador do estado de 2002 a 2005 e prometeu continuar com os programas e ações do governo³³³. Ainda no calor do debate, em uma caminhada pela campanha Luiz Henrique fez questão de rebater as críticas de seus concorrentes sobre a falta de gasolina nos carros oficiais das polícias do Estado. Explicava que: “O que nos deixa perplexos é a ousadia de fazer afirmações levianas de procedimentos que já eram feitos por eles”³³⁴. A questão em si

³³¹ DELUMEAU, J. **História do medo no ocidente: 1300 - 1800**, São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

³³² CAVALLAZZI, João. Às vésperas da decisão. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 27, setembro de 2006. Reportagem Especial, Páginas 4 e 5.

³³³ Ibidem.

³³⁴ MÜLLER, Renê. Luiz Henrique expõe ação do governo. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 28, setembro de 2006. Reportagem Especial, Páginas 4 e 5.

não foi argumentar sobre o problema em si, mas apenas afirmar aos eleitores que o ex-governador Amin já teria cometido o mesmo erro.

As eleições ocorridas dia 1º de outubro de 2006 tiveram como resultado uma disputa em segundo turno tanto para o governo federal quanto no estado de Santa Catarina. Seguindo a lógica das pesquisas que apontavam Luiz Henrique e Esperidião Amin os políticos iriam disputar o segundo turno no Estado. Em 2002 durante o primeiro turno Luiz Henrique no final de sua campanha obteve uma arrancada que o levou ao segundo turno. Em 2006 quem obteve tal façanha foi Amin, que através da coligação “Salve Santa Catarina” conseguiu chegar ao segundo turno para concorrer com o candidato do PMDB. Luiz Henrique obteve pouco mais de 48% dos votos, o que lhe impedia de vencer o pleito ainda no primeiro turno. Enquanto Amin obteve pouco mais de 33%. O fator que levou a decisão para o segundo turno foi o candidato do PT José Fritsch, que alcançou mais de 14% dos votos catarinenses, superando os números das pesquisas. Razão que colocava o petista como ponto decisivo para as novas eleições. A porcentagem dos votos alcançados por Fritsch seria desejada pelos dois últimos governadores de Santa Catarina. No DC, mostrava Luiz Henrique com total confiança para seus eleitores após o resultado do 1º turno. No jornal, informava-se que: “Não fiquei decepcionado por causa do 2º turno, agora vou com força total para ganhar a eleição”³³⁵.

Assim que o segundo turno no Estado fora confirmado, Luiz Henrique reestrutura sua estratégia política. De início e sem receios o peemedebista pede apoio do petista José Fritsch. Contrariando seu discurso quando a Tríplice Aliança fora decretada Luiz Henrique pede apoio ao PT e diz não estar decepcionado com ninguém. E novamente mostrou confiança sobre a nova coligação “eu terei seguramente apoio de lideranças e militantes do PT, sem dúvida nenhuma”. Assim como ressaltou a assertiva de formar aliança com PFL e PSDB “Não tenho nenhuma queixa dos partidos que me apoiaram”. Outro fator de sua confiança foi de que sempre acreditou em vitória ainda no primeiro turno e que a situação foi “festa adiada”. Também aproveitou o momento logo ao final da apuração para criticar seu concorrente:

O Amin fala, fala, fala. É só isso que sabe fazer. O desespero leva a agressão. O governador (Amin) sabe que vai perder a eleição. Ele sente o sabor da derrota³³⁶.

³³⁵ ROSA, Diego. Santa Catarina terá 2º turno. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 02, outubro de 2006. Reportagem Especial, Páginas 4 e 5.

³³⁶ *Ibidem*.

Em campanha durante o segundo turno o candidato Luiz Henrique da Silveira comenta sobre a coligação com o PFL. Perguntado sobre o motivo da aliança ser de uma tentativa de vitória ainda no primeiro turno o político responde:

A coligação com o PFL foi construída. Não foi um arranjo eleitoral de última hora. Foi um processo que foi sendo erguido ao longo do meu governo. O dia a dia da Assembleia mostrou um entrosamento perfeito entre PMDB e PFL. Outra mudança cultural que impus facilitou o acordo. Eu não discriminei os prefeitos. Eu sempre sustentei que esta é uma obrigação de um governador: não discriminar prefeitos municipais isto acabou se revelando num fato excepcional, trazendo a adesão automática dos prefeitos do PFL. A aliança com o PFL foi natural. Tinha três razões básicas: fazer uma bancada amplamente majoritária; criar um palanque forte para a eleição de Geraldo Alkmin; aumentar a difusão e enraizamento da nova cultura política do Estado, que é a descentralização³³⁷.

A busca pelo apoio do PT colocava Luiz Henrique em uma situação clara que demonstrava a busca incansável pela manutenção do poder e nenhuma ideologia partidária. Mesmo apoiando Geraldo Alkmin nas eleições presidenciais o político ainda buscava apoio do Partido dos Trabalhadores “Agora as duas candidaturas se separam”³³⁸. Em discurso em um encontro de correligionários em Florianópolis Luiz Henrique endurece sua fala contra seu adversário nas urnas. Além do empenho total em prol de Alkmin o peemedebista elencou supostas irregularidades que teriam sido cometidas nas administrações passadas de Amin:

Quero dizer para este cidadão (Amin) que tenho uma caixa de ferramenta para usar se ele vier com campanha suja. Sou filho da democracia e ele é filho parido da ditadura. Não tem ética nem moral para falar de Luiz Henrique. Aqui não tem candidato que nasceu em noite de tempestade para ter medo³³⁹.

Analisando a fala de Luiz Henrique pode ser citado Delumeau quando o autor fala sobre o medo e a busca por culpados em determinado problema social “O movimento primeiro e mais natural era o de acusar outrem. Nomear culpados era reconduzir o inexplicável a um processo compreensível”³⁴⁰. No contexto catarinense Luiz Henrique

³³⁷ SILVEIRA, Luiz Henrique da. Entrevista para o Diário Catarinense: 04 out. 2002. Entrevista concedida a Moacir Pereira. Caderno Política, Página 8.

³³⁸ CARRADORE, Carolina. Espera pelo voto dos petistas. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 04, outubro de 2006. Caderno Política, Página 6.

³³⁹ CAVALLAZZI, João. Luiz Henrique elava o tom na disputa. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 04, outubro de 2006. Caderno Política, Página 6.

³⁴⁰ DELUMEAU, J. **História do medo no ocidente: 1300 - 1800**, São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

cita o fato de Amin ter administrado o Estado em época da Ditadura Militar, para criar o medo.

Luiz Henrique continua a atacar seu adversário e passando a mensagem aos eleitores que seu adversário significa atraso. “Ou caminhamos para frente ou para trás. A escolha é se vamos continuar decidindo, ou se vamos voltar à velha forma autocrática de governo”. E reforça a união de sua coligação “Os que estão do lado de lá não ousem vir tentar nos dividir”³⁴¹.

O Diário Catarinense entrevistou Yan Carreirão, cientista político e professor da Universidade Federal de Santa Catarina. Na matéria o professor Carreirão analisa a situação dos candidatos que tentavam vencer a eleição em 2006. Sua análise fala que nos últimos doze anos no estado o quadro de políticos no comando do poder executivo do estado ficou dividido entre dois grupos, o casal Amin (Esperidião e sua esposa Angela) e o PMDB de Luiz Henrique. Porém apesar do quadro o professor comenta que:

No âmbito estadual há pouca renovação, mas no conjunto, a política catarinense está se tornando mais plural, cada vez mais partidos conseguem eleger representantes nas câmaras e nas Assembleias. A dinâmica partidária é lenta, não se cria de uma hora para a outra um partido grande ou uma liderança com competitividade para disputar uma eleição para governador³⁴².

Professor ainda comenta sobre o PT que no contexto das últimas eleições, 2002 e 2006 vinha como a promessa de “renovação” partidária, mas sofrera um “baque” causadas pelas inúmeras denúncias que envolviam o partido. Esta disputa entre o casal Amin e o PMDB começou em 1994 quando Angela Amin tentou se reeleger disputando o pleito com Paulo Afonso. A candidata na época foi superada pelo peemedebista no segundo turno por menos de 2% de votos. Em 1998 Esperidião Amin recuperou o poder do Estado derrotando Paulo Afonso que não conseguirá a reeleição. Em 1998 Amin chegou à vitória com uma forte coligação, junto com PSDB e PFL mais oito partidos, mostrando que as coligações seriam uma ótima estratégia de vitória. Amin teria em 1998 vislumbrava um mandato de oito anos. Porém o político não contava com o crescimento do ex-prefeito de Joinville, Luiz Henrique, que clama o “combate às oligarquias”. Apesar da vitória no primeiro turno, Amin foi derrotado por Luiz Henrique com uma margem estreita, de

³⁴¹ KAFRUNI, Simone. Luiz Henrique reforça aliança com prefeitos. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 07, outubro de 2006. Caderno Política, Página 6.

³⁴² CARREIRÃO, Yan. Entrevista para o **Diário Catarinense**: 08 out. 2006. Entrevista concedida a João Cavallazzi. Caderno Política. Página 8

apenas 1%. E sempre que o PMDB levou a disputa para o segundo turno contra o casal Amin levou vantagens³⁴³.

As propagandas na tevê e no rádio de Luiz Henrique mudaram de tom durante o segundo turno. A equipe do PMDB avisou que “notícias inverídicas para ludibriar o eleitor não vão ficar sem respostas”. A estratégia de Luiz Henrique seria, portanto, de responder as críticas de seu adversário e não de atacar³⁴⁴.

Na propaganda alguns trechos mostram como o peemedebista chega até o eleitor para tentar ganhar seu voto. Em um primeiro momento a fala se direciona a mostrar ao eleitor catarinense que o PMDB e sua coligação conseguiram eleger em no primeiro turno os responsáveis por aprovar os projetos “Temos maioria absoluta entre os deputados estaduais para aprovar as reformas necessárias para a descentralização, para que o governo do Estado se torne ainda mais ágil e eficiente”. Reforça ainda mais seu projeto: “A descentralização substituiu a decisão autoritária do governador pela escolha democrática dos prefeitos, vereadores e cidadãos”. Enquanto Luiz Henrique focou seu primeiro programa mostrando suas realizações como governador. Esperidião Amin usou seu espaço para disparar críticas ao seu concorrente³⁴⁵.

A primeira pesquisa de intenção de votos publicada pelo jornal Diário Catarinense mostra vantagem de Luiz Henrique sobre seu concorrente. A diferença de pontos percentuais era de 14%. Luiz Henrique teria 58% dos votos válidos contra 42% de seu adversário Esperidião Amin. Uma das perguntas feitas aos eleitores era da possibilidade de mudança de voto, pois a pesquisa foi realizada dias antes das eleições. Dos entrevistados 78% responderam que a escolha era definitiva. Somente 20% dos 1610 entrevistados disseram que poderiam mudar seus votos. Outro fator importante da pesquisa era de que o aumento dos percentuais, que no primeiro turno foram destinados aos outros seis candidatos, era praticamente a mesma Luiz Henrique teve um crescimento de 7 pontos percentuais e Amin 8³⁴⁶.

A fala de Luiz Henrique a propósito das pesquisas que apontavam sua liderança mostrou ao seu eleitor calma e tranquilidade “A eleição não está ganha”. Porém, apesar

³⁴³ CAVALLAZZI, João. PP e PMDB dividem a cena no 2º turno. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 08, outubro de 2006. Caderno Política, Página 8.

³⁴⁴ BASTOS, Ângela. Discurso na linha propositiva. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 12, outubro de 2006. Reportagem Especial, Página 4.

³⁴⁵ ARAÚJO, Viviane. Dia de estratégias bem diferentes. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 13, outubro de 2006. Reportagem Especial, Página 4.

³⁴⁶ AZEVEDO, Roberto. A primeira pesquisa do 2º turno. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 15, outubro de 2006. Caderno Política, Página 4.

da confiança volta a reforçar que sua coligação Todos por Santa Catarina conseguiu eleger a maioria na Assembleia Legislativa 24 dos 40 deputados estaduais, 10 dos 16 federais e dois senadores e declara visando seu governo “Se for reeleito, vou assumir o Governo em alta velocidade, com as contas de curto e médio prazo regularizadas, ao contrário da situação que encontramos ao assumimos em janeiro de 2003”. Seu adversário também tentava demonstrar confiança ao seu eleitor “Respeito a pesquisa, mas a realidade nas ruas é outra³⁴⁷.

O tom dos discursos de Luiz Henrique muda completamente em relação ao candidato a presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A busca pelos votos dos petistas que apoiaram o candidato Jose Fritsch seria fundamental para a vitória. E para angariar os votos o peemedebista não podia estar contra a possível escolha dos petistas para a Presidência. Apesar de declaradamente apoiar o adversário de Lula, Geraldo Alkmin, Luiz Henrique ao se referir ao petista declarou “Não tenho conflito com Lula”³⁴⁸. A estratégia era de manter o PFL ao seu lado, apoiando Alkmin, e tentar cooptar os votos de José Fritsch mostrando que mesmo em caso de vitória de Lula na presidência isso não seria um problema.

Raimundo Colombo, parte importante da Tríplice Aliança, senador eleito pela coligação PMDB, PFL e PSDB Todos por Santa Catarina, ameaça seus correligionários com punições nas escolhas das próximas diretorias àqueles que ainda apoiam Esperidião Amin. Historicamente no Estado as siglas PFL e PP foram parceiros políticos e ainda existiam resquícios de apoio. Entretanto a situação política mudou em 2006 e o PFL agora faziam parte da coligação junto com PMDB³⁴⁹.

Apesar dos esforços de Luiz Henrique em tentar selar o apoio dos petistas a sua candidatura em 2006 o Partido dos Trabalhadores fechou aliança com o PP em apoio ao candidato Esperidião Amin. As siglas foram representadas por Angela Amin, eleita deputada federal, e o PT pelo ministro das Relações Institucionais Tarso Genro além da senadora Ideli Salvatti. A aliança se mostrou indigesta desde a cerimônia que não contou com o candidato ao governo Esperidião Amin. Também pelo fato de Angela e Ideli não terem trocado palavras durante as duas horas do encontro. A senadora Salvatti não

³⁴⁷ BASTOS, Ângela. “A eleição não está ganha”. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 16, outubro de 2006. Caderno Política, Página 7.

³⁴⁸ BASTOS, Ângela. Luiz Henrique nega conflito com Lula. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 17, outubro de 2006. Caderno Política, Página 7.

³⁴⁹ GOMES, Pablo. Colombo faz alerta a pefelistas apoiadores de Esperidião Amin. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 17, outubro de 2006. Caderno Política, Página 7.

escondeu que as diferenças entre as siglas e chegou a declarar que a formação da mesa era algo “impensável”. Angela Amin por sua vez na tentativa de conseguir ainda mais a confiança dos militantes do PT declarou que PP e PT já estiveram juntos na Assembleia Legislativa lutando pelo bem de Santa Catarina. Luci Choinacki limitou-se a dizer que “Tem coisas na política que a gente não escolhe”³⁵⁰.

O discurso de Luiz Henrique em relação a Lula, após aliança de PP e PT, muda pouco, ainda afirmava que tinha um bom relacionamento com o presidenciável. Mas as críticas voltam a aparecer nas falas do peemedebista. Luiz Henrique caracteriza o governo do petista como o “governo da não-resposta”. E que o presidente em seu primeiro mandato não deu segmento a nenhuma das reivindicações feitas pelo estado catarinense³⁵¹.

A segunda pesquisa publicada pelo Diário Catarinense mostrou que mesmo após o apoio do PT ao candidato Esperidião Amin nada mudou. Houve até mesmo um crescimento na intenção de votos de Luiz Henrique que subiu 1% da intenção dos votos enquanto Amin permaneceu com seus 38%³⁵².

Um encontro em Florianópolis reuniu a coligação “Todos Por Toda Santa Catarina” para colocar a coligação na ofensiva na reta final das eleições e após a aliança do PP com o PT. A presença no evento, considerada um trunfo, foi do senador Jorge Bornhausen, questionado pelos adversários de Luiz Henrique³⁵³.

Uma reviravolta na questão das alianças acontece dias antes das eleições. Um grupo de petistas catarinenses liderados pelo prefeito de Itajaí, Volnei Morastoni, e pelo vereador de Florianópolis, Márcio de Souza, declararam que além do apoio a Lula para o governo do Estado estavam ao lado de Luiz Henrique. O movimento teve adesão não apenas de membros do PT, mas também do PDT, PL, PPS, PTB e PRB. “Estamos com a consciência tranquila que a posição certa é apoiar Luiz Henrique, um governador que atende a todos sem discriminação”. Márcio de Souza teve um discurso inflamado ao falar

³⁵⁰ NIERO, Ariadne. PT e PP selam aliança. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 21, outubro de 2006. Reportagem Especial, Página 4.

³⁵¹ REPORTAGEM ESPECIAL. Sabatina DC. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 22, outubro de 2006. Reportagem Especial, Página 8.

³⁵² AZEVEDO, Roberto. Ibope divulga a segunda pesquisa em Santa Catarina. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 22, outubro de 2006. Caderno Política, Página 9.

³⁵³ BASTOS, Ângela. Coligação na ofensiva. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 25, outubro de 2006. Caderno Política, Página 8.

da aliança de seu partido com o PP “com um olho na história e no passado de luta do antigo MDB”. Para o vereador apoio a Amin significava retrocesso³⁵⁴.

O primeiro e único debate entre os candidatos no segundo turno teve um clima tenso desde o seu início. As acusações vinham dos dois candidatos. Enquanto Amin criticava a gestão de Luiz Henrique o peemedebista rebatia com as melhorias de seu governo e que por sua vez criticava a situação a qual encontrou a administração do estado quando assumiu o governo de Amin³⁵⁵.

Após o debate a pesquisa Ibope antes das eleições mostrava pouca alteração em números. Luiz Henrique obtinha 14 pontos percentuais de vantagens em relação a Amin obre os votos válidos. Quando considerados votos brancos e nulos Luiz Henrique aparece com 52% dos votos contra 39% de Amin sendo 9% de brancos e nulos³⁵⁶.

A previsão das pesquisas se confirmara nas urnas nas eleições de 29 de outubro de 2006. O estado de Santa Catarina pela primeira vez em sua história reelegera um governador para o comando no Estado. Após confirmada sua vitória antes de qualquer entrevista para a mídia foi comemorar com as centenas de eleitores que o esperavam próximos a sua casa em Joinville “Primeiro o povo” declarou o governador reeleito em Santa Catarina³⁵⁷.

Ao falar com a imprensa o governador reeleito fala da projeção de seu governo para o próximo mandato e sua trajetória para a vitória “É um processo de aglutinação. Nós conseguimos unir, trazer forças importantes para nos apoiar e temos forças importantes para governar e para fazer esta revolução por toda Santa Catarina”. E como proposta falou aos repórteres “Minha primeira medida será mandar para a Assembleia Legislativa, já no dia 2 de janeiro, a terceira reforma administrativa”. O eleitor notava que seu projeto de descentralização continuava em pauta junto com a reforma administrativa “Ela vai aprofundar, melhorar, aperfeiçoar, enraizar cada vez mais a descentralização, que processo de modernização do nosso Estado”. Assim como as alianças que fizeram

³⁵⁴ CAVALAZZI, João. Suprapartidários apoiam Lula e Luiz Henrique. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 26, outubro de 2006. Caderno Política, Página 16.

³⁵⁵ KAFRUNI, Simone. O último confronto. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 26, outubro de 2006. Reportagem Especial, Páginas 4 e 5.

³⁵⁶ AZEVEDO, Roberto. A última pesquisa Ibope para governador no Estado. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 28, outubro de 2006. Caderno Política, Página 6.

³⁵⁷ RODRIGUES, Liziane. Luiz Henrique marca história como primeiro reeleito. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 30, outubro de 2006. Reportagem especial, Páginas 8 e 9.

parte da inédita coligação que o elegeu “Os partidos que me apoiaram terão participação na proporção das legendas que fizeram nas eleições”³⁵⁸.

Questionado como seria sua relação com o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, que não foi o presidente que Luiz Henrique apoiou nas eleições federais, o governador eleito demonstra que da parte dele não teria problemas, seu relacionamento com Lula seria o mesmo que tem com prefeitos do PT e desejava o mesmo tratamento de Lula para com ele, desejando não ser marginalizado ou discriminado³⁵⁹.

Luiz Henrique, portanto, fez história na política catarinense ao se sagrar o primeiro governador reeleito no Estado. A construção de suas alianças e manobras políticas foram fundamentais para que pudesse exercer seu segundo mandato no comando do estado catarinense juntamente com seus discursos e falas dirigidas aos seus eleitores.

³⁵⁸ RODRIGUES, Liziane & ROSA, Diego. “Aprofundaremos a descentralização”. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 30, outubro de 2006. Reportagem Especial, Página 10.

³⁵⁹ *Ibidem*.

Considerações finais

Entendemos que os discursos e falas de políticos rondam os meios de comunicação e tem como objetivo construir ou desconstruir a imagem de políticos, partidos, projetos na intenção de obter o maior número de votos assim como manter o poder. E o objetivo desta pesquisa era justamente analisar os discursos políticos para entender as estratégias usadas durante uma campanha. No caso uma situação onde o político analisado em um primeiro momento se apresentava como opção de oposição e em um segundo momento como candidato a se manter no cargo.

Este trabalho de conclusão de curso teve como pretensão analisar e entender as falas e discursos do ex-governador de Santa Catarina Luiz Henrique da Silveira em suas duas candidaturas ao governo do Estado que foram publicados no jornal Diário Catarinense como parte de sua estratégia política.

Acreditamos que a política de Santa Catarina teve um domínio amplo por oligarquias que se fortaleceram ao longo da história do estado e que se mantinham no poder diretamente ou através de indicações. Desta forma pretendemos contribuir para a bibliografia a cerca do assunto tratando de um tema que ainda precisa ser aprofundado. Focando nas disputas entre Luiz Henrique e seu adversário, Esperidião Amin.

Luiz Henrique foi o primeiro governador da história catarinense a conseguir ser reeleito para o cargo. Deste modo parte de ambas as candidaturas, seus discursos, tiveram papel importante no processo em que o peemedebista se apresentava ao eleitor catarinense.

Podemos concluir com a pesquisa que Luiz Henrique moldava sua estratégia na base da conciliação política. Percebemos que a aproximação do político com outras siglas ou políticos era planejada sempre buscando formar alianças fortes para conseguir vencer e conseqüentemente se manter no cargo de governador.

Neste contexto o Diário Catarinense se apresentou como ferramenta de divulgação importante para Luiz Henrique. Como meio de comunicação de abrangência diária e estadual o periódico expunha as falas de Luiz Henrique que propagandeava seus projetos ao mesmo tempo que constantemente tentava desmoralizar seu adversário e seu governo.

Por fim a pesquisa visa contribuir para a historiografia política de Santa Catarina. Pois discursos políticos estão cada vez mais presentes no cotidiano das pessoas. Entretanto apesar da proximidade com o assunto, o fato não é sinônimo de avanço nos assuntos políticos. É necessário tratar do tema pois existe a necessidade de não nos

tornarmos reféns de discursos simplórios que apresentam soluções ingênuas para problemas que se constituíram ao longo da história.

Fontes

Acervo Biblioteca Pública de Santa Catarina (BPSC):

AGÊNCIA DC EM BRASÍLIA. Obstinação pelo apoio do PMDB. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 13, fevereiro de 2003. Caderno Política, Página 6.

AGÊNCIA RBS/Blumenau. Líderes confrontam-se em Blumenau. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 03, setembro de 2001. Caderno Política. Página 6.

ALCEU, Paulo. Em campanha. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 11, abril de 2002. Caderno Política, Página 8

ALCEU, Paulo. LHS na Tv. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 28, maio de 2002. Caderno Política, página 8.

ARAÚJO, Viviane. Dia de estratégias bem diferentes. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 13, outubro de 2006. Reportagem Especial, Página 4.

AZEVEDO, Roberto. A primeira pesquisa do 2º turno. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 15, outubro de 2006. Caderno Política, Página 4.

AZEVEDO, Roberto. A última pesquisa Ibope para governador no Estado. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 28, outubro de 2006. Caderno Política, Página 6.

AZEVEDO, Roberto. Eleitor dá nota 6,8 ao governo. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 03, janeiro de 2006. Caderno Política, Página 6.

AZEVEDO, Roberto. Ibope divulga a segunda pesquisa em Santa Catarina. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 22, outubro de 2006. Caderno Política, Página 9.

BALBINOTTI, Jean. PMDB escolhe nomes no Vale. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 09, maio de 2002. Caderno Política, página 16.

BALBINOTTI, Jean. PMDB filia empresário. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 03, setembro de 2001. Caderno Política, página 8.

BALDISSARELI, Adriana. “Paz e desamor” na transição de SC. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 03, novembro de 2002. Caderno Política, página 12.

BALDISSARELI, Adriana. “Vou ficar rouco de tanto ouvir”. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 17, novembro de 2002. Caderno Política, página 8.

BALDISSARELI, Adriana. AL vira palco para governabilidade. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 30, outubro de 2002. Caderno Política, página 10.

BALDISSARELI, Adriana. Amin e Luiz Henrique medem força na avenida. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 10, fevereiro de 2002, Folia, página 7.

BALDISSARELI, Adriana. Descentralização em SC já é consenso. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 08, dezembro de 2002. Caderno Política, Página 6.

BALDISSARELI, Adriana. Luiz Henrique propõe pacto. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 12, dezembro de 2002. Caderno Página Quatro, Página 4.

BALDISSARELI, Adriana. Luiz Henrique quer PMDB com Lula. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 28, novembro de 2002. Caderno Política, Página 15.

BALDISSARELI, Adriana. Luiz Henrique sai atrás de alianças. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 05, setembro de 2002. Caderno Política, página 8.

BALDISSARELI, Adriana. Novo governo descentralizará poder. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 05, novembro de 2002. Caderno Política, página 6.

BALDISSARELI, Adriana. Petistas já contam com presidência da AL. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 31, outubro de 2002. Caderno Política, página 12.

BALDISSARELI, Adriana. PMDB abre hoje suas chagas. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 27, agosto de 2001. Caderno Política, Página 12.

BALDISSARELI, Adriana. PMDB já pensa em 2004. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 16, novembro de 2002. Caderno Política, página 10.

BALDISSARELI, Adriana. Verticalização estremece campanha. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 03, março de 2002. Caderno Política, página 6.

BALDISSARELLI, Adriana. “O segundo turno é plebiscitário”. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 13, outubro de 2002. Caderno Política, página 7.

BALDISSARELLI, Adriana. Amin condena acordo feito “a qualquer preço”. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 16, junho de 2002. Caderno política, Página 6.

BALDISSARELLI, Adriana. Amin e Luiz Henrique divergem sobre a regra. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 27, fevereiro de 2002. Caderno Política, página 8.

BALDISSARELLI, Adriana. Amin vai aos debates em setembro. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 30, julho de 2002. Caderno Política, página 6.

BALDISSARELLI, Adriana. BSTOS, Ângela. Luiz Henrique boicota visita de Serra. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 20, setembro de 2002. Caderno Política, página 6.

BALDISSARELLI, Adriana. Casildo agita a sucessão estadual. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 24, setembro de 2002. Caderno Política, página 6.

BALDISSARELLI, Adriana. Desafio vai ser a descentralização. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 27, outubro de 2002. Caderno Política, página 8.

BALDISSARELLI, Adriana. Luiz Henrique adere à campanha Lula. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 11, outubro de 2002. Caderno Política, página 6.

BALDISSARELLI, Adriana. Luiz Henrique aposta em 2º turno. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 06, setembro de 2002. Caderno Política, página 7.

BALDISSARELLI, Adriana. Luiz Henrique aprova posição da plenária. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 14, outubro de 2002. Caderno Política, página 6.

BALDISSARELLI, Adriana. Luiz Henrique critica união com Brizola. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 19, julho de 2002. Caderno Política, página 6.

BALDISSARELLI, Adriana. Luiz Henrique de olho no segundo turno. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 02, outubro de 2002. Caderno Política, página 7.

BALDISSARELLI, Adriana. Luiz Henrique e Amin têm 62% do tempo. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 06, agosto de 2002. Caderno Política, página 5.

BALDISSARELLI, Adriana. Luiz Henrique faz acusação contra campanha “policial”. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 13, setembro de 2002. Caderno Política, página 6.

BALDISSARELLI, Adriana. Luiz Henrique faz críticas a Amin. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 17, agosto de 2002. Caderno Política, página 9.

BALDISSARELLI, Adriana. Luiz Henrique pede apoio ao presidente. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 09, fevereiro de 2003. Caderno Política, página 9.

BALDISSARELLI, Adriana. Luiz Henrique pede saída de Amin, diz governador. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 06, agosto de 2002. Caderno Política, página 6.

BALDISSARELLI, Adriana. Luiz Henrique sai atrás das alianças. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 05, setembro de 2001. Caderno Política, página 8.

BALDISSARELLI, Adriana. Luiz reclama de Amin. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 11, abril de 2003. Caderno Política, página 10.

BALDISSARELLI, Adriana. MINOSSO, Ana. Candidatos declaram guerra em SC. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 20, outubro de 2002. Caderno Política, página 6.

BALDISSARELLI, Adriana. Ofensas entre PPB e PMDB. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 08, agosto de 2002. Caderno Política, página 11.

BALDISSARELLI, Adriana. PMDB deve anunciar apoio a Lula em SC. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 10, outubro de 2002. Caderno Política, página 13.

BALDISSARELLI, Adriana. PMDB não se afastou em 98, diz governador. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 06, agosto de 2002. Caderno Política, página 6.

BALDISSARELLI, Adriana. PMDB vê “exaustão” na aliança. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 02, julho de 2002. Caderno Política, página 6.

BALDISSARELLI, Adriana. PPB e PMDB buscam apoio do PT. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 08, outubro de 2002. Seção especial Eleições, página 4.

BALDISSARELLI, Adriana. Propostas que disputam Palácio SC. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 07, julho de 2002. Caderno Política, página 6.

BALDISSARELLI, Adriana. PSDB confirma união com Luiz Henrique. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 16, outubro de 2002. Caderno Política, página 6.

BALDISSARELLI, Adriana. PSDB descarta pedir para votar em Amin. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 15, outubro de 2002. Caderno Política, página 7.

BALDISSARELLI, Adriana. RIEVERS, Ricardo. Festa com Temer para selar aliança no Estado. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 22, junho de 2002. Caderno Política, página 6.

BALDISSARELLI, Adriana. SANTHYANNA, Mônica. Amin e Luiz Henrique no 2º turno. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 07, outubro de 2002. Caderno especial Eleições, página 22.

BALDISSARELLI, Adriana. Slogan deverá ser “Todos por Santa Catarina”. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 05, setembro de 2001. Caderno Política, página 8.

BALDISSARELLI, Adriana. União PMDB-PSDB incendeia disputa. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 16, junho de 2002. Caderno política, página 6.

BARAÚNA, Giancarlo. Governador não teme perder o poder. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 07, março de 2003. Página Quatro, página 4.

BASTOS, Ângela. “A eleição não está ganha”. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 16, outubro de 2006. Caderno Política, página 7.

BASTOS, Ângela. Candidatos trocam acusações na TV. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 03, outubro de 2002. Página Quatro, páginas 4 e 5.

BASTOS, Ângela. Coligação na ofensiva. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 25, outubro de 2006. Caderno Política, página 8.

BASTOS, Ângela. Discurso na linha propositiva. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 12, outubro de 2006. Reportagem Especial, página 4.

BASTOS, Ângela. Luiz Henrique nega conflito com Lula. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 17, outubro de 2006. Caderno Política, página 7.

BERGER, Dário. Entrevista concedida para: **Diário Catarinense**: 1º nov. 2004. Caderno Política. página 5.

BERNARDES, Gustavo. Governador reafirma apoio a Lula. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 19, novembro de 2004. Caderno Política, página 8.

BERTOLINI, Jeferson. Exclusão social desafia PM. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 15, março de 2005. Caderno Geral, Página 24.

CAPA do jornal Diário Catarinense. CAPA. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 27, outubro de 2002. Capa.

CARRADORE, Carolina. Espera pelo voto dos petistas. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 04, outubro de 2006. Caderno Política, Página 6.

CARREIRÃO, Yan. Entrevista para o **Diário Catarinense**: 08 out. 2006. Entrevista concedida a João Cavallazzi. Caderno Política. Página 8

CASTRO, Daniela. Luiz Henrique desconversa aliança. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 13, maio de 2004. Caderno Política, Página 10.

CAVALHEIRO, Julio. O duelo de Amin e Luiz Henrique. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 25, outubro de 2002. Página Quatro, página 4 e 5.

CAVALLAZZI, João & MÜLLER, Renê. Chefe da Polícia Civil está afastado. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 1º, agosto de 2006. Caderno Política, Página 7.

CAVALLAZZI, João. Às vésperas da decisão. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 27, setembro de 2006. Reportagem Especial, Páginas 4 e 5.

CAVALLAZZI, João. Luiz Henrique elava o tom na disputa. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 04, outubro de 2006. Caderno Política, Página 6.

CAVALLAZZI, João. Luiz Henrique leva Bornhausen ao palanque em Curitiba. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 11, setembro de 2006. Caderno Política, Página 7.

CAVALLAZZI, João. PP e PMDB dividem a cena no 2º turno. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 08, outubro de 2006. Caderno Política, Página 8.

CAVALLAZZI, João. Suprapartidários apoiam Lula e Luiz Henrique. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 26, outubro de 2006. Caderno Política, Página 16.

CAVALLAZZI, João. Trílice Aliança é confirmada. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 10, julho de 2006. Caderno Política, Página 6.

COSTANZO, Koloway. Candidatos debatem na TV. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 12, maio de 2002. Caderno Política, página 7.

DALCIN, Cristiano Rigo. Ausências prejudicam debate no Sul. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 17, agosto de 2002. Caderno Política, página 11.

DEBONA, Darci. Governo instala regional em março. **Diário Catarinense**. Florianópolis, 23, janeiro de 2003. Caderno Política. Página 6.

FELTRIN, Vanessa & MÜLLER, Renê. Frente avalia candidaturas. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 09, abril de 2004. Caderno Política, Página 14.

GOMES, Pablo. Colombo faz alerta a pefelistas apoiadores de Esperidião Amin. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 17, outubro de 2006. Caderno Política, Página 7.

IBOBE/SC. Pesquisa revela indecisão do eleitor. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 07, outubro de 2001. Caderno Política, página 6.

INSTITUTO Mapa/DC. Nova pesquisa ao governo do Estado. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 17, outubro de 2002. Caderno Política, página 5.

KAFRUNI, Simone. Governador vê corrupção reeditada. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 14, agosto de 2005. Caderno Política, Crise no Planalto, Página 9.

KAFRUNI, Simone. Luiz Henrique reforça aliança com prefeitos. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 07, outubro de 2006. Caderno Política, Página 6.

KAFRUNI, Simone. O último confronto. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 26, outubro de 2006. Reportagem Especial, Páginas 4 e 5.

KAKUTA, Gisele. Críticas duras no horário eleitoral de Santa Catarina. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 17, agosto de 2006. Caderno Política, Página 8.

LEMOS, Fabian. Governador admite rever renúncia. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 27, novembro de 2005. Caderno Política, página 12.

LORENZON, Hermes. Pesquisa revela imagem do governo. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 28, dezembro de 2003. Página Quatro, Páginas 4 e 5.

LORENZON. Hermes. Cartas ligam povo ao governador. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 10, agosto de 2003. Caderno Política, Página 6.

MARTINI, Rafael. Plano 15, a marca de Luiz Henrique. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 10, novembro de 2002. Caderno Política, página 8.

MARTINI, Rafael. PT deve só garantir governabilidade. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 23, novembro de 2002. Caderno Política, Página 10.

MINOSO, Ana e POGLIA, Tarcísio. “A oposição é radical, sistemática e ridícula” . **Diário Catarinense**, Florianópolis, 28, dezembro de 2003. Caderno Política, Páginas 6 e 7.

MINOSO, Ana. “Nosso governo está administrando o caos financeiro do Estado”. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 29, junho de 2003. Página Quatro, Páginas 4 e 5.

MINOSO, Ana. Ex-prefeito defende indicação a vice. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 07, abril de 2002. Caderno Política, Página 7.

MINOSO, Ana. Governador avalia 1º ano. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 22, dezembro de 2003. Caderno Política, Página 7.

MINOSO, Ana. Governador tenta sensibilizar aliados sobre Conta Única. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 05, agosto de 2003. Caderno Política, Páginas 12.

MINOSO, Ana. PFL diz que governo de SC é “eleitoreiro”. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 23, dezembro de 2003. Caderno Política, Página 9.

MINOSO, Ana. PMDB estuda se vai à convenção. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 10, dezembro de 2004. Caderno Política, Página 6.

MINOSO, Ana. Projeto do PMDB é para oito anos. **Diário Catarinense**. Florianópolis, 09, janeiro de 2003. Caderno Política. Página 6.

MINOSO, Ana. PSDB pede desculpas a governador. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 15, março de 2003. Caderno Política, Página 7.

MINOSO. Ana. Governadores endurecem o discurso. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 21, abril de 2004. Caderno Política, Página 12.

MINOSO. Ana. Governo passa pela primeira crise. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 18, abril de 2004. Caderno Política, Página 10.

MINOSO. Ana. Plano 15 começa a sair do papel. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 17, agosto de 2003. Caderno Política, Página 6.

MINOSO. Ana. Sede abre guerra entre PMDB e PP. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 12, outubro de 2003. Caderno Política, Página 6.

MINOSSO, Ana. “Descentralização será irresistível”. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 07, janeiro de 2005. Caderno Política, Página 6.

MINOSSO, Ana. Amin dispara contra o governo Luiz Henrique. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 11, agosto de 2003. Caderno Política, Páginas 7.

MINOSSO, Ana. Autorizado acordo com o PFL e PSDB. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 06, junho de 2006. Caderno Política, Página 6.

MINOSSO, Ana. Candidatos começam caça aos votos. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 03, abril de 2002. Caderno política, página 6.

MINOSSO, Ana. Conta Única vai para o confronto. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 13, agosto de 2003. Caderno Política, Páginas 6.

MINOSSO, Ana. Dário inaugura novo estilo de governar. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 02, janeiro de 2005. Página Quatro, Página 4.

MINOSSO, Ana. Debate de acusações abre campanha. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 15, outubro de 2002. Caderno Política, página 6.

MINOSSO, Ana. Finalmente unidas pelas convenções. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 25, junho de 2006. Caderno Política, Página 6.

MINOSSO, Ana. Governador em ritmo de reeleição. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 20, março de 2005. Caderno Política, Página 8.

MINOSSO, Ana. Governador está entre o discurso e a consequência. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 12, fevereiro de 2006. Caderno Política, Página 6.

MINOSSO, Ana. Governador pede licença a AL. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 04, abril de 2006. Caderno Política, Página 7.

MINOSSO, Ana. Governador pede reunião sobre Lula. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 06, abril de 2005. Caderno Política, Página 10.

MINOSSO, Ana. Governador reafirma saída, mas não renúncia. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 16, fevereiro de 2006. Caderno Política, Página 10.

MINOSSO, Ana. Governador vê risco de crise. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 15, março de 2005. Caderno Política, Página 14.

MINOSSO, Ana. Governo vence e muda o Estado. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 12, fevereiro de 2005. Caderno Política, Página 6.

MINOSSO, Ana. Luiz Henrique convida Pavan para ser o vice. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 23, setembro de 2002. Caderno Política, página 17.

MINOSSO, Ana. Luiz Henrique define prioridades. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 1º, junho de 2005. Caderno Política, Página 12.

MINOSSO, Ana. Maldaner precisa unir PMDB para Luiz Henrique. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 1º, abril de 2002. Caderno Política, página 9.

MINOSSO, Ana. Naticos unidos em busca de “projeto novo”. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 16, dezembro de 2005. Caderno Política, Página 9.

MINOSSO, Ana. O último ano e Luiz Henrique. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 15, março de 2005. Caderno Política, Página 14.

MINOSSO, Ana. Os “calos” da reforma do governo. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 16, janeiro de 2005. Caderno Política, Página 11.

MINOSSO, Ana. Pavan é o vice de Luiz Henrique. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 24, junho de 2006. Caderno Política, Página 6.

MINOSSO, Ana. PFL e PSDB mantêm as negociações. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 31, maio de 2006. Caderno Política, Página 6.

MINOSSO, Ana. PFL e PSDB recebem o assédio duplo em SC. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 29, março de 2006. Caderno Política, Página 12.

MINOSSO, Ana. PMDB de SC não irá à convenção. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 11, dezembro de 2004. Caderno Política, Página 8.

MINOSSO, Ana. PSDB pede desculpas a governador. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 02, setembro de 2004. Caderno Política, Página 6.

MINOSSO, Ana. Raimundo prega fim das regionais. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 15, setembro de 2005. Caderno Política, Página 11.

MINOSSO, Ana. Solenidade em clima de comício. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 09, abril de 2005. Caderno Política, Página 10.

MINOSSO, Ana. Tríplice acordo é desafio no Estado. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 24, abril de 2006. Caderno Política, Página 6.

MINOSSO, Ana. Tríplice aliança depende de anúncio oficial. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 13, junho de 2006. Caderno Política, Página 6.

MÜLLER, Renê. A difícil aliança entre PT e PMDB. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 02, fevereiro de 2004. Caderno Política, Página 10.

MÜLLER, Renê. Afinidade total entre PMDB e PT. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 24, janeiro de 2004. Caderno Política, Página 6.

MÜLLER, Renê. Luiz Henrique expõe ação do governo. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 28, setembro de 2006. Reportagem Especial, Páginas 4 e 5.

MÜLLER, Renê. Partidos estudam nomes para o pleito. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 02, outubro de 2005. Caderno Política, Páginas 12 e 13.

MÜLLER, Renê. Pleito distancia PT e PMDB. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 08, novembro de 2004. Caderno Política, Página 6.

MÜLLER, Renê. Projeto eleitoral inquieta o PMDB. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 27, maio de 2004. Caderno Política, Página 10.

MÜLLER, Renê. Quatro horas de explicações na AL. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 19, janeiro de 2005. Página Quatro, Página 4.

NIERO, Ariadne. PT e PP selam aliança. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 21, outubro de 2006. Reportagem Especial, Página 4.

PESQUISA Ibope. Ibope mostra números para governo. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 22, setembro de 2002. Caderno Política, página 6.

PESQUISA Ibope. Pesquisa ibope ao governo do Estado. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 13, outubro de 2002. Página Quatro, página 4.

PESQUISA Ibope. Pesquisa revela indecisão do eleitor. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 07, outubro de 2001. Caderno Política, página 6.

PESQUISA Instituto Mapa/DC. Os preferidos para o governo de SC. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 04, agosto de 2002. Caderno Política, página 6.

PESQUISA Mapa/DC. A preferência de SC para o governo. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 11, agosto de 2002. Caderno política, página 6.

PESQUISA Mapa/DC. Os índices da corrida eleitoral em SC. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 06, outubro de 2002. Caderno Política, página 12.

PESQUISA Mapa/DC. Pesquisa Mapa para o governo de SC. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 28, julho de 2002. Caderno Política, página 6.

PESQUISA, Ibope. A primeira avaliação ao governo. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 16, julho de 2006. Caderno Política, Página 6.

PESQUISA, Ibope. A primeira avaliação ao governo. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 16, julho de 2006. Caderno Política, Página 6.

PESQUISA, Ibope. Eleitores da capital avaliam o governador. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 19, julho de 2004. Caderno Política, Página 9.

PESQUISA, Instituto Mapa. Nova pesquisa para o governo de SC. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 08, setembro de 2002. Caderno Política, página 6.

PIETRZACKA, Giovana. Governador adverte contra uso da máquina pública estadual. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 10, fevereiro de 2006. Caderno Política, página 10.

POGLIA, Tarcísio. “Ignorância é o maior adversário”. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 16, outubro de 2005. Caderno Política, página 12.

PROPAGANDA. Operação Polícia nas Ruas. **Diário Catarinense**. 29, abril de 2003. Página 23.

REPORTAGEM ESPECIAL. Sabatina DC. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 22, outubro de 2006. Reportagem Especial, Página 8.

RIEVERS, Ricardo. Vaga a vice adia campanha do PMDB. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 08, abril de 2002. Caderno Política, Página 6.

RIEVERS, Ricardo. PMDB e PT juntos contra Amin. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 04, junho de 2002. Caderno Política, Página 6.

RIO CLARO/SP. Lula quer aliança regional com o PMDB. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 29, maio de 2001. Caderno Política. Página 6.

RODRIGUES, Liziane & ROSA, Diego. “Aprofundaremos a descentralização”. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 30, outubro de 2006. Reportagem Especial, Página 10.

RODRIGUES, Liziane. “Amin deve se afastar para concorrer”. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 17, novembro de 2001. Caderno Política, página 11.

RODRIGUES, Liziane. “Quero descentralizar o Estado”. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 03, abril de 2002. Caderno Política, página 6.

RODRIGUES, Liziane. “Vou correr o país e articular os municípios”. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 04, abril de 2002. Caderno Política, Página 7.

RODRIGUES, Liziane. Indefinição prejudica Luiz Henrique. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 09, abril de 2002. Caderno Política, página 9.

RODRIGUES, Liziane. Itamar é cotado para vice de Serra. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 04, abril de 2002. Caderno Política, página 6.

RODRIGUES, Liziane. Luiz Henrique credita vitória ao Norte. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 28, outubro de 2002. Caderno Eleições, página 6.

RODRIGUES, Liziane. Luiz Henrique deve ser vice de Serra. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 05, abril de 2002. Página Quatro, página 4.

RODRIGUES, Liziane. Luiz Henrique marca história como primeiro reeleito. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 30, outubro de 2006. Reportagem especial, Páginas 8 e 9.

RODRIGUES, Liziane. Luiz Henrique volta ao cargo em abril. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 19, fevereiro de 2001. Caderno Política, página 11.

RODRIGUES, Liziane. Parte do PMDB resiste à nova candidatura. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 09, abril de 2002. Caderno Política, Página 9.

ROSA, Diego. Pré-candidatos defendem propostas a vereadores. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 07, abril de 2006. Caderno Política, Página 10.

ROSA, Diego. Santa Catarina terá 2º turno. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 02, outubro de 2006. Reportagem Especial, Páginas 4 e 5.

SANTHYANNA, Mônica. Chega ao fim o horário eleitoral. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 26, outubro de 2002. Caderno Política, página 6.

SANTHYANNA, Mônica. Luiz Henrique faz comício na capital. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 1º, outubro de 2002. Caderno Política, página 9.

SANTHYANNA, Mônica. Luiz Henrique promove carreata. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 09, setembro de 2002. Caderno Política, página 6.

SANTHYANNA, Mônica. Propaganda recomeça sem novidades. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 15, outubro de 2002. Caderno Política, página 6.

SANTOS, Karla. “Essas manobras vão me ajudar”, diz Amin. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 14, outubro de 2002. Caderno Política, página 7.

SANTOS, Karla. Os redutos que fazem a diferença. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 29, outubro de 2002. Caderno Política, página 9.

SANTOS, Klécio. Apoio a Serra ou Lula racha PMDB. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 05, maio de 2002. Caderno Política, página 6.

SANTOS, Klécio. Precipitação pode custar a indicação. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 05, abril de 2002. Caderno Política, página 7.

SEVERINO, Fabrício. Candidato não pode voltar ao cargo. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 09, setembro de 2001. Caderno Política, página 6.

SEVERINO, Fabrício. Garotinho quer ajuda de Luiz Henrique. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 23, fevereiro de 2001. Caderno Política, página 7.

SEVERINO, Fabrício. PMDB empolga-se com vice de Serra. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 28, janeiro de 2002. Caderno Política, Eleições 2002, página 7.

SEVERINO, Fabrício. PMDB oferece coligação ao PSDB. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 08, dezembro de 2001. Caderno Política, página 7.

SEVERINO, Fabrício. Rivalidade histórica no Estado. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 28, outubro de 2001. Caderno Política, página 11.

SILVEIRA, Luiz Henrique da. As falas. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 15, dezembro de 2002. Caderno Política, página 19.

SILVEIRA, Luiz Henrique da. Entrevista concedida para: Ana Minosso e Renê Müller. **Diário Catarinense**: 1º jan. 2006. Caderno Política. Páginas 6 e 7.

SILVEIRA, Luiz Henrique da. Entrevista para o **Diário Catarinense**: 06, mar. 2002. Fala do governador de Santa Catarina para sua equipe. Página 6.

SILVEIRA, Luiz Henrique da. Entrevista concedida para: Ana Minosso, Fabian Lemos e Renê Müller. **Diário Catarinense**: 02 jan. 2005. Caderno Política. Páginas 8 e 9.

SILVEIRA, Luiz Henrique da. Entrevista para o **Diário Catarinense**: 04 out. 2002. Entrevista concedida a Moacir Pereira. Caderno Política. Página 8.

SILVEIRA, Luiz Henrique da. Entrevista para o **Diário Catarinense**: 03 abr. 2002. Entrevista concedida a Liziane Rodrigues.

SILVEIRA, Luiz Henrique da. Opiniões. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 23, dezembro de 2001. Caderno Política, página 6.

SILVEIRA, Luiz Henrique. Trecho publicado em: **Diário Catarinense**. Leitura. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 05, junho de 2002. Caderno Política, página 6.

VIEIRA, Lúcia Helena. Luiz Henrique “convence” os catarinenses a mudar de lado. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 09, setembro de 2002. Caderno Política, página 6.

VIEIRA, Lúcia Helena. Prefeito só concorre com aliança. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 03, julho de 2001. Caderno Política, página 10.

VIEIRA, Lúcia Helena. Prefeito só concorre com aliança. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 03, julho de 2001. Caderno Política, página 10.

ZILLOTTO, Carolina. Governador promete rever Simples. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 15, março de 2005. Caderno Economia, Página 11.

Referências bibliográficas

- BASBAUM, Leôncio. **História Sincera da República**. Rio de Janeiro, Editora Alfa Omega, 1976.
- CAON, Edézio Nery. **Estórias de minha cidade**. Lages: gráfica Wilson, 1978.
- CARONE, Edgard. **O Estado Novo**. Difel, Rio de Janeiro. 1976, p. 177.
- CARREIRÃO, Yan de Souza. **Eleições e sistema partidário em Santa Catarina (1945-1979)**. Florianópolis, Editora da UFSC, 1990.
- CARVALHO, José Murilo de (Coord.). **A construção nacional 1830-1889**, v. 2. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. P. 95.
- CARVALHO, José Murilo. **Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual**. Dados vol. 40 no. 2 Rio de Janeiro 1997.
- COSTA, João José Theodoro da. **Reminiscências políticas, 1901**. Coleção Catariana: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 2003.
- DELUMEAU, J. **História do medo no ocidente: 1300 - 1800**, São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- GARCIA, Fabiano. **Rupturas, permanências e transição: “a força do povo” em Lages-SC (1977-1982)**. Tese – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p. 26. 2013.
- LEAL, Vitor N. **Coronelismo Enxada e Voto**. São Paulo, Editora Alfa Omega, 1976.
- LENZI, C. A. **Partidos e políticos de Santa Catarina**, FLORIANÓPOLIS, EDITORA DA UFSC, 1983.
- LOHN, Reinaldo Lindolfo. **Relações políticas e ditadura: do consórcio autoritário à transição controlada**. In: _____. **Histórias na Ditadura – Santa Catarina (1964-1985)**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014. p. 17-55.
- LUCA, Tânia Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: **Fontes Históricas** (pp. 111-153). São Paulo. Contexto, 2005.
- MACHADO, Paulo P. **Bugres, tropeiros e birivas: aspectos do povoamento do planalto serrano**. In: **História de Santa Catarina no século XIX**. Florianópolis: UFSC, 2001.
- MATTOS, Ilmar R.; GONÇALVES, Márcia de A. **O império da boa sociedade: a consolidação do Estado imperial brasileiro**. São Paulo: Atual, 1991. p. 6.
- MEURER, Eriberto J. **Os empresários e os partidos políticos – As eleições de 1986 em Santa Catarina**. Tese – Faculdade de Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p. 39. 1994.

MIGUEL, Luis Felipe. **Retrato de uma ausência: a mídia nos relatos da história política do Brasil**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 20, nº 39, p. 190-199. 2000.

MOTTA, Paulo Roberto. **Movimentos Partidários no Brasil**, 1975, p. 34. Apud LENZI, C. A. **Partidos e políticos de Santa Catarina**, FLORIANÓPOLIS, EDITORA DA UFSC, 1983.

MUNARIM, Antônio. **A práxis dos movimentos sociais na região serrana**. Dissertação de mestrado em Educação. Florianópolis: UFSC, 1990, p.50.

MUNARIM, Antônio. **A práxis dos movimentos sociais na região serrana**. Dissertação de mestrado em Educação. Florianópolis: UFSC, 1990.

NÉSPOLI, José Henrique Songolano. **Cultura política, história política e historiografia**. História e Cultura, Franca, v. 4, n. 1, p. 361-376, mar. 2015.

PEIXER, Zilma Isabel. **A cidade e seus tempos: o processo de constituição do espaço urbano em Lages**. Lages: Uniplac, 2002. p. 50.

SILVA, M. P.; FRANCO, G. Y. **Imprensa e política no Brasil: considerações sobre o uso do jornal como fonte de pesquisa histórica**. Revista História em Reflexão: Vol. 4 n. 8 – UFGD - Dourados jul/dez 2010.